



Marta Manuel Gomes dos Santos

***Heráldica eclesiástica -
Brasões de Armas de Bispos-Condes***

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
2010

Marta Manuel Gomes dos Santos

***Heráldica eclesiástica -
Brasões de Armas de Bispos-Condes***

Dissertação de Mestrado em
História da Arte, Património e Turismo Cultural

apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
sob orientação da Professora Doutora Maria de Lurdes Craveiro

2010

Agradecimentos

Esta dissertação é fruto de um percurso direccionado para os estudos em Heráldica que tem vindo a ser delineado ao longo dos últimos anos, escorado por investigadores, colegas e amigos a quem devo um sincero agradecimento.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Faculdade de Letras, em particular, à Professora Doutora Lurdes Craveiro que, desde o primeiro instante, acreditou e incentivou este projecto, orientando, criticando, sugerindo e, sobretudo, pelos ensinamentos essenciais à concretização desta dissertação.

Ao Professor Doutor José Pedro Paiva, obrigada pelos numerosos conselhos bibliográficos e sugestões de análise.

Ao Dr. Pedro Sameiro, por desde logo ter disponibilizado pessoalmente o seu apoio no âmbito desta temática, cedendo bibliografia, conselhos preciosos e também pela credibilidade que sempre depositou no meu trabalho, um sincero agradecimento.

Ao Dr. Pedro Ferrão e ao MNMC, pelo auxílio e cedência de material pertencente ao espólio do Museu, relativo a peças brasonadas dos prelados aqui em estudo.

Ao Dr. Lourenço Correia de Matos, que me auxiliou em muitas dúvidas relativas a D. Francisco Lemos Coutinho em particular, e sempre que questões genealógicas se me assemelhavam complexas, obrigada pela paciência e disponibilidade.

Ao Professor Doutor Miguel Seixas, um sincero agradecimento pela competência das sugestões de novas perspectivas de abordagem e de análise.

A José Bènard Guedes Salgado, meu Mestre nos meandros da Heráldica, a quem tenho a honra de chamar Amigo, obrigada por todos os conselhos heráldicos, bibliográficos e genealógicos, nas viagens a Lisboa, múltiplas visitas à caixa do correio e por todos os livros cedidos, tesouros que pude tirar livremente da prateleira do Atelier, como se de livros meus se tratassem.

Ao Dr. João Pedro Gomes pelos conselhos bibliográficos e perspectivas de análise, muito obrigada.

Ao Carlos, agradeço o apoio que sempre me dedicou, mesmo sem se aperceber, ao longo de todo o tempo em que esta investigação foi realizada e também pelo interesse e incentivo pelos meus estudos e projectos nesta temática.

Aos meus Pais pelo apoio incondicional, incentivo constante, companhia na recolha de elementos fotográficos e múltiplas leituras desta dissertação. Pai, obrigada por me dizeres que valia a pena e me fazeres acreditar que toda a gente gosta de Histórias e Dulce, por seres a minha mãe do coração, em todos os momentos.

Índice

Introdução	5
Capítulo I – Heráldica Eclesiástica	13
1.1 – Contextualização do Estudo da Heráldica Eclesiástica em Portugal - o Estado da Arte	14
1.1.1 - As Fontes para o estudo da heráldica eclesiástica em Portugal	16
1.1.2 - Os Períodos da história da heráldica eclesiástica em Portugal	19
1.2 - Heráldica Eclesiástica Episcopal	26
1.2.1 - A Heráldica associada ao cargo episcopal.....	26
1.2.2 - Semiologia e Heráldica.....	29
1.2.2.1 - Formas e elementos do escudo	32
1.2.2.2 – Heráldica enquanto mensagem de poder.....	43
Capítulo II – Análise de Armas de bispos-condes	50
2.1 – D. João Galvão (1460-1481).....	51
2.1.1 - A honra de bispo-conde	51
2.1.2 – Um novo paradigma na heráldica eclesiástica portuguesa.....	56
2.2 – D. Jorge de Almeida (1482-1543).....	59
2.2.1 - A exacerbação do aparato heráldico	63
2.3 – D. Afonso de Castelo-Branco (1585-1615)	67
2.3.1 - A simplicidade e pureza do desenho heráldico.....	69
2.4 – D. Miguel da Anunciação (1740-1779)	73
2.4.1 - Armas com um cunho pessoal	76
2.5 – D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho (1779-1822)	78
2.5.1 - A complexidade iconográfica do arranjo heráldico.....	81
2.6 – D. Ernesto Sena de Oliveira (1948 – 1972)	82
2.6.1 - O culminar de um percurso através dos séculos.....	84
Conclusão.....	86
Fontes e Bibliografia	95
Anexos	102

Lista de Abreviaturas

A.N.T.T. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

A.U.C. – Arquivo da Universidade de Coimbra

I.P.H – Instituto Português de Heráldica

M.N.A.A. – Museu Nacional de Arte Antiga

M.N.M.C. – Museu Nacional de Machado de Castro

Introdução

Ainda em tempos anteriores à proclamação da República, Anselmo Braamcamp Freire publicou duas das obras¹ que viriam a tornar-se emblemáticas para o estudo genealógico e heráldico em Portugal. Contudo, este evento histórico levou a que, para a opinião pública, a definição de Armaria se revestisse de uma conotação pejorativa. Com o tempo e, sobretudo, com uma progressiva adopção de armas pelos municípios, começou a verificar-se uma maior aceitação e tolerância relativamente a esta disciplina. Apesar desta nova atitude ter incrementado o estudo da arte de armorejar por parte de muitos lentes e investigadores, permanece como ciência auxiliar da História, não obstante a sua importância nas mais diversas áreas, desde a política à sociologia, arqueologia, história da arte, entre muitas outras onde a Heráldica contribuiu para um estudo mais aprofundado. A ciência heráldica deverá receber o seu lugar merecido no mundo académico e na sociedade, enquanto disciplina de relevo por si só, tal como já o é reconhecida em países como França, Itália, Suíça, Inglaterra, Alemanha, ou mesmo os Estados Unidos da América. De facto, carecemos de estudos e de interessados no nosso país para elevar a Heráldica a um estatuto que corresponda ao seu epíteto de “*Nobre Arte*”².

Até muito recentemente, apenas o autor supracitado havia conferido dignidade académica à arte do brasão e, apesar de se começar agora a registar um renovado interesse, esta ciência está longe de se poder sequer comparar com outras tantas que foram alvo de um crescimento exponencial a nível de conhecimento e investigação. Na realidade, ainda hoje os investigadores nacionais de heráldica se continuam a dirigir prioritariamente aos seus pares, seja ao nível das obras publicadas ou das comunicações públicas, cerceando o desenvolvimento desta disciplina, contrariamente a outros países, conforme se mencionou previamente. Será essencial travar a ignorância sobre esta matéria, uma vez que esta contribui para a depreciação da arte de armorejar e, do mesmo modo, torná-la mais acessível, encaminhando estudos e publicações para além de uma elite de versados na temática, ampliar o espectro para permitir que, de acordo com o seu objectivo primordial, a Heráldica se dirija para todos em vez de se revestir de um carácter

¹ *Armaria portuguesa*, Cota d'Armas, Editores e Livradores, Lisboa, 1989 e *Brasões da sala de Sintra*, III volumes, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1996.

² Assim referida em Langhans, F. P de Almeida, *Heráldica – Ciência de Temas Vivos*; Gabinete de Heráldica Corporativa – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Lisboa, 1966, p.19.

de ilegitimidade contrariando o seu princípio de emblemática identificativa, ou seja, ser lida e compreendida³.

Portanto, apesar de nos últimos anos se ter vindo a verificar um renovado empenho na área da Heráldica com trabalho inovador de investigadores independentes, nomeadamente pela via de requisições de particulares, autarquias e mesmo dioceses, a verdade é que, a nível nacional, a nossa dedicação a estes conteúdos permanece muito aquém do que seria expectável, tendo-se cristalizado nos estudos de Braamcamp Freire e, mais recentemente Francisco Simas Alves de Azevedo, Pedro Sameiro, ou o notável Marquês de Abrantes, que tanto colaborou para a difusão da Heráldica com extensa publicação.

Concomitantemente, será importante verificar se estes mesmos estudos se limitam em grande parte ao estudo de heráldica familiar, municipal ou corporativa, deixando uma evidente lacuna no concernente a estudos de heráldica eclesiástica – ou seja, de indivíduos e instituições religiosas, não obstante a publicação de recentes estudos desenvolvidos por Miguel Metelo Seixas que atesta ser este um ramo da heráldica que “gozou de ampla disseminação (dir-se-á mesmo abundância), à qual corresponde, em razão inversa, uma notória escassez de estudos”, argumentando ainda que é “como se as armas de família constituíssem o âmago da armaria, ficando os restantes tipos remetidos para uma posição marginal e secundária”⁴.

É, portanto, indubitável o valor artístico de um qualquer escudo aposto nos mais variados suportes, desde sepulcros a selos, fachadas ou reposteiros até miniaturas ou mobiliário das mais diversas tipologias, constituindo-se como um elemento essencial para complemento da análise acurada elaborada por um historiador de arte, restaurador ou simplesmente um investigador das mais diversas áreas que se debruce sobre uma peça

³ (...) “Como aliás o Professor Sousa Lara reconhecerá adiante, a extensão do direito e uso de armas e a sua muito maior difusão levaria a que qualquer cidadão ou agrupamento de cidadãos ficasse com o pleno direito de adoptar e usar os emblemas que quisesse, desde o momento em que não ofendesse a moral pública e os direitos de terceiros” (como refere o Marquês de São Payo na pág. 26 do seu *Direito Heráldico Português*) - Abrantes, Marquês de, *Introdução ao Estudo da Heráldica*, Biblioteca Breve, Maia, 1992, p. 118.

⁴ Seixas, Miguel Metelo; “Heráldica Eclesiástica na Porcelana Chinesa de Importação Portuguesa” in Santos, A. Varela, *Portugal na porcelana da China: 500 anos de comércio / Portugal in porcelain from China: 500 years of trade*, vol. II, Artemágica, Lisboa, 2007, p.415.

armorejada. No seu estudo sobre a relação entre Arte e Heráldica, Julián Villar⁵ conjectura acerca da negligência a que a heráldica é sujeita neste âmbito, argumentando que tal se pode dever à sua terminologia por vezes críptica para muitos, aliada à sua constituição estética considerada indecifrável, ou até pela sua indiscutível ligação à Genealogia. Esta linguagem que o referido académico culpabiliza, em parte, pelo desinteresse a que esta disciplina está sujeita é afinal, nas palavras de Pastoureau, “*rigueur et poésie*”⁶ e que, ao invés de a cifrar cada vez mais condenando-a ao esquecimento, urge difundir não só no meio académico mas pela sociedade que coabita diariamente com a heráldica, tantas vezes imperceptível aos olhos do cidadão comum.

Esta opinião está bem patente nas palavras cristalizadas pelo Marquês de Abrantes que atesta, “ [o facto de o] *estudo da Heráldica se poder revelar – como se revelou noutros países – como constituindo um elemento primordial no esclarecimento da evolução das sociedades medievais ou, mais precisamente e no que nos diz particularmente respeito, na compreensão da organização social do nosso povo durante o período em que a nossa nacionalidade [e a nossa identidade] tomou corpo e se firmou (...)*”⁷.

Por outro lado, é ainda importante atentar no facto de as armas dos eclesiásticos serem pessoais e intransmissíveis, exclusivas de cada titular e constantemente renovadas com a pessoa do novo prelado, já para não mencionar as armas das ordens e instituições religiosas que pouco ou nada se podem associar com as honras do século. E, se ao longo desta investigação não nos é alheia a preponderância e coincidência da linhagem fidalga nos conjuntos armorejados dos antístites referidos, ressalva-se a particularidade da importância de que estes sujeitos se revestiram ao longo do espectro temporal aqui considerado, o que foi amplamente corroborado através dos estudos de José Pedro Paiva que se tem dedicado a esta temática do provimento e poder do cargo episcopal.

Do mesmo modo, tal como refere Miguel Seixas, ainda na actualidade vemos o clero como um dos maiores criadores, requerentes e consumidores de armas, constituindo

⁵ Villar, Julián Álvarez, *Arte y heráldica*, Cuadernos de historia del arte; 6; Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, Salamanca, 1985, p. 7.

⁶ Pastoureau, Michel, *Figures de l'héraldique*, Découvertes Gallimard, Paris, 1996, p. 88.

⁷ Abrantes, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1983, p. 11.

verdadeiramente aquilo a que Langhans refere como uma Heráldica enquanto ciência de temas vivos e, assim, o que se pretende aqui realçar é a necessidade de reivindicar uma heráldica que faça justiça ao seu mérito enquanto arte e enquanto ciência, comprovada por inúmeros autores que fomos citando ao longo desta dissertação.

Ao longo desta análise, poderemos ainda confirmar a importância dos ornatos exteriores, cuja pertinência e relevo será debatida na primeira parte da dissertação. Do mesmo modo, será visível a dicotomia entre um período de apogeu, com esmaltes puros, armas plenas ou elaboradas de um modo coerente, e uma época designada por decadente na história da Heráldica, neste caso portuguesa, onde se criaram conjuntos armoriados mais ao gosto de indivíduos e de novos paradigmas estéticos, políticos e económicos do que das normas estabelecidas da arte de bem armorejar. Através dos elementos externos ao escudo, da forma deste mesmo escudo, das peças e dos esmaltes, dos metais e, por vezes, de iconografia devocional, é possível apreender uma visão global deste nicho da heráldica eclesiástica, já de si um segmento da Heráldica em geral.

Igualmente relevante para esta dissertação é a ligação intrínseca entre o conjunto armoriado e o seu proprietário, desde uma iconografia e ordenamento ainda ligados a um passado medieval até à simbologia que remete para novos princípios, associados a uma visão pós-tridentina, onde os bispos surgem como indivíduos mais focados no exercício dos seus poderes na diocese e, ao mesmo tempo, pastores reconhecidos pelas suas virtudes políticas. Assim, pretende-se com esta investigação realizar um trabalho no campo da Heráldica que remete para a particularidade dos bispos-condes, um nicho precioso dentro do campo das armas eclesiásticas⁸ já de si frequentemente relegadas para segundo plano na pesquisa bibliográfica e que, por si só, colocam uma miríade de questões complexas intrínsecas à sua natureza individual e exclusiva. Ainda no respeitante ao objecto de estudo, destaca-se também a amplitude temporal aqui em foco, deixando antever a dimensão do objecto de estudo, pelo que se torna pertinente seleccionar alguns dos sujeitos representativos das várias realidades socio-culturais e

⁸ No respeitante à particularidade dos bispos-condes no contexto português, refira-se que, em contexto internacional há, igualmente, casos que se revelam aproximados ao nosso estudo. De facto, sabe-se que em Durham, os bispos seriam designados de prince-bishops com a classificação secular extraordinária de condes-palatinos, até 1832, usando de todas as todas as prerogativas a que teriam direito, tal como o coronel nas armas. Do mesmo modo, em Salzburgo, destaca-se o caso dos arcebispos-príncipes desta diocese, título concedido ao tempo do Sacro Império Romano-Germânico. Chagas, Manoel Pinheiro; *Dicionário Popular*, Lallement Frères, Lisboa, 1880; vol. II, p. 93 e vol.V, p. 158.

político-económicas aqui presentes, ou seja, sujeitos emblemáticos com particular relevo e projecção histórica para esta pesquisa. Pretende-se que esta dissertação seja um trabalho descritivo e analítico incidindo sobre uma amostra dos sujeitos investidos desta condição no respectivo período de tempo em vigor.

Ou seja, apesar de os estudos qualitativos não carecerem de amostra representativa⁹ e de os estudos históricos/etnológicos se inserirem nesta categoria, mencionamos como critério de consideração para a determinância dos sujeitos estudados o seu relevo histórico, que os justifica como personagens determinantes para a evolução do conhecimento. Ainda assim, sendo que o universo total de bispos-condes perfaz um número de 25 indivíduos, considerou-se uma selecção de 25% dos visados. Deste modo, neste estudo será vital considerar D. João Galvão (1460-1481) e D. Ernesto Sena de Oliveira (1948-1967), respectivamente o primeiro e último bispos-condes, e ainda D. Jorge de Almeida (1481-1543), D. Afonso de Castelo-Branco (1585-1615), D. Miguel da Anunciação (1740-1779) e D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho (1779-1822), estabelecendo como acima se referiu, um núcleo de representantes de particular relevo e projecção histórica abarcando o período desde 1472, já nos finais do século XV, até meados do século XX, ultrapassando a conturbada fase da promulgação de Joaquim António de Aguiar a 30 de Maio de 1834.

Será ainda pertinente mencionar que se pretende, mais do que uma simples pesquisa genealógica, ou no âmbito da história económico social ou do pensamento, investigar semiologicamente os ícones heráldicos dos sujeitos em estudo, realizando uma análise concreta a nível da simbologia heráldica religiosa e da sua singularidade que a destaca da heráldica familiar e no panorama português.

Sabemos, portanto, que a honra de bispo-conde foi concedida a Dom João Galvão aquando do reinado de D. Afonso V, em virtude da sua participação na conquista de Arzila e Tânger e, assim, a 25 de Setembro de 1472, o bispo de Coimbra tornou-se igualmente Conde de Arganil e Senhor de Côja, até Dom Ernesto Sena de Oliveira já em pleno século XX. Ou seja, apesar de o título ter caído em desuso, com o Arcebispo Bispo-Conde Dom Ernesto, algo que se perpetuou até à actualidade, os bispos de Coimbra ainda

⁹ Bogdan, Robert, e Bilken, Sari; *Investigação qualitativa em Educação – uma introdução à teoria dos métodos*, Porto Editora, Porto, 1994, pp. 90- 97.

têm direito civil de usar este título nobiliárquico, mesmo após a instauração da República. Na realidade, debatemo-nos diariamente com o preconceito associado à ideia de elitismo que envolve a disciplina Heráldica. Contudo, se, de acordo com Pedro de Sousa Castelo Branco “*As armas são prova de honra, e nobreza, compostas de certas cores, e figuras, que representam nos escudos, nas bandeiras, e cótas para a distinção das famílias pelos Principes em premio de alguma acção, ou serviço considerável*”¹⁰ não podemos deixar de considerar todos os outros exemplos de armigerados que não possuem título ou honras cedidas pelo Rei. De facto, hoje podemos afirmar com segurança que Heráldica não é necessariamente sinónimo de nobiliarquia. Contudo, se considerarmos muitos investigadores contemporâneos, ainda encontramos essa associação, como o exemplo de Manuel de Sousa que afirma, à semelhança do supracitado que “*heráldica é a ciência que estuda e interpreta as origens, evolução, significado social e simbólico, filosofia própria, valor documental e a finalidade da representação icónica da nobreza, isto é, dos escudos de armas*”¹¹.

Neste âmbito é importante realçar o papel de grande importância do ensino da Heráldica, porque só através do conhecimento da disciplina é possível rentabilizá-la de um ponto de vista cultural e gerador de riqueza intelectual e sociológica, aplicando o estudo da Heráldica a nível nacional como forma de contributo para estabelecer novos diálogos entre esta área do saber e a sociedade portuguesa.

No entanto, carecemos de uma heráldica que cumpra os princípios primordiais do valor estético e identificativo, de acordo com regras precisas que foram sendo apuradas ao longo de séculos. E, se de acordo com Bruno Heim, não é possível regulamentar o bom gosto, apelamos ao mote de Kant, que defende que o gosto é precisamente aquilo que deveremos discutir. Não obstante a questão do valor estético e do gosto pessoal (pois em armas eclesiásticas, este é o elemento preponderante para a definição do escudo, sobretudo na actualidade), urge a necessidade de se promover uma boa heráldica - não obstante Langhans realçar o caso de algumas armas de fé, magníficas na sua constituição e concepção artística, no Portugal contemporâneo.

¹⁰ Castello Branco, Pedro de Sousa, *Elementos da história, ou o que he necessario saber-se da chronologia, da geografia, do brazão (...)*, traduzido e adaptado de Vallemont, Pierre Le Lorrain de; Tomo II, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa Occidental, 1741, p. 16.

¹¹ Sousa, Manuel de, *As origens dos apelidos das famílias portuguesas*, Sporpress Ed., Mem Martins, 2001, p. 263.

Mais têm sido os casos de armas com ordenamentos duvidosos e inusitados, do que armas que obedecem aos princípios supracitados e isto deve-se, em parte, à inexistência de um órgão regulador da heráldica eclesiástica, facto que conduz ao óbvio – qualquer indivíduo pode compor um brasão e assumi-lo como seu. Na realidade, não obstante os múltiplos textos e tratados que serão citados, confirmaremos que a relação entre norma e prática se constituirá de uma complexidade muito maior que poderíamos julgar, no respeitante à ordenação dos escudos.

Se isto parece contraditório em relação ao que se defendeu acima, no respeitante a “armas assumidas”, não o é. De facto, qualquer sujeito o pode fazer, mas tem o dever moral (porque vive e faz parte de uma sociedade moral em que quer ver reconhecidos os seus sinais distintos) de obedecer às normas e regras implementadas e apuradas ao longo de séculos. Apesar de não podermos obliterar a importância de instituições regulamentadoras como o Royal College of Arms – que subsiste em Inglaterra desde a sua criação no século XV, e dos trabalhos patrocinados pela Acadèmie Internationale d’Hèraldique, bem como pelo Instituto Português de Heráldica, citando apenas alguns exemplos para o desenvolvimento desta área específica, a realidade é que no nosso país ainda estamos longe de alcançar o nível de dedicação e interesse que esta disciplina recebe além-fronteiras. Mesmo que, tal como se mencionou na introdução desta investigação, tenham surgido nos últimos anos, diversos trabalhos dedicados à temática, continua a ser para consumo dos seus pares, minando o desenvolvimento desta ciência e arte.

Assim, nesta investigação corroboramos as palavras de Langhans, ao afirmar que “ (...) a heráldica não é uma ciência oculta, cabalística e hermética”¹². É, como acima referimos, uma ciência, uma arte e uma técnica que adquire, com as armas eclesiásticas “mais do que em qualquer outro sector, um carácter de ciência auxiliar da história. Símbolo de época, espírito e temperamento”¹³.

¹² Langhans, F. P de Almeida, *Heráldica – Ciência de Temas Vivos*, p. 263.

¹³ Langhans, F. P de Almeida, *Heráldica – Ciência de Temas Vivos*, p.391.

Capítulo I – *Heráldica Eclesiástica*

1.1 - Contextualização do Estudo da Heráldica Eclesiástica em Portugal – o Estado da Arte

Neste contexto de estudo preliminar do conceito mais vasto de heráldica eclesiástica e, atentando no estudo de Pedro Sameiro¹⁴, que desenvolveu um trabalho inédito concernente à temática específica da heráldica eclesiástica no caso português, podemos averiguar que esta disciplina, em geral, tem por objectivos o estudo e a organização do conjunto das regras que disciplina a constituição, a modificação e a cessação do direito aos símbolos heráldicos, que determinam a natureza e a morfologia dos ditos símbolos. Portanto, quando se menciona esta teoria, no panorama da heráldica eclesiástica é necessário considerar um contexto bem mais restrito, como verificaremos posteriormente.

Assim, de acordo com o Barão de Roure de Paulin¹⁵, é vital dar a conhecer as leis da heráldica, às quais se deve submeter o clero que tem a vontade de declarar as suas dignidades e funções evitando qualquer mal entendido ou erro. As coroas, os timbres e outros objectos colocados em torno do escudo foram criados para especificar ou realçar a dignidade do armigerado.

Recentemente, o incontornável mestre Monsenhor Bruno Heim¹⁶ declarou que a lei heráldica da igreja trata apenas das marcas de dignidade dos clérigos e ignora os seus escudos heráldicos¹⁷. Todavia, este autor menciona situações onde o conteúdo do escudo de armas pode ter uma ligação com a dignidade do seu titular no seio da igreja. Isto é algo que podemos verificar com alguns membros de ordens ou congregações religiosas que possuem o direito de, nas suas armas, usarem elementos heráldicos das respectivas ordens ou institutos, ou mesmo o caso de prelados e bispos que combinam as suas armas pessoais com as referentes aos seus bispados, territórios e mosteiros, como é o caso do brasão do actual Papa Bento XVI, que inclui as armas da Diocese de Munique.

¹⁴ Sameiro, Pedro de Sá Alves; “L’héraldique ecclésiastique au Portugal” Sep. de *Genealogia & Heraldica*, Académie Internationale d’Héraldique, Helsinki, 1984, p. 466.

¹⁵ Citado por Sameiro in *ob. Cit.*, pp. 466/67 e in Seixas, Miguel, “Heráldica Eclesiástica na Porcelana Chinesa (...)”, p. 417.

¹⁶ Heim, Bruno; *Heraldry in the Catholic Church – Its origin, customs and laws*, 1ª Ed, Publications Limited of Gerrards Cross, Buckinghamshire, 1987, pp. 20-22.

¹⁷ Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p. 23.

A heráldica eclesiástica tem, portanto, como objecto de estudo sistemático, os elementos indicativos de funções ou dignidades na igreja, existentes nos armoriais de membros do clero e, do mesmo modo, também representação heráldica das pessoas da igreja. Esta opinião não é, contudo, partilhada por todos no meio científico e, mesmo em Portugal, há autores com uma concepção mais vasta deste mesmo conceito, tal como Almeida Langhans¹⁸, que faz corresponder a heráldica eclesiástica à heráldica dos eclesiásticos, ou mesmo René de Segrais que, na sua obra *Resumo da Ciência do Brasão*¹⁹, de 1951, não inclui uma secção específica para as armas eclesiásticas, mencionando unicamente as armas das comunidades religiosas enquanto *Armas de Sociedade*.

Assinalando estas diversas propostas verificamos que não só este é um ramo que tem vindo a ser ignorado no meio científico, como a lacuna de uma definição acurada do seu próprio objecto de estudo, com clareza, cientificidade e objectividade, não auxilia à realização de uma avaliação credível a nível académico. Deste modo, e avaliando os variados panoramas propostos, será a hipótese de Miguel Seixas²⁰ a que constituirá uma tese cientificamente mais correcta e actual, ou seja: é essencial não olvidar que as armas eclesiásticas são pessoais e não hereditárias e têm como propósito primordial a identificação do indivíduo, explicitando, de igual modo, a sua dignidade ou função no interior da Igreja. Assim, temos uma tese que nos conduzirá a uma ambivalência de critérios pois, se por um lado temos um conjunto normativo que dita as regras para o conjunto dos ornatos exteriores (indicativos de dignidade e função), por outro, encontramos a liberdade na escolha do campo do escudo (identificativo do proprietário das armas).

Seria simples se fosse possível delimitar o nosso estudo aos ornatos exteriores, não fosse a multiplicidade de hipóteses na configuração interna do escudo contemplar, igualmente, a inclusão de elementos referentes à prática litúrgica ou a devoção pessoal, ou mesmo o recurso a peças de armas de instituições religiosas, conforme será analisado adiante. Portanto, é impossível excluir qualquer destas partes visto articularem-se num

¹⁸ Langhans, F. P de Almeida, *Heráldica – Ciência de Temas Vivos*, Gabinete de Heráldica Corporativa – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho; Lisboa, 1966, p.391.

¹⁹ Segrais, René Le Juge de, *Resumo da Ciência do Brasão*, tradução de Ruy Travassos Valdez, Livraria Bertrand, Lisboa, 1951, p.112.

²⁰ Seixas, Miguel, “Heráldica Eclesiástica na Porcelana Chinesa ...”, p.415-417..

conjunto lógico e indissociável. Assim, concluímos concordando com o autor supracitado defendendo que, para um estudo correcto desta tipologia heráldica é imprescindível considerar não só o conteúdo do conjunto armorejado mas, acima de tudo, ter em conta o titular dessas mesmas armas. Nas palavras de Miguel Seixas, “*a heráldica eclesiástica tem por objecto de estudo os brasões de pessoas e instituições da Igreja, quer no que se refere ao campo do escudo, quer aos ornamentos exteriores*”²¹. A heráldica eclesiástica tem provado a sua legitimidade enquanto tipologia específica dentro desta disciplina e, a partir desta constatação, elaboramos a nossa análise.

1.1.1 – As Fontes para o estudo da heráldica eclesiástica em Portugal

De acordo com a proposta de Pedro Sameiro²² podemos classificar as fontes disponíveis para o estudo da heráldica eclesiástica em Portugal em duas tipologias – fontes documentais e fontes monumentais. Na primeira categoria, onde as fontes não são abundantes nem geralmente organizadas enquanto recolhas especializadas, podemos citar:

- Armoriais de brasões eclesiásticos, de onde se destaca o manuscrito de Jorge Hofacker de Moser *Brasões eclesiásticos originais do último décimo do séc. XVIII*. Esta obra, conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa, é um trabalho importante mas que, não obstante a sua relevância, é confinado a um hiato temporal muito limitado. Podemos ainda realçar *Escudos de armas dos bispos de Lamego* de F. J. Cordeiro Laranjo²³, que nos remete para um estudo local deste bispado mas focando já exemplos desde 1492 até à actualidade, mais concretamente até 1976, data da concepção desta obra.

- Armoriais gerais onde, apesar de não terem como norma a inclusão de armas eclesiásticas por si só, se verificam casos excepcionais e esporádicos como o *Livro do Armeiro-mor*²⁴, obra do século XVI ainda hoje conservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que inclui no seu vasto espectro de iluminuras heráldicas, as armas de D.

²¹ Seixas, Miguel, “Heráldica Eclesiástica na Porcelana Chinesa ...”, pp. 416/17.

²² Sameiro, Pedro de Sá Alves; “L’héraldique ecclésiastique ...”, p. 466.

²³ Laranjo, F. J. Cordeiro; *Escudos de armas dos bispos de Lamego: 1492-1976*, Junta Distrital, Viseu, 1977.

²⁴ Para este estudo foi consultada a versão impressa: Du Cros, João, *Livro do Armeiro-Mor* (precedido de um estudo de António Machado de Faria), Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956.

Diogo Almeida, mais conhecido por Prior do Crato. Do mesmo modo o *Tesouro da Nobreza* de Francisco Coelho conservado no mesmo Arquivo, é um exemplo deste caso. Este obra do século XVIII inclui brasões de algumas ordens e congregações religiosas tais como os cónegos regulares de S. João Evangelista, os Irmãos de S. João de Deus, ou mesmo os Jerónimos. Por último, temos o caso de *Tropheos Lusitanos*. Esta obra de 1632 por António Soares de Albergaria, representa, a título excepcional, as insígnias heráldicas do Arcebispo de Braga e do Bispo-Conde de Coimbra – categoria sobre a qual se dirige esta investigação.

- Inventários Sigilográficos que constituem uma valiosa fonte pela facilidade da sua datação e por nos esclarecerem acerca de épocas anteriores à própria organização de armoriais e da redacção de tratados heráldicos. Deste conjunto destacam-se três trabalhos, sendo que dois destes foram publicados na Revista *Armas e Troféus* do Instituto Português de Heráldica – “Esboço de um corpus sigilográfico-heráldico”²⁵ de Francisco de Simas Alves de Azevedo e “Apontamentos de esfragística portuguesa (do séc. XVI ao XIX)”, por D. Luis Gonzaga de Lencastre e Távora, de 1963/65 e 1972 respectivamente; são duas publicações de relevância sendo que, só o Marquês de Abrantes estudou um total de 51 selos eclesiásticos e civis. Ainda deste último autor temos *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*²⁶, de 1983 onde reuniu e analisou um extraordinário acervo de 501 selos (dos quais a grande maioria se encontra conservada no A.N.T.T. entre alguns já descobertos por outros especialistas e que se encontravam em obras dispersas.

Neste ponto vale a pena destacar a opinião do Marquês de Abrantes cristalizada nesta última publicação mencionada. Tal como confirmaremos posteriormente nesta investigação, este autor refere a importância das matrizes sigilares como fontes de comprovado valor jurídico para além do singular “*simbolismo representativo que era o seu, em relação à autoridade e mesmo à própria individualidade psíquica dos seus utentes. Neste caso preciso, a Sigilografia aproxima-se da Heráldica e com ela muitas vezes se interpenetra, não só pelo interesse sociológico e relevantemente personalista*

²⁵ Revista *Armas e Troféus*, II Série, Tomo IV, 1963, p. 44 e seguintes; Tomo V, 1964, p. 329 – 330; Tomo VI, 1965, p. 362 e seguintes.

²⁶ Revista *Armas e Troféus* III Série, 1972, pp. 108-132 e 219-238.

que também ela tinha, como porque a segunda constituía inúmeras vezes um elemento preponderante da primeira”²⁷.

- Inventários de escultura heráldica, pedras-de-armas e sobretudo pedras tumulares que se revestem de extrema importância neste contexto apesar da sua, por vezes, difícil datação. Dentro desta categoria temos o contributo de três autores renomados: Armando de Matos com *As pedras de Armas do Porto*, obra de 1953; José Bènard Guedes Salgado que publicou “Brasões de Armas de Famílias Portuguesas em Itália”, de *Armas e Troféus* no ano de 1969 e Artur Vaz Osório da Nóbrega com *Pedras de Armas e armas tumulares do distrito de Braga*, de 1970.

- Tratados de Heráldica, os quais serão citados no decorrer deste texto. Contudo, será necessário ter em conta o carácter limitado destas obras, fruto de uma visão predominantemente conservadora e normativa em relação ao conceito de heráldica eclesiástica aqui considerado.

Acerca das fontes monumentais será relevante mencionar as esculturas heráldicas, os bordados armorejados dos paramentos litúrgicos (de grande importância para transmitir a noção e a representatividade da cor) e todas as iconografias armorejadas apostas em mobiliário ou alfaias e objectos litúrgicos e, não de menor importância, os selos por si só. À medida que os membros do Clero, sobretudo bispos, se encontraram progressivamente mais envolvidos em matérias administrativas, o uso dos selos tornou-se cada vez mais pertinente e eficaz na corroboração documental. Deste modo, também a Heráldica manifestou um crescimento evidente, sendo que o seu principal veículo de ligação à Igreja era, portanto, através dos selos. Assim, com o passar do tempo, mais do que validar documentação, a Heráldica tornou-se um elemento identificativo de extremo relevo para o Clero.

Não obstante, em Portugal verifica-se uma escassez de inventários do património histórico-artístico e eclesiástico, na ordem inversa à vastidão de casos de estudo que se apresentam no nosso território, o que acaba por impossibilitar um estudo acurado com base nestas fontes. Portanto, todas as observações e estudos feitos não tiveram em

²⁷ Abrantes, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia...*, p. 29.

consideração que os elementos disponíveis e as conclusões que a partir daí podemos formular, se baseiam em todo um universo bastante restrito que, com facilidade, poderá ser indelevelmente modificado com possíveis novas descobertas. Apesar de isto ser uma evidência em diversos aspectos, no caso português é clara a situação deficitária e aquilo que falta descobrir é bem mais vasto do que o que já o foi.

1.1.2 – Os períodos da história da heráldica eclesiástica em Portugal

Das tentativas de periodização da história heráldica em Portugal por diversos autores destaca-se a proposta de Luiz Ferros²⁸, que consiste em sete períodos – o Medieval, as Reformas Manuelinas, a dinastia Filipina, da Restauração da Independência ao reinado de D. João V, a Reforma do “*Cartório da Nobreza*” (1722 – 1790), o período a partir de 1790 a 1865 e, por fim, a época de novas concessões de armas em finais do séc. XIX (1865 – 1910).

Por sua vez, o renomado Marquês de Abrantes subdividiu o período medieval em três fases ou seja, a primeira etapa desde o início da nacionalidade até meados do séc. XIII, seguida da fase de meados do séc. XIII até ao último quartel do século seguinte – também com o início da influência anglo-normanda e, por último, desde essa época até ao fim do séc. XV.

Assim, o primeiro período remonta ao tempo da própria formação da heráldica e, por uma questão de pertinência, considerar-se-á o ano de 1143, aquando do reconhecimento da independência portuguesa pelo tratado de Zamora, e o ano de 1248, data da tomada de posse do futuro D. Afonso III como rei de Portugal, como data limite para esta primeira fase. Como poderemos ver, a consolidação da heráldica não será pacífica e, paulatinamente, o sistema simbólico, inicialmente caracterizado por iconografia hagiológica, começa a difundir-se pela Europa Ocidental.

Seguindo a linha de análise proposta por Sameiro²⁹, consideremos a sigilografia como veículo de análise para uma melhor percepção deste caso. Se considerarmos o

²⁸ Citado por Sameiro, Pedro de Sá Alves no artigo “L’héraldique ecclésiastique ...” p. 468.

²⁹ Sameiro, Pedro de Sá Alves; “L’héraldique ecclésiastique ...” p. 469.

núcleo de 81 selos que remontam a este período, podemos salientar que há três principais subdivisões sendo que se verifica um grupo de 23 selos puramente emblemáticos (28,3%), outro de exemplares iconográficos³⁰ num total de 26 selos (32%) e, por fim, 30 selos heráldicos que representam uns já notáveis 37%. À parte quedam-se alguns selos de classificação ambígua. Nesta já numerosa categoria de selos ditos heráldicos considerou-se, para além dos que ostentam um evidente escudo de armas³¹, todos aqueles que apresentam uma simbologia reconhecida e preponderantemente heráldica que tenha perdurado até à actualidade enquanto tal³².

Deste modo, será ainda relevante atentar que a classe dos eclesiásticos e das instituições religiosas constituem, na realidade, 2/3 do conjunto de portadores de selos, o que significa um total de 54 exemplares no grupo de 81 que se tem vindo a considerar³³, algo significativo não só numa dimensão estatística mas na sua importância a nível da futura adopção gradual de armas por parte deste sector. Na verdade, para já, apenas 5 são passíveis de serem classificados como puramente heráldicos e assim, confirmamos que este é um período em que se verifica uma heráldica dos eclesiásticos que desponta lentamente, mas não podemos ainda falar verdadeiramente de heráldica eclesiástica, uma vez que quando aparece o escudo, este é ainda bastante simples e desprovido de ornatos exteriores.

A segunda época remonta para o início do reinado de D. Afonso III, em 1248. Este monarca simbolizou um ponto de charneira no panorama da heráldica portuguesa, maioritariamente devido ao seu matrimónio com D. Mafalda, condessa de Bolonha. Essa presença no estrangeiro valeu-lhe não apenas o cognome mas também uma distinta erudição que se reflectiu na própria modificação do escudo de armas dos reis portugueses, adicionando a bordadura de vermelho carregada de castelos de ouro, neste caso claramente aludindo às suas segundas núpcias em 1253, com D. Beatriz, filha de Afonso X, rei de Castela.

³⁰ E por iconográficos entenderam-se todos os que no seu conteúdo simbólico não se manifestam formas ditas heráldicas.

³¹ Apesar de desprovidos de adornos exteriores, tal como no caso do selo de D. Pedro, cónego e mestre-escola da catedral de Coimbra.

³² Tais como os 17 selos municipais que já se incluem neste conjunto.

³³ Ver Anexos nº 1 e 5.

Por outro lado, questiona-se acerca da possível existência de um Rei d'Armas na corte deste soberano, algo que, apesar da inexistência de provas concretas, é uma hipótese sustentada pelo Marquês de Abrantes, com base na comparação de exemplares sigilográficos posteriores a 1248, onde se evidencia a notória diferença em termos da simbologia heráldica, começando a manifestar-se um sistema lógico e simbólico de dignidades e cargos da Igreja. Nesta segunda fase³⁴, de um total de 309 selos registados de acordo com o critério previamente utilizado, encontram-se já 123 selos unicamente heráldicos, o que representa 39,8% do conjunto, para além de 19 selos heráldicos e iconográficos (6,4%) e de 4 exemplares (1,2%) heráldicos e emblemáticos, confirmando-se assim uma imposição da simbologia heráldica em relação às outras tipologias de representação.

Não obstante, 195 selos desta época atribuídos a eclesiásticos ou a instituições religiosas perfazem 63,1% sendo que destes, apenas 49 são heráldicos, algo que não constitui uma diferença avassaladora da percentagem da época anterior no tocante à utilização de heráldica por parte de eclesiásticos ou de instituições religiosas. Apesar disso, podemos averiguar que 15 destes selos são de bispos enquanto que os restantes se encontram nas mais diversas categorias, nunca ultrapassando a marca dos 6 selos (Mestre de Avis)³⁵. Verificamos ainda que, em selos heráldicos, os religiosos perpetuam uma tradição de selos armorejados com um escudo simples, não ostentando elementos externos mas apenas completando (como se verificou na estatística supracitada) com outros elementos emblemáticos e iconográficos.

Será por isso extremamente curioso o caso do bispo do Porto, D. Afonso Pires que, em 1361, usa uma mitra sobrepunhando as suas armas, algo que só voltamos a conhecer com D. Luís Coutinho, bispo de Viseu já em 1448 sendo assim classificado por Miguel Seixas como “*o primeiro elemento de um sistema de representação da hierarquia eclesiástica*”³⁶. A utilização da mitra e não tanto do báculo³⁷ (que analisaremos posteriormente na qualidade de peças heráldicas) enquanto símbolo de dignidade do bispo é outra característica que revela a originalidade da heráldica eclesiástica portuguesa.

³⁴ Ver Anexos nº 2 e 5.

³⁵ Ver Anexo nº 3.

³⁶ Seixas, Miguel Metelo; “Heráldica Eclesiástica na Porcelana ...” p. 428.

³⁷ Como se verifica amplamente noutros países após o início do séc. XIV.

A terceira e última subdivisão do período medieval, que compreende o período de tempo entre 1385 até ao reinado de D. Manuel I, determina já um ponto decisivo na consolidação de um imaginário heráldico, com uma utilização evidente dos ornatos exteriores e timbres, como já se mencionou, extremamente relevantes no que concerne a clarificar a dignidade e hierarquia do titular das armas. Num novo contexto político e social, Sameiro atenta no testemunho do sobejamente conhecido cronista Fernão Lopes que, acerca da batalha de Aljubarrota, calorosamente atesta a presença abundante de bandeiras e bandeirolas, ao gosto de cada um, nas fileiras da frente. Apesar deste “*ao gosto de cada um*”³⁸, sabemos da existência de um Rei d’Armas de nacionalidade inglesa – pensa-se que de nome Harriet – na corte de D. João I, introduzindo uma clara influência da estética bretã, que se reflectiu nas armas desta dinastia.

Recorrendo ainda à análise sigilográfica, observamos que³⁹ num núcleo de 122 selos deste período já 64,7% ou seja, 79 selos, são heráldicos, estabelecendo esta simbologia como predominante nesta terceira fase. Deste conjunto, é notável que 19 destes selos sejam de bispos e 18 de arcebispos. Aqui se revela claramente uma alteração de paradigmas, onde também a utilização de timbres e ornatos exteriores se encontra em evidente expansão. A utilização do chapéu eclesiástico – *gallero/gallerum*, estabelece-se em Portugal por via das armas cardinalícias já no séc. XV, um século depois do seu suposto aparecimento em Itália e, exemplo disso é o chapéu de 3 fileiras de borlas do Arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa, nos selos datáveis de 1478 e 1479, bem como D. Luís Pires, bispo de Évora entre 1464 e 1467, que tem as suas armas representadas na catedral daquela cidade, encimadas por um *gallero* verde, igualmente com 3 filas de borlas sendo que a mitra encabeça o seu escudo dos exemplares esfragísticos.

Ainda no foro da representação de peças concernentes à condição eclesiástica em peças de sigilografia com heráldica encontramos o caso singular de D. João Anes, bispo de Lisboa. Este prelado usa de uma cruz num seu selo datável de 1387. No entanto, esta era uma prática comum dos arcebispos, condição que este só assumiu em 1394. A partir daqui começamos a vislumbrar esta simbiose no foro das armas eclesiásticas onde um prelado, enquanto bispo, tem um elemento de um cargo que irá assumir posteriormente.

³⁸ Sameiro, Pedro de Sá Alves; “L’héraldique ecclésiastique ...” p.471.

³⁹ Ver Anexos nº4 e 5

Este caso surpreendente e singular confirma a regra. A presença de ornamentos exteriores afirma-se ainda com poucos elementos identificativos do cargo que este prelado ocupa. No caso de bispos, a mitra é o elemento preferencial, como se constata no exemplo de D. João Galvão, bispo-conde de Coimbra, cujas armas abordaremos atempadamente, ou mesmo no selo de D. João Vicente, bispo de Lamego e de Viseu⁴⁰. A abstenção da utilização do báculo é uma evidência, tal como se verificava no período anterior.

Assim, é agora possível falar-se de uma heráldica eclesiástica em Portugal. Na sucessiva adopção de ornatos exteriores e timbres nas armas de prelados, encontramos paralelo com um fenómeno similar na heráldica de família onde elmos, coroas, paquifes e outros elementos começam a envolver e a sobrepujar as armas com uma cada vez maior regularidade e, assim, concomitantemente com este modelo também a heráldica eclesiástica e sobretudo a dos eclesiásticos, adoptou novas formas ou, pelo menos, assumiu-as com maior flexibilidade e preponderância, originando novos caminhos e etapas para a história da arte de armorejar no contexto clerical.

Será ainda imprescindível realçar que, com D. Manuel I, a Heráldica se normaliza e se submete a um corpo de regras. A partir deste monarca torna-se corrente a formalização através da carta de armas aquando da atribuição das mesmas. Contudo, não ignoremos que Heráldica e Nobiliarquia nem sempre são coincidentes e que a carta de armas é um instrumento jurídico que confere apenas armas de nobreza e, mesmo essas, poderiam ser adoptadas por tradição familiar. Ainda assim, não são armas de nobreza a não ser que passem pelo Rei d'Armas. No seguimento desta informação podemos referir que neste período, confirmamos já a organização de um Colégio de Reis d'Armas e de Heraldos/Arautos, onde se destacou o eminente Doutor António Rodrigues, neste mesmo reinado escrevendo, entre outras obras, o *Tratado Geral da Nobreza*, obra de extrema relevância por constituir o primeiro grande tratado português de Heráldica, tendo o original, infelizmente, desaparecido entretanto.

⁴⁰ Ver Anexo nº 6.

No trabalho de António Rodrigues⁴¹ seriam já anunciados, ainda que de modo primário, os princípios da heráldica eclesiástica, estabelecendo o *gallero* vermelho para os cardeais e, para os bispos, o mesmo chapéu mas de negro forrado de verde. Assim, este Rei d'Armas preconizou normas que perduraram até à contemporaneidade, embora com algumas variantes ditadas pela adaptação a novos costumes e práticas litúrgicas, como por exemplo bispos que fazem uso do *gallero* verde (também designado de *sinople*), enquanto outros usam o chapéu de negro forrado de verde, como anteriormente mencionado. Este período resultou, portanto, numa teorização heráldica sem precedentes no reino e numa frutuosa produção de armoriais oficiais da nobreza como, por exemplo, *O Livro do Armeiro Mor*⁴², anteriormente mencionado.

Não obstante, verificar-se-á comumente a preferência pelo uso da mitra em detrimento do chapéu eclesiástico, para “coroar” as armas dos preladados portugueses, como poderemos confirmar a seu tempo nesta investigação. Ainda no século XVIII, António Coelho, também Rei d'Armas, indica a mitra e o báculo como insígnias dos bispos, sendo o chapéu eclesiástico de negro forrado de verde atribuído aos Arcebispos. Mas, com o tempo, o *gallerum* revestir-se-á de uma significância de excelência, reservada genericamente aos dignatários da Igreja, variando hierarquicamente através do número e ordem das borlas pendentes de modo directamente proporcional.

Contudo, a singularidade do caso português neste período, no que diz respeito a este tópico, é não mais do que o exemplo inédito do patriarcado de Lisboa, criado aquando do reinado d'O Magnânimo. Ao tentar tornar a capital numa cópia de Roma o panorama heráldico alterou-se relativamente ao clero – afinal, os patriarcas usam uma mitra em tudo similar à do Santo Papa, adornada com as suas tiaras tão características⁴³, como podemos verificar, a título de exemplo, nas armas de D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1929 – 1971)⁴⁴. Além das insígnias ligadas ao patriarcado, não olvidemos que

⁴¹ Rodrigues, António, *Tratado geral de nobreza*, Introd. Por Afonso de Dornelas, Biblioteca Publica Municipal, Porto, 1931.

⁴² Na realidade, tal como refere René le Juge de Segrais em “*Resumo da Ciência do Brasão*”, convém atentar que esta obra foi elaborada por Du Cros. Ao contrário da opinião geral, o Dr. António Machado de Faria comprovou que foi o arauto de armas de nacionalidade francesa e não António Rodrigues, o autor deste magnífico manuscrito de 1509.

⁴³ A mitra patriarcal consiste numa mitra de ouro nascente de uma coroa ducal, sobrepujada por um globo de ouro, tendo sobre este uma cruz de dois braços. Apesar de possuir unicamente uma tiara de uma só coroa, ao invés das três consagradas ao Papa, está revestida de pedras preciosas que lhe conferem um efeito ilusório de um maior número de tiaras.

⁴⁴ Ver Anexo nº 7.

os titulares do patriarcado de Lisboa eram consuetudinariamente cardeais, pelo que verificamos múltiplas vezes conjunções distintas dos ornatos exteriores – tiaras com *galleros* vermelhos, ainda que se denote a preponderância da mitra com as tiaras. Os principais podem ainda usar da mitra como insígnia heráldica de acordo com o “*Codex Titulorum S. Patriarchalis Ecclesiae Lisbonensis*”.

A par deste facto tão particular teremos, como se pode verificar, uma notória influência das práticas estrangeiras, sobretudo por via dos tratados de Heráldica, que apesar de ainda serem bastante incompletos representam um considerável avanço para a evolução desta disciplina. Obras como a de António Soares de Albergaria⁴⁵ ou de Pedro de Sousa Castelo Branco⁴⁶, revelaram-se um contributo inestimável para a consolidação da Heráldica em Portugal, não obstante as muitas lacunas no que concerne à heráldica eclesiástica que, até à contemporaneidade, ainda não foram devidamente colmatadas com o cuidado e cientificidade merecida, quando comparamos com os estudos dedicados a outras tipologias heráldicas.

Por último, refira-se que todas estas subdivisões temporais que nos permitem seccionar a análise anteriormente proposta, bem como a multiplicidade de particularidades que se manifestam através da heráldica eclesiástica nacional, não podem ser dissociadas de todo um contexto político, cultural e ideológico, sempre em desenvolvimento, que ditou as linhas de mudança ou de perpetuação destas mesmas formas de representação. Este diálogo será permanente ao longo do espectro temporal aqui considerado, ou seja, se com D. Afonso III vemos uma clara influência da sua presença em Cortes estrangeiras, pelas alterações que se verificaram, nomeadamente ao nível das suas armas, do mesmo modo com D. João V será flagrante a influência itálica, por exemplo, na forma de tantos escudos *testa di cavallo* que foram elaborados, a partir desta época. Do mesmo modo, a presença de estrangeiros em Portugal terá sido também essencial neste processo, como podemos ver, por exemplo, pela mão de Du Cros no *Livro do Armeiro-Mor*. Ou seja, a heráldica acompanha, indiscutivelmente, toda a miríade de influências políticas, económicas, culturais, sociológicas e artísticas que se verificaram ao longo dos tempos.

⁴⁵ Albergaria, António Soares de, *Tropheos lusitanos*, impresso por Jorge Rodriguez, Lisboa: 1632.

⁴⁶ Castello Branco, Pedro de Sousa, “*Elementos da história, ou o que he necessario saber-se da chronologia, da geografia, do brazão ...*” traduzido e adaptado de Vallemont, Pierre Le Lorrain de; Tomo II, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa Occidental, 1741.

1.2 - Heráldica Eclesiástica Episcopal

1.2.1 - A Heráldica associada ao cargo episcopal

O uso de armas por clérigos é evidente. Ao constatar o panorama heráldico nacional e internacional onde, desde prelados a cardeais, Ordens religiosas até ao Santo Padre, verificamos que esta arte tem sido amplamente usufruída, divulgada e promovida até aos dias de hoje, como tem vindo a ser abordado.

Mas, se de acordo com Bruno Heim, os clérigos estiveram desde sempre proibidos de carregar armas, sob a ameaça da excomunhão, algo que podemos comprovar segundo os Cânones 138 e 141 (*Codex Juris Canonici*)⁴⁷, ainda assim revogamos este contra-senso.

É factual que as origens da Heráldica se prendem indiscutivelmente a um propósito bélico, de identificação no calor da batalha⁴⁸ ou do torneio mas, em meados do séc. XIII, após uma aceitação hesitante, encontramos heráldica eclesiástica perfeitamente estabelecida, mais concretamente, assim que esta manifestação se despiu do seu carácter puramente belígero, tornando-se num “*sistema emblemático e identificativo presente em toda a sociedade*”⁴⁹. Na verdade, não podemos dissociar-nos nunca do objectivo primordial desta disciplina – a identificação e demarcação pessoal, posição social ou mesmo familiar, reconhecimento de origens ou mesmo cargos desempenhados, com uma base simbólica e estilizada. O propósito estético está, acima de tudo, patente numa composição heráldica.

Assim, tal como atesta o mesmo académico, foi com este propósito de marca identificativa que a Igreja adoptou a simbologia heráldica, como foi possível comprovar através do estudo de suportes sigilográficos proposto por Sameiro, referido no capítulo anterior pois, de facto, como nos refere o Marquês de Abrantes⁵⁰, o estudo sério da sigilografia nacional foi essencial para ultrapassar dificuldades e obstáculos que

⁴⁷ Heim, Bruno; *Heraldry in the Catholic Church ...*, p.23.

⁴⁸ Opinião contestada pelo Marquês de Abrantes na p. 22 da sua *Introdução ao Estudo da Heráldica*.

⁴⁹ Seixas, Miguel Metelo; “Heráldica Eclesiástica na Porcelana ...” p. 419.

⁵⁰ Abrantes, Marquês de *op. Cit.*, p.76.

comprometiam o trabalho dos heraldistas. O próprio Marquês levou a cabo grande parte desse levantamento exaustivo, mas muito ainda permanece por fazer.

Analisando outra perspectiva e observando uns séculos adiante, compreendemos o valor e o papel da heráldica no seio da Igreja nos estudos de José Pedro Paiva⁵¹ acerca do cerimonial envolvido nas entradas dos bispos nas suas dioceses ou mesmo da etiqueta e protocolo aplicada nas mais diversas cerimónias públicas. O autor chega mesmo a dizer que “*A cerimónia da entrada pública do bispo na sua diocese foi um dos ritos de consagração do poder episcopal que maior projecção e prestígio foi ganhando ao longo do século XVII, tendo-se mesmo perpetuado, pela centúria seguinte, como um momento - chave de afirmação do poder episcopal em face de todo o clero local e ainda em relação aos vários corpos de poderes que com ele conviviam na sede do bispado (...)*” e aqui é indissociável o papel da Heráldica enquanto veículo de um discurso político e de afirmação da própria identidade.

Consideramos ainda relevante destacar a problemática do provimento dos bispos nas suas dioceses, temática sobre a qual o autor supracitado se tem debruçado amiúde, ao longo das suas investigações, pelo que consideraremos particularmente os seus estudos para este ponto do nosso discurso. Confirmaremos ao longo da análise concreta dos bispos-condes em estudo que a nomeação dos bispos sofrerá variações ao longo de toda a história da Igreja e, apesar de esta dissertação não se inclinar para os primeiros séculos da história eclesiástica, referiremos ainda que, com o aumento do poder dos bispos nas respectivas dioceses, desde cedo as autoridades seculares se tentaram imiscuir neste processo numa tentativa de controlo que se perpetuará até ao período que está aqui em estudo. Apesar disso, o autor supracitado refere que, de acordo com Dante Gemmiti, esta forma de eleição dos bispos, a partir de finais do século XII, se foi restringindo a uma escolha efectuada pelos cabidos das dioceses, na sequência de determinação do Papa Alexandre III.

⁵¹ Paiva, José Pedro, “Etiqueta e cerimónias públicas na esfera da igreja: (séculos XVII-XVIII)”, *Festa: Cultura & sociabilidade na América Portuguesa*, Hucitec, São Paulo, 2001; “O cerimonial da entrada dos Bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder 1741-1757”, *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Coimbra, 1993; *Religious ceremonial and images: power and social meaning: 1400-1750*, Palimage, Coimbra, 2002.

Apesar de no II Concílio de Latrão (1139) se ter verificado uma clara oposição a este exclusivismo, já no IV Concílio, em 1215, é este o único método que se menciona no respeitante ao provimento episcopal. Normalizando-se esta prática da eleição pelo Cabido, o resultado foi a consequente sucessão quase “dinástica” dos bispos nas suas dioceses.

De acordo com José Pedro Paiva, os Papas “*invocando direitos fundados nos cânones e na tradição da Igreja que se começaram a compilar de forma sistemática*”⁵² foram acentuando a sua intervenção nos provimentos episcopais, nomeadamente por motivos de raiz económica, visto que “*pela nomeação pontifícia ou pela confirmação da eleição, o papado recebia somas significativas sob forma de taxas e direitos*”⁵³. A partir de Inocêncio IV (1243-1254) esta intervenção papal foi-se normalizando na nomeação episcopal, agora aclamando a “*plenitudo potestatis*” do Santo Padre, até se tornar uma prática definitiva com Urbano V que, em 1363, reivindicou o seu direito para designar todos os bispos e assim, consequentemente, os bispos nomeados tinham predominantemente uma forte ligação à Cúria Romana.

Posteriormente, na sequência do Grande Cisma do Ocidente, verificou-se um evidente enfraquecimento da autoridade pontifícia enquanto que, paralelamente, se acentuava uma consolidação do poder régio, em clara ascensão. Como já se havia verificado séculos antes, o poder secular uma vez mais procurou imiscuir-se no provimento dos antístites. Verificaremos ao longo do século XV, uma paulatina limitação dos poderes da Santa Sé no respeitante à nomeação episcopal que irá culminar no “*estabelecimento de uma forma absolutamente nova de provimento dos bispados vagos, na qual o modelo eleitoral, que caracterizara o processo durante vários séculos, foi erradicado*”⁵⁴ e assim, no século XVI, os poderes temporais passaram a ter o papel decisivo da nomeação episcopal, “*sempre sob o olhar atento, vigilante e enquadrador da autoridade papal*”⁵⁵.

⁵² Paiva, José Pedro; *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2006, p.20.

⁵³ Paiva, José Pedro; *Os bispos de Portugal...*, p.20.

⁵⁴ Paiva, José Pedro; *Os bispos de Portugal...*, p.23.

⁵⁵ Paiva, José Pedro; *Os bispos de Portugal...*, p.23.

Neste ponto convém-nos ainda destacar que na realidade, estes indivíduos, à parte das questões inerentes à sua nomeação, ocuparam, de facto, lugares cimeiros da hierarquia da Igreja portuguesa, algo que será facilmente perceptível ao longo da nossa investigação, se nos confrontarmos desde logo, com personagens como D. João Galvão, D. Jorge de Almeida, ou mesmo D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho e o seu respectivo papel ao lado dos respectivos monarcas ou, no caso de D. Francisco Lemos, como braço direito de Sebastião José de Carvalho e Melo, valido de D. José I. Assim, José Pedro Paiva define bem o papel destes sujeitos, que foram na realidade uma elite que combinava autoridade religiosa, poder político, estima social, prestígio cultural, riqueza material e várias formas de status e distinção, papéis claramente evidentes ao longo da análise que efectuaremos posteriormente. Assim, através da Heráldica destes antístites, averiguaremos e corroboraremos as palavras supracitadas, através do diálogo simbólico patente nas representações armorejadas.

1.2.2 - Semiologia e Heráldica

A Heráldica, ligada ao imaginário dos torneios, mais do que ao campo de batalha era então, conforme se referiu, utilizada como meio identificativo - algo patente na própria nomenclatura a ela associada que sublinha um evidente propósito militar. De facto, a terminologia que vai desde: *talhado*, *fendido*, *cortado*, no tocante à partição do escudo, até: *elmo* ou *paquife*, como partes constituintes do conjunto armorado, remontam para um mundo de combate, onde assumem o papel de evidenciar o sujeito que as enverga, demonstrando poder quer económico, quer bélico, através não só das cores mas também das peças incluídas na composição das armas. Deste modo, constatamos que a heráldica sempre se prestou à fixação de um imaginário epocal, mais ou menos fantasioso, veiculando a transmissão de ideologias e crenças sobretudo quando a função do escudo deixou de ser identificativa mas mais decorativa, passando as armas a incorporar elementos complexos e elaborados.

Por outro lado, sabemos que qualquer sujeito que ascenda à categoria de bispo na hierarquia eclesiástica, tem por direito o uso de armas próprias. Apesar de esta prática não ser obrigatória, seria pouco usual não o fazerem pois é um meio identificativo por direito e a maior parte assume as suas armas ainda que não sejam, de todo, essenciais

para o exercício das suas funções clericais. As regras da heráldica são, no entanto, rígidas e, seguindo essas normas, é possível criar toda uma miríade de conjuntos, criando um léxico dinâmico. O bispo pode desenhar as suas próprias armas, consoante o seu gosto e desejo pessoal e em inúmeros casos verifica-se também a junção desses elementos, tais como referências à sua origem étnica ou cargo anterior aliados a simbologia de devoção pessoal.

Apesar de esta ser uma prática aprovada, a falta de uma regulamentação mais específica para a ordenação do escudo eclesiástico pode resultar num conjunto de elementos não concordantes esteticamente, num aglomerado sem nexos e de leitura ambígua. O escudo fica sobrecarregado de uma exuberância de elementos que impossibilitam ou deturpam a sua leitura, sendo usual a fusão das armas pessoais com as da própria diocese ou Ordem, por vezes num esquartelado, como no caso da heráldica na península ibérica. Tal como foi já mencionado, o conjunto destes elementos que emolduram o escudo de armas de eclesiásticos vai sofrendo evidentes alterações consoante a época, o contexto, as normas e o hábito⁵⁶ de cada um.

Deste modo, verificamos a presença constante de simbologia de devoção religiosa nas armas de eclesiásticos e ordens religiosas, sendo necessário um conhecimento desta iconografia para a percepção do significado dos escudos como constatamos, por exemplo, na predominante temática da devoção a Nossa Senhora que traz consigo um conjunto específico de símbolos, ou seja, a rosa (*rosa mystica*), a torre (*turris ebúrnea*), a casa (*domus áurea*), a coroa acompanhada de 12 sinais (*Regina apostolorum*), a estrela (*stella maris*) e a flor de lis (*flos florum*) que se podem apor em conjunto ou isoladamente⁵⁷.

Apesar da notória escassez de estudos relativos a esta temática⁵⁸, veremos que para a estudar será imperativo considerar todos os elementos constituintes do estudo, e que para isso, é fundamental dominar dois aspectos essenciais, ou seja, as armas de congregações religiosas e a simbologia de devoção religiosa, para além das armas de família que os prelados poderiam herdar por direito de nascença. No entanto, não

⁵⁶ E por hábito não se entenda a ordem nem o traje talar, e sim o gosto particular do prelado em questão, de acordo com a sua preferência estética ou percurso na hierarquia da igreja.

⁵⁷ Ver Anexo nº 8

⁵⁸ Considere-se, a título de curiosidade, o primeiro armorial deste género publicado por Giulio Zamagni, *Il Valore del Simbolo*, apenas em 2003.

esqueçamos que a Heráldica é, desde sempre, uma disciplina preponderantemente visual: o mesmo brasão pode ser reinterpretado inúmeras vezes por diversos artistas com resultados claramente distintos e, neste contexto, a heráldica eclesiástica é, como já constatámos, um verdadeiro desafio iconográfico, simbólico e semiológico mesmo na actualidade, algo corroborado pelas palavras de Augusto Ferreira do Amaral: “*Uma abordagem teórica sistemática dos seus temas encontra a sede mais autêntica em pleno âmbito da adolescente ciência dos sistemas de signos – a “semiologia” ou “semiótica”*”.⁵⁹”

Uma leitura atenta do *United States Catholic Directory*, publicada por P.J. Kennedy & Sons⁶⁰ atesta o que se tem vindo aqui a defender, revelando dois factos principais, o primeiro é que, como já foi referido, cada diocese e bispo possuem brasão por direito, o segundo é que o *design* dessas mesmas armas não tem uma etimologia concordante de diocese para diocese. Isto deve-se ao facto da inexistência de um regulamento heráldico da Igreja, assim como ao não haver nenhuma autoridade incumbida de estabelecer regras heráldicas e manter modelos. Como resultado, a heráldica eclesiástica (sobretudo a contemporânea) varia bastante em qualidade, predominando, ainda hoje, a elaboração de novas armas que ignoram todas as normas estéticas e formais desta disciplina.

Apesar disso, até ao *Risorgimento* italiano que reduziu o domínio geográfico da Igreja à actual Cidade do Vaticano, existia um Gabinete de heráldica eclesiástica promovido pelo Papado. Assim, sem regras oficiais, a heráldica eclesiástica contemporânea reflecte nada mais que o gosto pessoal do proprietário das armas que, frequentemente, não tem experiência na matéria heráldica, podendo apenas requisitar opinião de especialistas.

⁵⁹ Amaral, Augusto Ferreira do, “Ensaio duma teoria semiológica da heráldica portuguesa”, *Armas e Troféus*, III série, Tomo IV, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, Janeiro-Março, 1975, p. 25. A propósito desta citação, é importante referir que, desde a data deste artigo, em 1975, a designada “*adolescente ciência dos sistemas de signos*” evoluiu consideravelmente e, por isso, destaca-se aqui a importância da distinção entre Semiologia e Semiótica. De facto, a Semiótica tem obrigatoriamente que ter um referente directo (como um Raios-X, por exemplo) algo que a nível da Heráldica não se verifica. Será, por isso, incorrecto, usar a designação de Semiótica no referente a esta disciplina, sendo correcto falar-se apenas em Semiologia Heráldica.

⁶⁰ *Aspects of Heraldry in the Catholic Church*, Summary of a Presentation made on Wednesday 14 September 2005 at the New York Genealogical & Biographical Society.

Temos o exemplo notável do Arcebispo Heim, que era tão respeitado heraldista eclesiástico como admirado artista heráldico com um estilo distinto e moderno, nas palavras do Reverendo Selvester. Apesar de ter sido múltiplas vezes consultado acerca de regulamentação e ordenação heráldica, o Arcebispo Heim não era um heraldista eclesiástico oficial e a sua influência foi sobretudo devido à proximidade que estabeleceu com o Papa João XXIII. Contudo, ao contrário do previsto, foi o próprio Arcebispo quem dissuadiu o Papa de estabelecer um Gabinete oficial de heráldica eclesiástica, argumentando que não se pode legislar o bom gosto.

1.2.2.1 – Formas e Elementos do escudo

Antes de mais atentemos na forma do escudo e sua evolução, de modo a consolidar e compreender melhor o que tem vindo a ser mencionado. Tomando as palavras de Pastoureau: *“les armoiries se composent de deux éléments: des figures et des couleurs, que prennent place dans un écu délimité par un périmètre dont la forme est indifférente”*⁶¹.

Apesar de o perímetro do escudo ser, na maior parte das vezes, irrelevante para a composição do conjunto armorejado, devemos ainda assim ponderar na sua evolução formal. Se em tempos medievos, aquando do aparecimento da heráldica predominaram, evidentemente, as suas formas mais simples, fruto de uma linguagem simbólica em evolução e da sua ligação à técnica da iluminura e da miniatura que lançaram as premissas para a estética desta arte, a ligação da heráldica aos locais onde era aposta modificava-se, tal como os seus suportes, de acordo com a estética de cada período ou de cada movimento artístico, ou outros imperativos, como o panorama político, económico e social.

Deste modo, encontramos o escudo simples de ponta em ogiva, com esmaltes e metais simples e peças elementares, a dar lugar séculos depois ao escudo de estética barroquizante, pejado de excesso e fantasia. Parece que à medida que a heráldica entra

⁶¹ Pastoureau, Michel, *Figures de l'héraldique*, p. 44.

em decadência⁶² e em fase de descrédibilização, mais pujantes, adornadas e fantasiosas são as composições, quase num arrebatamento estético e formal que, muitas vezes, só desvalorizou a composição, fruto de trabalhos realizados por quem não dominava os princípios básicos que regulamentavam a composição correcta de um escudo. Ainda durante o século XIX predominarão as formas barrocas, como que a destacar o propósito preponderantemente visual e estético de que um conjunto armoriado se reveste.

Façamos agora uma analepse que nos permita analisar melhor o percurso da simbologia aposta no escudo atribuído à categoria de heráldica eclesiástica. Contudo, e não de menor interesse, não esqueçamos a inclusão de armas de índole familiar/pessoal, em brasões de eclesiásticos, membros de Ordens ou de congregações religiosas. Como pudemos já verificar, outros símbolos se juntaram ao rol de elementos que emolduram o escudo de armas de eclesiásticos sendo que, para o nosso estudo, o caso do coronel se revestirá de importância maior na sua aparição singular, como o exemplo singular do brasão dos bispos de Coimbra já enquanto Condes de Arganil e Senhores de Côja – veremos a inclusão de coroa de conde com nove pérolas, aposta em cima do escudo e, por vezes, completada com o *gallerum* episcopal que temos vindo a tratar com algum relevo. Esta característica foi cristalizada nas palavras do eminente Pedro de Sousa de Castelo Branco, do seguinte modo:

“ [...] O Bispo de Coimbra como Conde de Arganil mete de mais sobre o escudo por baixo da Mitra, e Bago a coroa de Conde [...]”⁶³”

Não obstante, a arte de armorejar brasões ligados ao clero estará adormecida até ao fim do século XVIII. Durante este período será, no entanto, possível verificar a influência de nova tratadística acerca da heráldica eclesiástica, publicações inspiradas ou traduzidas de outras obras, bem como se dá o surgimento de alguma simbologia exclusiva da igreja portuguesa, como confirmaremos mais adiante.

⁶² Esta decadência manifesta-se sobretudo ao nível da popularização da arte de brasonar, resultando numa quebra da qualidade dos conjuntos armorejados, quer visualmente, quer ao nível da leitura dos componentes do escudo. Na realidade, não devemos concordar inteiramente com esta expressão de “decadência” – apesar de ser a mais comumente usada por autores como Langhans ou D. Luís de Lencastre e Távora, mas sim considerar esta fase mais como uma perda de valor estético do que conotá-la com um sentido declaradamente pejorativo.

⁶³ Castello Branco, Pedro de Sousa, *Elementos da história, ou o que he necessario saber-se da chronologia, da geografia, do brazão (...)*, traduzido e adaptado de Vallemont, Pierre Le Lorrain de; Tomo II, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa Occidental, 1741, p.115. Ver Anexo nº 9.

Será com o já mencionado Pedro de Sousa Castelo Branco, Frei João Pacheco, e Damião António de Faria Lemos e Castro que, finalmente, se normalizam as directivas e caracterização dos cargos e dignidades da igreja, no respeitante a uma representação heráldica correcta e uniformizada. No seu “*Divertimento Erudito...*”, o segundo autor aludido discorre acerca dos ornatos exteriores, mencionando o chapéu eclesiástico com atribuição de categorias distintas⁶⁴, conforme aqui se cita:

“ [...] *O chapeo vermelho he timbre dos Cardeaes, delle pendem dous cordoens de seda compridos, enlaçados, com cinco ordens de flocos ou borlas; huma em cima, duas mais abaxo, três bebaxo destas, logo quatro e ultimamente cinco. Concedeo-lhes este chapeo Innocencio IV. no anno de 1250 ou como querem outros, no de 1246 em o Concílio de Lião de França. O chapeo verde he timbre dos Patriarcas, e Arcebispos, com 4 ordens de flocos, ou bolotas (?) 1.2.3.4. Também os Bispos tem o chapeo verde, ou preto, com três ordens de flocos, ou borlas 1.2.3. Os Abades, e Protonotarios tem o chapeo de negro.[...]*”

⁶⁵.

Estas normas seriam amplamente consolidadas na sua aposição em exemplares sigilográficos e igualmente com a intervenção de D. João V. A acção deste monarca enquanto elemento estabilizador das práticas no foro da heráldica eclesiástica em Portugal é assaz notória, com a organização do Cartório da Nobreza e a nomeação de um reformador com poder sobre todos os oficiais de armas. Neste âmbito salientou-se o trabalho de Frei Manuel de Santo António, autor de *Arte do Brasão e Tesouro da Nobreza*, que regulamentou (completando o trabalho dos autores supracitados) a simbologia relativa a outros cargos e dignidades eclesiásticas como por exemplo, os grandes-priores das ordens militares, cónegos, párocos, entre outros, e diversos membros da hierarquia clerical, perpetuando todo um conjunto normativo das insígnias da heráldica eclesiástica.

Após analisarmos mais concretamente o panorama heráldico português, retornemos agora a um estudo a nível simbólico no âmbito da heráldica ligada ao clero. Segundo

⁶⁴ Ver Anexo nº 10.

⁶⁵ Pacheco, João, O.S.A., *Divertimento Erudito para os curiosos de noticias Historicas, Escolásticas, Políticas, Naturaes, Sagradas e Profanas*, Tomo IV, Officina augustiniana, Lisboa Oriental, 1734-1744, p. 191.

Monsenhor Bruno Heim⁶⁶, inicialmente as peças e esmaltes na heráldica eram de escolha livre pelo proprietário das armas. Eram por isso frequentes muitas alterações da disposição das peças no escudo, a maior parte das vezes em testamento, o que resulta no que antes se mencionou como uma habitual qualidade deficitária ou armas de cientificidade ambígua no panorama religioso, não só em Portugal.

As armas do Clero eram aquilo que se considera por armas assumidas e, mais do que simbólico, o escudo adoptado deveria ser eficaz no seu propósito identificativo. Como já comprovámos anteriormente, dioceses, catedrais, bispos, abades, ou seja, todo o conjunto de elementos ou instituições ligadas à Igreja possuíam armas sobretudo como método de corroboração documental, pelo que encontramos estas marcas sobretudo em selos, variando conforme o período ou contexto, entre outros factores analisados previamente. Contudo, verificámos também que, progressivamente, os membros do clero usaram com especial preponderância, preferencialmente as suas insígnias ou armas pessoais/familiares, mesmo que, na teoria, estes nunca tivessem o propósito de integrar um campo de batalha ou mesmo torneios, pelo que o objectivo identificativo bélico se tornava obsoleto.

Deste modo, é interessante atentar que estes mesmos membros substituíram por diversas vezes algumas das peças do escudo de carácter eminentemente bélico por peças ligadas à liturgia ou referentes à sua devoção espiritual. O escudo manteve-se, mas o elmo, o paquifes, virol, mantel e grande parte dos tenentes e suportes directamente relacionados com honras e dignidades da vida secular foram anulados e substituídos por elementos que temos vindo a referir tais como a mitra, a cruz, o báculo, o pálio, e mesmo o chapéu eclesiástico. Outros símbolos se adicionarão ao rol de parafernália que emoldura o escudo de armas dos eclesiásticos, ressaltando-se para o nosso estudo o caso da coroa, de aparição inédita nas armas dos bispos de Coimbra já enquanto Condes de Arganil e Senhores de Côja. A inclusão de armas de índole familiar/pessoal em brasões de dignitários eclesiásticos, membros de ordens ou congregações religiosas é uma evidência desde os primórdios desta categoria heráldica, como podemos atestar por inúmeros exemplares esfragísticos, mesmo a nível internacional.

⁶⁶ Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p.18.

Contudo, devemos ainda salientar que a heráldica de membros da igreja recorre, por vezes, a armas de instituições eclesiásticas às quais estão ligados, sobretudo no caso de religiosos regulares, o que significa que estas mesmas armas serão absorvidas por muitos destes prelados no momento em que assumem cargos seculares. Isto será amplamente confirmado nos exemplos das ordens do Carmo e dos Agostinhos, onde muitos adoptam como suas as próprias armas da congregação e não apenas elementos isolados. Isto faz sentido quando verificamos a inexistência de armas de família para muitos destes clérigos, sendo necessária a adopção das designadas por *armas de fé*. Neste caso, o seu cargo seria reconhecido por meio dos já mencionados ornatos exteriores, onde inicialmente se colocavam paramentos, alfaias litúrgicas, insígnias, ou seja, todos os elementos ligados à sua condição, o que resultava numa ordenação estética confusa e complexa.

Assim, o uso do chapéu eclesiástico – *gallero*, que tem vindo a ser mencionado, foi uma solução prática cujo uso se manifestou desde logo benéfico nestas armas tornando a leitura clara e simples, ordenando um conjunto coerente que em raros casos se voltou a verificar no ordenamento heráldico dos escudos, noutros ramos desta ciência. Este meio permite ainda uma pacífica coexistência entre as distintas possibilidades de constituição destes escudos, articulando armas de família - quando as havia - com armas de fé e de cargo/hierarquia. Será também esta particularidade que irá tornar esta manifestação numa das mais aliciantes do estudo heráldico, algo que não seria possível remetendo a investigação apenas para os ornatos exteriores. Assim, esta será a armaria resultante de uma criação própria e dos usos específicos da igreja.

De acordo com o que se tem vindo a constatar, confirmamos que para procedermos a uma análise mais concreta dos elementos constituintes de um brasão de armas que se insira na categoria da heráldica eclesiástica devemos, antes de mais, sistematizar os quatro elementos que contribuem para categorizar o campo destes escudos⁶⁷, algo que, tal como se mencionou no primeiro capítulo, pode apresentar uma miríade de soluções estéticas – são estas: as armas familiares, as armas de função, as armas de congregações religiosas e, por último, ícones de devoção religiosa.

⁶⁷ Seixas, Miguel Metelo, “Heráldica Eclesiástica na Porcelana...” p. 419.

A grande maioria dos casos nestas armas, apresenta a perpetuação das armas que lhes pertenciam por direito genealógico. Contudo até estas podem ser subdivididas em três categorias, segundo José de Campos e Souza: as familiares são aquelas em que o titular usa das armas que lhe pertencem por origem; as pseudo-familiares as armas onde o prelado usa de armas familiares, por vezes de modo segmentado, sem apresentar uma ligação efectiva com a família em questão; e as para-familiares são aquelas onde se verificam elementos que remetem para o nome do armigerado não recorrendo, apesar de tudo, à heráldica familiar estabelecida.

O caso das armas de função é comum, sobretudo, no caso da Europa transpirenaica, como prova Miguel Seixas, pelo que não será uma variável considerada para o nosso estudo, referindo-se apenas que, tal como o nome exhibe, são armas que remetem para a função desempenhada pelo dignitário e, frequentemente aparecem conjugadas com elementos de heráldica familiar. Do mesmo modo encontramos armas de congregações religiosas, ou seja, brasões onde podemos verificar que o prelado recorreu às próprias armas da instituição religiosa a que se encontra ou encontrou vinculado para completar o campo do seu escudo identificativo. Estes elementos podem ser adoptados preenchendo as armas do eclesiástico de forma integral ou conjugada com outros elementos⁶⁸.

Por último, encontramos a presença de simbologia de devoção religiosa, como o exemplo supracitado da iconografia ligada ao culto da Virgem⁶⁹. Apesar destes dados, para o tema sobre o qual nos debruçamos, entenda-se que predominou sobretudo a presença das armas de carácter familiar/hereditário, como veremos a seu tempo. Em todo o caso, o campo do escudo não é sinónimo de identificação da hierarquia, cargo ou funções do prelado titular das armas, e é aqui que os ornatos exteriores revelam toda a sua importância.

Tal como foi mencionado no ponto referente às fontes para o estudo da heráldica eclesiástica em Portugal, qualquer elemento era passível de ser marcado enquanto pertencente a um bispo, abade ou prelado através da sua simbologia heráldica. Também com frequência, o emblema heráldico poderia derivar em símbolos de ofício e autoridade. Deste modo, analisemos mais precisamente os elementos que temos vindo a referenciar, o

⁶⁸ A título de curiosidade veja-se, por exemplo, o brasão de D. Miguel da Anunciação, Anexo nº 38.

⁶⁹ Ver Anexo nº 8.

báculo, a cruz, a mitra e a coroa⁷⁰, como elementos heráldicos externos ao escudo em que devemos atentar visto serem aqueles que iremos encontrar no âmbito mais particular da nossa investigação ligada à simbologia eclesiástica dos bispos-condes.

Num contexto global, o báculo é o símbolo de jurisdição pastoral e dignidade pontifical⁷¹ no ideal do Bom Pastor, encontrando-se intimamente ligado à simbologia atribuída a abades e abadessas. Contudo, é necessário verificar que, nestes casos, a crossa se encontra virada para dentro - dextra, num sentido mais simbólico de guardar o interior da abadia e são protegidas por um véu (*velum*)⁷² que se pode igualmente designar por *panisellus* ou *sudarium* pois, já que o uso de luvas lhes era vetado⁷³ impedia, assim, o contacto directo da mão com o báculo. Já no caso episcopal, a crossa está frequentemente virada para o exterior⁷⁴, aludindo à função do bispo de guardar as ovelhas da sua diocese, o povo. De entre as várias regras de uso do báculo num contexto litúrgico, o bispo está proibido de usar este elemento fora da jurisdição da sua diocese a não ser por decreto ou ordem do Papa, ou do consenso do prelado que detém a jurisdição naquele local⁷⁵. Juntamente com o pálio, o báculo é dos elementos mais vetustos da simbologia eclesiástica, já mencionado desde Isidoro de Sevilha⁷⁶. A sua própria forma é imbuída de um significado profundo – recolher, guiar e apontar o caminho ao seu rebanho de fiéis – “*Curva trahit, recta regit, pars ultima pungit*”, simbolizando o poder espiritual sobre o temporal. Actualmente é frequente verificar-se um uso indiferenciado da posição do báculo por abades ou bispos, em termos heráldicos, bem como se tem vindo a discutir a pertinência do uso do véu, muitas vezes negligenciado.

A cruz foi regularmente adoptada por patriarcas e arcebispos desde o século XIV, alterando a sua colocação até se fixar em pala, atrás do escudo, sendo considerada como

⁷⁰ O chapéu eclesiástico já foi amplamente abordado, bem como as directivas do seu uso no referente a esmaltes/cores e número de borlas.

⁷¹ Será relevante atentar que o Papa não usa o báculo em ocasião alguma excepto na diocese de Trier, de acordo com uma crença do século X. Ou seja, isto significa que o Papa não tem limite de exercício do seu poder. Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p. 66.

⁷² O uso de véus por abades foi decretado pelo Papa Alexandre VII em 1659.

⁷³ Ainda que por diversas vezes lhes fosse concedido o privilégio de poder usar das luvas reservadas aos bispos.

⁷⁴ Castelo Branco, Pedro de Sousa, *Elementos da história...* Este autor traduziu e adaptou a célebre obra de Vallemont, nomeadamente as páginas relativas ao tratado de heráldica incluído neste volume que se revelaram ser uma fonte preciosa e científica num campo onde os estudos não eram ainda abundantes; p. 116.

⁷⁵ Heim, Bruno *Heraldry in the Catholic Church...*, p. 64.

⁷⁶ Nascido em Cartagena em 560 – Falecido em Sevilha a 4 de Abril de 636.

um ornamento heráldico externo ou exterior. Tendo sido uma peça posteriormente adoptada também pelos bispos, esta não é a cruz que o Papa ostenta ao peito, mas sim a que o antecede na procissão. Em muito semelhante à cruz que antecede outras quaisquer cerimónias litúrgicas é, no entanto, a que se encontra referida no Cânone 274, 6º ⁷⁷. Não obstante a forma similar destas duas cruzes, o seu significado e importância é assaz distinto. A que surge representada heraldicamente nos escudos de eclesiásticos é a que representa Sua Santidade, o Papa, simbolizando a hierarquia pontifícia, devendo preceder imediatamente o Santo Padre bem como os seus legados, patriarcas e arcebispos sendo que nada ou ninguém deverá interferir neste posicionamento. Já a outra cruz simboliza e assinala meramente o carácter religioso de qualquer procissão ou cerimónia litúrgica.

Esta cruz a que aqui nos reportamos, já no século V era transportada antecedendo o Papa e, formalmente, era constituída por um só braço transversal – Cruz Latina, tendo sido rapidamente adoptado pelos legados pontifícios enquanto representantes da pessoa do Santo Padre. Esta benesse terá sido estendida aos patriarcas por decreto de Inocêncio III, excepto em Roma ou em locais onde o Papa ou o seu legado estivessem presentes e a fazer uso das insígnias de dignidade apostólica ⁷⁸. Já os arcebispos foram agraciados neste sentido por acção de Clemente V, mesmo fora das suas dioceses ⁷⁹. Curiosamente, apesar de não ser previsto o uso deste emblema pelos bispos, estes fazem desta cruz um símbolo nos seus conjuntos armorejados, sendo universalmente reconhecido enquanto símbolo heráldico episcopal na Igreja Romana Católica e constituindo, aliás, dos poucos emblemas heráldicos a que apenas os bispos têm direito a envergar nos seus brasões, pois mesmo um cardeal não faria uso desta se não tivesse sido, previamente, ordenado bispo em alguma altura do seu percurso de vida no seio do clero.

De acordo com as regras litúrgicas, a cruz processional deveria ser sempre simples, de um só braço transversal mas, em termos heráldicos, tanto patriarcas como arcebispos adoptaram a cruz de dois braços, no decorrer do século XV, e já no século XVII este fenómeno estendeu-se, de igual modo, a muitos primazes ⁸⁰. Pensa-se que o facto de os bispos terem adoptado a cruz simples como emblema heráldico terá influído na alteração por parte dos arcebispos enquanto marca distintiva na hierarquia eclesiástica nos ornatos

⁷⁷ Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p. 73.

⁷⁸ Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p. 73.

⁷⁹ Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p. 73/74.

⁸⁰ Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p. 73/74.

exteriores do conjunto armorejado. Contudo, ainda hoje, o direito de serem precedidos por esta cruz em procissão é vetado aos bispos. Actualmente perpetua-se a tradição heráldica de os bispos adoptarem a cruz simples ou latina nos seus escudos, ao passo que patriarcas e arcebispos fazem uso da cruz de dois braços, mesmo que, pontualmente, possa ter surgido uma cruz tripla representativa da emblemática heráldica papal, sobretudo devido a erro artístico, visto este nunca ter sido um símbolo consagrado enquanto tal.

Reportando-nos agora ao emblema episcopal por excelência, a mitra, sabemos que a sua origem remonta já à Antiguidade, tendo a sua morfologia sofrido profundas alterações ao longo dos tempos até adoptar a forma por que é hoje reconhecida. Curiosamente, no que concerne a um contexto epistemológico, a palavra “mitra” poderá ter uma interpretação antagónica daquela a que vulgarmente associamos este elemento visto estar directamente relacionada com um adorno como um turbante, o qual, na Roma Clássica, terá sido usado sobretudo por mulheres, apesar de também o ter sido por homens, na zona Leste da actual Europa. Em termos formais, o adorno que mais se assemelha à actual mitra, terá sido usado na Roma Antiga por altos sacerdotes, usualmente de cor branca. Desta sua evolução morfológica a partir de algo similar a um turbante terão subsistido as duas fitas (*infulae*⁸¹) que dela pendem, ainda na actualidade.

Assim, este elemento notoriamente simbólico de uma condição sagrada, que evoluiu drasticamente desde o *miznepheth* mencionado por Moisés no Antigo Testamento até à mitra conforme é reconhecida actualmente⁸², deverá ser sempre considerada uma prerrogativa pontifícia – não esqueçamos que inicialmente este ornato estava reservado ao Papa e aos cardeais, algo que deste o século XI se verifica remeter também, e particularmente, para os bispos, considerados verdadeiros “pontífices”⁸³. Outros prelados poderiam ser distinguidos com este ornamento, contudo apenas o bispo tem direito

⁸¹ *Infulae* é também a designação atribuída à mitra, relacionada com a sua tipologia primitiva, que evoluiu do turbante, como se referiu. Outras designações mais distintivas poderão ser aplicadas a estas fitas pendentes, tais como Fanhões (do francês *fannon*), na terminologia aplicada pelo Marquês de Abrantes, tráscolos, nas palavras de Jorge de Moser ou redimículas como refere Pedro de Sousa Castelo Branco na pág. 116 dos seus *Elementos da História...* Mais recentemente, num artigo relativo a uma mitra do espólio do M.N.A.A., a Dr^a Natália Correia Guedes refere-se a estes elementos como “orelhas”. Contudo e não desmerecendo a análise, não será esta a terminologia cientificamente mais apropriada.

⁸² Pompili, Antonio, “La mitra negli stemmi vescovili ieri e oggi: usi, legislazione, stili”, *Nobiltà, Rivista di Araldica, Genealogia, Ordini Cavallereschi*, N° 94, Anno XVII, Milano, Gennaio-Febbraio 2010, p.47.

⁸³ Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p. 59.

próprio a esta insígnia⁸⁴. No caso de outros clérigos serem “mitrados”, como o caso do abade Engelsinus da Cantuária, que em 1063 recebeu esta honra por Alexandre II, era unicamente devido à vontade do Papa o agraciar determinados sujeitos, mosteiros ou abadias e, ainda que estas benesses tenham sido amplamente contestadas, isso não foi impeditivo de que esta fosse uma prática de condecoração recorrente na Igreja, ao longo de vários séculos. A título de curiosidade, poderemos mencionar que em casos mais particulares, a mitra terá sido concedida a leigos nobres⁸⁵, ou mesmo abadessas⁸⁶, como forma de recompensa ou reconhecimento, pelo Santo Padre. Não obstante todos estes casos, por vezes considerados inusitados, a mitra é, como já se referiu, um elemento por direito próprio apenas dos bispos.

É ainda um pouco ambígua a sua relação com a tiara papal, a partir da qual se crê também ter evoluído, e, apesar de ambas se poderem ter transformado morfologicamente através de um mesmo “barrete” ou “gorro”, mais concretamente o *camelaucum* ou chapéu frígio⁸⁷, a realidade é que com o tempo as diversas formas foram sendo adaptadas consoante o propósito a que se predispunham e, assim, a tiara tornou-se um elemento exclusivo do Papa enquanto que a mitra é reconhecidamente a insígnia dos bispos. Ao nível da representatividade heráldica a mitra constitui um caso assaz interessante. Sendo um ornato frequentemente associado ao báculo, foi, juntamente com este elemento em 1969, considerada por Paulo VI como um elemento não adequado à disposição em conjuntos armorejados enquanto ornato externo pois, segundo este pontífice, elementos revestidos de um carácter tão sagrado não deveriam pactuar esteticamente com composições heráldicas, consideradas como assunto secular⁸⁸. Esta imposição vai confrontar radicalmente os princípios da própria definição de heráldica eclesiástica e no papel dos ornamentos exteriores – como já se referiu, elementos indicativos de cargo ou função e cuja presença nos conjuntos armoriados será vivamente desaconselhada, conforme está previsto na segunda parte do texto *Ut Sive Sollicite*, de 1969, designada de *Tituli Atque Insignia* e, portanto, inteiramente dedicada a esta problemática.

⁸⁴ Seixas, Miguel Metelo, “Heráldica Eclesiástica na Porcelana...”, p. 424.

⁸⁵ Como é possível verificar pelos exemplos do Duque Sytihnév da Boémia (1059-1061), do Duque Vratislas (1073), de Rogério da Sicília (1144-1145) ou de Pedro de Aragão (1204), aos quais foi concedida a mitra, respectivamente, pelos Papas Nicolau II, Gregório VII, Lúcio II e Inocêncio III. Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p.61.

⁸⁶ Como foi o caso da Abadessa de Conversano ou das Abadessas de Santa Maria de las Huelgas. Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p.61.

⁸⁷ Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p.62.

Curiosamente, já em 1644, Inocêncio X havia proibido a disposição de privilégios heráldicos do foro secular nas armas de clérigos, cristalizando as suas palavras na bula *Militantes Ecclesiae*, sendo que em 1915 este veto foi alargado aos patriarcas, arcebispos e bispos, por ordem do Papa Bento XV com excepção dos emblemas da Ordem de Malta e da Ordem do Santo Sepulcro. Na realidade, a proibição é relativa a elementos ligados à prática litúrgica o que significa que poderão ser incluídos emblemas de dignidade, como é o caso do chapéu eclesiástico.

Porém, todos estes regulamentos são muitas vezes ignorados na composição de novas armas contrariamente aos factos aqui apresentados. Ainda hoje continuamos a encontrar estes elementos nas composições heráldicas que vão sendo formalizadas a par de novos ordenamentos episcopais onde abundam conjunções de elementos verdadeiramente confusas e aleatórias como resultado da falta de divulgação destes princípios e da inexistência de um órgão oficial que se ocupe da regulamentação das armas eclesiásticas.

Referindo elementos do foro secular em conjuntos armorejados de membros do clero e, retomando mais concretamente o tema particular desta investigação, devemos referir o uso da coroa⁸⁹ na heráldica eclesiástica. A título de curiosidade refira-se que, de acordo com Pedro de Sousa Castelo Branco, as pérolas aplicadas ao coronel de bispo eram referidas como sendo dezoito; na realidade compreenda-se que na representatividade bidimensional, como veremos, figuram apenas nove, de acordo com uma perspectiva de observação frontal deste elemento.

Como foi possível averiguar, a inclusão destes elementos tem sido amplamente questionada, reformulada e contestada porém, podemos afirmar com convicção que, não obstante as distintas tipologias de ornatos exteriores ao escudo e considerando os vetos acima mencionados, um clérigo nunca deve ostentar elementos, ou seja, coroas, referentes à sua linhagem e/ou nobreza familiar. A hereditariedade nunca poderá ser evidente nestes escudos de armas uma vez que em qualquer caso, a condição eclesiástica é considerada um privilégio superior a todos os outros e, para acrescer a este facto, o

⁸⁹ A designação correcta será, no entanto, a de coronel. De origem na palavra *coronello*, que significa pequena coroa, em italiano, é o termo heráldico para descrever esta peça, uma vez que coroa apenas reporta à do soberano.

clero possui a sua própria hierarquia a que correspondem insígnias específicas. Assim, qualquer outro emblema estranho à condição eclesiástica poderia ser tomado como perturbador do conjunto brasonado. Nas palavras de Bruno Heim, se os clérigos são todos irmãos, a sua genealogia não deveria ser relevante⁹⁰.

Há, portanto, um certo pudor na aceitação de coroas em armas de prelados e, no entanto, vê-las-emos não só em contexto nacional, no caso dos bispos-condes⁹¹, mas também internacionalmente, como os “prince-bishops” no caso do bispado de Durham. Mas não seja este factor indicativo de algo que se verifique frequentemente pois, de facto, não o é.

1.2.2.2. – Heráldica enquanto mensagem de poder

Por diversas vezes tivemos a oportunidade de confirmar o carácter particular da heráldica eclesiástica nacional. Ainda assim, se com o exemplo mencionado dos patriarcas portugueses, já se afigurava um panorama singular a nível heráldico, no contexto episcopal português confirmamos uma excepção à regra, séculos antes. O título de conde, com que D. Afonso V agraciou o bispo de Coimbra D. João Galvão, em 1472, como forma de corroborar e celebrar a presença marcante deste bispo em África, aquando da tomada das cidades de Arzila e Tânger, marcou um ponto alto no panorama heráldico em Portugal. Com efeito, a partir desta honra, um coronel de conde foi acrescentado ao conjunto armorejado do dito antístite, bem como dos seus sucessores, visto a benesse em questão ter sido concedida não só a este prelado mas também aos seus sucessores na mitra da cidade de Coimbra. Como poderemos verificar atempadamente no decorrer desta dissertação, este adorno exterior vai completar o brasão até ao século XIX.

Ou seja, até certo ponto a hierarquia da igreja poderá ser situada num patamar superior a qualquer outra categoria determinada por condição nobiliárquica mas, a um nível mais profundo de análise, verificamos que aqui se prende uma questão complexa – possível incongruência entre o sagrado e o profano, que irá influir neste contexto conforme o panorama político-económico e sócio-cultural.

⁹⁰ Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...* p. 79.

⁹¹ Ver Anexo nº 12.

Sem esquecer as bulas e decretos acima mencionados, recordamos ainda que a colocação de coroas ou outros elementos seculares no brasão do clérigo não eram previstos nem aceites, à luz das leituras actuais da tratadística da época. Contudo, isto não se verificava caso estas fossem benesses do foro extra-genealógico, como o episódio supracitado. Ao agraciar o bispo de Coimbra com o título de conde, D. Afonso V concedeu um título independentemente do historial familiar do dito prelado. Ou será que não? Analisaremos posteriormente o caso particular de D. João Galvão, mas antes atentemos na relevância da atribuição deste cargo a um prelado. Não obstante o carácter honroso deste título, se, tal como temos vindo a afirmar, qualquer cargo eclesiástico se encontra num patamar superior a qualquer título de nobreza, considerando esta condição clerical como um privilégio divino e extra-terreno para além de qualquer outro, é deveras intrigante que se tenha agraciado um bispo – atendendo a que, nas palavras de Bruno Heim, os bispos devem ser considerados como verdadeiros pontífices⁹², com um cargo secular, de nobreza.

Mas, na realidade, este foi o modo mais coerente de o monarca recompensar o prelado, conforme veremos, pois apenas o Papa tem o poder de alterar a posição do bispo na hierarquia da Igreja.

Tal como em todas as formas de arte, a heráldica sucumbiu a mudanças ditadas pelas épocas, pela política, pelo gosto. O facto de o soberano reconhecer a importância da heráldica enquanto veículo de uma ideologia e como reconhecido suporte de emblemas de poder é evidente. Ao conceder o título de bispo-conde, D. Afonso V está não só a reconhecer a importância do bispo, mas a reivindicar o seu próprio poder ao mesmo tempo que consolida a sua imagem no seio da Igreja, numa aliança de poderes que se insere nas estratégias políticas do séc. XV, enquanto que D. João Galvão enquanto bispo-conde está a reclamar o seu poder temporal lado a lado com os seus emblemas sagrados, apostando num discurso de corroboração de autoridade, bispo e conde, poder sagrado e secular, jurisdição simbólica e física não só no espaço religioso mas também poder sobre os novos territórios que o condado contempla, pois ao reforçar o poder a nível territorial, o bispo vai alargar também a sua jurisdição pastoral, tal como se verificou nos exemplos anteriormente mencionados de Durham e Salzburgo.

⁹² Heim, Bruno, *Heraldry in the Catholic Church...*, p. 59.

Construindo uma análise a partir de um ponto de vista ligado à Semiologia, um símbolo é até certo ponto apenas aquilo que representa mas, a partir do momento em que algo ou alguém se apropria dessa mesma imagem icónica para representar um ideal maior do que a peça por si só, passa a realçar a sua própria ideologia. O ideal de perpetuar uma imagem como símbolo de algo ou alguém é sinónimo da criação de uma imagem de poder perante o outro, o leitor desse mesmo símbolo. A legitimação do poder através de símbolos está por sua vez, directamente relacionada com o papel dos símbolos nos padrões sócio-comportamentais, de acordo com a teoria de que todos nós comunicamos simplesmente através de um sistema de signos. Para o caso que aqui nos importa, a Heráldica, como referiu o supracitado Augusto Ferreira do Amaral, pode ser encarada como um mesmo sistema de signos que estabelece um discurso entre o titular das armas e o observador desse mesmo conjunto brasonado.

Assim, para apelar a um reconhecimento global de algo que tentamos ser perceptível por todos enquanto portador de um determinado significado e autoridade sem ser reduzido à esfera do poder físico e temporal, o sujeito deveria conjugar o poder físico e simbólico, pois ambos se complementam e se auxiliam. Mais concretamente, dependemos da compreensão das outras pessoas para legitimar indivíduos ou mesmo instituições pois sem a compreensão pelos outros, a mensagem torna-se obsoleta. Nas palavras de Umberto Eco:

*“A signal is a pertinent unit of a system that may be an expression system ordered to a content, but could also be a physical system without any semiotic purpose; as such is studied by information theory in the stricter sense of the term. A signal can be a stimulus that does not mean anything but causes or elicits something.”*⁹³

Ou seja, *“o modelo semiótico de comunicação é aquele em que a ênfase é colocada na criação dos significados e na formação das mensagens a transmitir. Para que haja comunicação é preciso criar uma mensagem a partir de signos, o que induzirá o interlocutor a elaborar outra mensagem”*⁹⁴. E se, segundo Charles Morris, os signos se

⁹³ Umberto Eco, *A Theory of Semiotics*, Indiana University Press, Bloomington, 1979.

⁹⁴ Fidalgo, António e Gradim, Anabela, *Manual de Semiótica*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2005, p. 19.

diferenciam pelo comportamento que estipulam no destinatário, a proposta de Jakobson⁹⁵ não se revela de menor interesse, na distinção de seis tipos diferentes de signo consoante a sua função. São essas funções: a referencial, em que o signo se refere a qualquer coisa; a emotiva, em que o signo pretende suscitar uma resposta emotiva; fática, em que o signo visa manter a continuidade da comunicação; a imperativa, em que o signo transmite uma injunção; a metalinguística, em que os signos servem para designar outros signos e, finalmente, a estética, em os signos se usam para suscitar a atenção sobre o modo como são usados, fora do falar comum. Após atentarmos na teoria deste investigador não podemos dissociá-la dos princípios heráldicos que têm vindo a ser tratados ao longo deste texto. Sem ter a pretensão de desenvolver mais esta problemática de um foro científico tão particular em relação ao que se pretende aqui realçar, verifiquemos apenas dois últimos pontos.

Temos vindo a mencionar primariamente uma conexão entre heráldica e semiologia na tentativa de esclarecer a importância desta arte no contexto da comunicação de ideais e de transmissão de mensagens para o seu leitor. Esta ideia está patente nas palavras de Pastoureau “- *“l’héraldique est à la fois un code social et un système de signes. Ce dernier se construit à partir de figures et de couleurs que, à l’intérieur des écus, s’assemblent selon un certain nombre d’habitudes, de principes et de règles. L’ensemble de ces règles et du répertoire des figures et des couleurs forme une sorte de grammaire que l’on appelle le blason.”*”⁹⁶

Contudo, estes factores poderiam parecer inusitados e incoerentes na época a que nos reportamos não fosse o testemunho de Santo Agostinho, que Todorov⁹⁷ considera ser o primeiro autor a apresentar uma verdadeira teoria semiótica, cristalizada das suas obras *De Magistro* e *De Doctrina Christiana* e que testemunha toda uma linha de pensamento na base da linguagem e da transmissão de ideais, de uma mensagem, através de signos e significados. Por aqui vemos que, não obstante os tratados de heráldica que se traduziram, adaptaram e escreveram já na designada idade moderna, encontramos um testemunho bem mais vetusto com uma teorização profunda acerca dos símbolos. Neste caso não nos parece inocente aceitar que este terá tido um papel decisivo no panorama

⁹⁵ Ambos os autores citados por Fidalgo, António e Gradim, Anabela em *Manual de Semiótica*, p. 24.

⁹⁶ Pastoureau, Michel, *Figures de l’héraldique*, p. 43.

⁹⁷ Citado por Fidalgo, António e Gradim, Anabela em *Manual de Semiótica*, p. 31.

heráldico internacional, sendo esta uma arte que se manifesta e comunica através de um léxico simbólico tão próprio.

Já no século XVI, João de São Tomás, natural de Lisboa teoriza acerca desta problemática produzindo obra escrita onde defende que a semiose é condição prévia à interacção com o mundo e, já num patamar superior de percepção, à comunicação entre indivíduos⁹⁸. Esta relação dinâmica entre conteúdo e significado foi largamente explorada por Erwin Panofsky⁹⁹, num contexto aplicado directamente à análise da obra de arte mas, se de acordo com Artur Norton, passarmos do campo da arte para o estrito foro da heráldica, “*os exemplos serão mais evidenciados*”¹⁰⁰ - as formas vão ser drasticamente modificadas em consequência da alteração do pensamento e da mundividência. Estes novos paradigmas vão influir nas peças heráldicas com uma transposição clara de valores desde o pensamento pejado de simbolismo do homem medieval, até à alegoria barroca. Mesmo ao nível das armas falantes iremos notar uma paulatina complexificação. Como refere ainda este autor “*o resultado é o empobrecimento na transmissão do conceito simbólico na representação heráldica, em relação à heráldica alegórica*”¹⁰¹. Algo que se reflectiu sobretudo na evolução da estilização tipicamente medieva, para um naturalismo antes impensável na heráldica¹⁰², tornando-se um conjunto cada vez mais considerado apenas pelo seu valor estético e menos pela sua função comunicativa e identificativa.

Para exemplificar este conjunto teórico, atentemos no exemplo paradigmático da flor-de-lis. Considerada pelo Marquês de Abrantes como o símbolo que podemos considerar enquanto sendo o primeiro exemplo de Heráldica em Portugal¹⁰³ aposta num selo do primeiro bispo de Évora em 1180. Apesar de não estar à luz num escudo, não passa de um elemento de emblemática de índole religiosa (símbolo da Santíssima Trindade, da Virtude). Contudo, não deixa de ser relevante face à importância de que esta peça em particular teve no papel da iconografia heráldica, espelhada, uma vez mais, nas palavras de Pastoureau: “*il s’agit pourtant d’un authentique objet d’histoire, tout à la fois*

⁹⁸ Fidalgo, António e Gradim, Anabela, *Manual de Semiótica*, p. 39.

⁹⁹ Panofsky, Erwin, *Estudos de Iconologia – temas humanísticos na arte do renascimento*, Editorial Estampa, Lisboa, 1995, pp. 19-23.

¹⁰⁰ Norton, Manuel Artur (Barão de S. Roque), *Acerca da Simbologia*, Braga, 1978, p. 2.

¹⁰¹ Norton, Manuel Artur (Barão de S. Roque), *Acerca da Simbologia*, p. 3.

¹⁰² Em grande parte devido à obra de Albrecht Dürer.

¹⁰³ Abrantes, Marquês de *Introdução ao Estudo da Heráldica*, p. 25.

*politique, dynastique, artistique, emblématique et symbolique. Mas ce n'est pas un objet neutre, loin de là (...)*¹⁰⁴ Conhecem-se representações da flor-de-lis desde a Antiguidade e, desde sempre, o seu significado diferiu de uma cultura para a outra. Ainda assim, realça-se aqui o seu percurso no âmbito da armaria francesa. Desde longa data que é usual associar este elemento específico como símbolo de realeza, monarquia e mesmo símbolo da heráldica em si mesma. Originalmente foi apropriada por Clóvis, no século VI como símbolo da cristandade e, logicamente, os monarcas franceses adoptaram este símbolo como forma de legitimação do poder pela sua ligação ao supracitado rei franco cristão.

De facto, desde o final do período medievo que este símbolo foi associado à monarquia francesa e, por extensão, a França. Porém, hoje em dia é um símbolo que se disseminou pela Europa, sobretudo graças à casa de Bourbon. A história deste elemento tão específico revela importantes métodos discursivos e retóricos, empregue por diferentes representantes de modo a criar e a perpetuar uma imagem e, conseqüentemente, poder.

Importa reter que, a certo ponto, a flor-de-lis foi simplesmente uma flor-de-lis, sem qualquer representatividade acrescida. O ponto de charneira foi no momento em que este signo foi apropriado por algum sujeito ou grupo de indivíduos de modo a representar uma ideia que extravasava o elemento em si mesmo. O seu passado remonta, como já dissemos, a períodos tão recuados que seria uma tarefa hercúlea conseguir apurar o significado puro deste símbolo em culturas tão diversas como a Suméria, a Mesopotâmia ou mesmo a Romana. Contudo, sabemos que a flor-de-lis foi um elemento reconhecidamente ligado à simbologia Cristã, mais concretamente enquanto símbolo da Santíssima Trindade, patente nas três folhas, sendo também um símbolo ligado especificamente à Virgem Maria. Assim, os monarcas franceses apelaram a esta simbologia com a qual queriam ser identificados, colocando a flor-de-lis nos seus escudos como símbolo de cristandade e piedade, de acordo com a lenda que afirmava que o rei Clóvis teria recebido em mão a flor-de-lis directamente no Paraíso. O contacto directo com a divindade ou elementos do foro sagrado confere legitimidade e exclusividade (e

¹⁰⁴ Pastoureau, Michel, *Figures de l'héraldique*, p. 98.

poder). Ou seja, ao usar este elemento, os soberanos franceses e, posteriormente os ingleses, reclamavam e legitimavam o seu direito ao trono e a sua devoção cristã.

Símbolo de perfeição, luz e vida, é também o ícone com que muitos identificam o poder, a realeza e a heráldica por si só. Exemplo demonstrativo da contaminação iconográfica entre sagrado e profano, é um elemento que detém elevado poder simbólico e que, por isso, aqui se considerou como modelo para comprovar que a percepção simbólica que aqui iremos averiguar, assenta na compreensão por parte do outro através da leitura dos símbolos. Estes signos, têm o poder de legitimar o indivíduo e de nos remeter directamente para uma identidade enraizada num passado que a corrobora.

Ainda citando o autor mencionado anteriormente: “*enfim, dans une perspective à la fois linguistique et sémiologique, l’héraldique nouvelle se propose d’étudier la langue du blason comme un langage documentaire et un système dès signes*”¹⁰⁵. É este sistema de signos que aqui se nos impõe de extrema relevância na sua interpretação social de um conjunto armorejado que pode corroborar toda a ideologia de um indivíduo.

Após esta análise mais específica, o papel da heráldica num contexto particular enquanto veículo de ideologias, paradigmas estéticos e formais é indiscutível, o que nos faz retomar o propósito desta investigação. Prossigamos para uma perspectiva mais concreta e particular, o caso dos bispos-condes da diocese de Coimbra, dos quais será considerado um núcleo de 1/4 da totalidade dos sujeitos detentores deste título, seleccionados enquanto antístites representativos do espectro temporal aqui abrangido e de vários panoramas políticos, económicos e sociais.

¹⁰⁵ Pastoureau, Michel, *Figures de l’héraldique*, p. 88.

Capítulo II – *Análise das Armas de Bispos-Condes*

2.1 – D. João Rodrigues Galvão (1460/61 – 1481)

2.1.1 - A honra de bispo-conde

Iniciando neste ponto da investigação uma análise de casos particulares, não podia o exemplo supracitado de D. João Galvão ficar num patamar que não o de maior destaque, uma vez ter sido o primeiro a ser agraciado com a honra de bispo-conde. Será do maior interesse analisar o seu panorama genealógico para compreender a esfera em que se movia, as influências a que foi sujeito e o percurso que traçou ao longo da sua vida, ainda antes desta benesse.

É sobejamente conhecida a sua linhagem, enquanto filho de Ruy Galvão, escrivão de fazenda e secretário de D. Afonso V e também como irmão do famoso cronista Duarte Galvão¹⁰⁶. Natural de Évora, foi o sucessor do seu pai nos ofícios que este exercia à ordem d' *O Africano*, tendo mesmo sido considerado “*mui priuado del rei*”¹⁰⁷, até ao momento em que foi ordenado cónego da Ordem de Santo Agostinho, tendo exercido funções de prior-mor no Convento de Santa Cruz de Coimbra¹⁰⁸ desde 1474 até à data da sua morte. Ao serviço do monarca, acompanhou a embaixada matrimonial da infanta D. Leonor a Siena¹⁰⁹, quando a princesa foi desposar o imperador Frederico III¹¹⁰ tendo-se relacionado com Sílvio Eneias Piccolomini¹¹¹, “*vindo a ser apresentado como bispo administrador de Ceuta e Tui, em 17 de Setembro de 1459, com [apenas] 26 anos de idade*”¹¹². Seguidamente à sua chegada ao reino português foi nomeado bispo de Coimbra pelo já consagrado Papa, Pio II, em 1461, em virtude da designação de D. Afonso Nogueira para o arcebispado de Lisboa.

¹⁰⁶ Chagas, Manoel Pinheiro, *Diccionario Popular*, vol. 6, Lallement Frères, Lisboa, 1880; p. 17.

¹⁰⁷ Nogueira, Pedro Álvares, *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*, (actualizado por Madahil, António Gomes da Rocha,) Arquivo e Museu de Arte da Universidade, Coimbra, 1942 p. 168.

¹⁰⁸ Este prelado terá sido o 20º prior de Santa Cruz e 36º bispo de Coimbra.

¹⁰⁹ Ver Anexo nº 13.

¹¹⁰ Salgado, José Bènard Guedes, “Brasões de Armas de Famílias Portuguesas em Itália”, Revista *Armas e Troféus*, I.P.H, Lisboa, 1969, pp. 46/47.

¹¹¹ Futuro Papa Pio II.

¹¹² Gomes, Saúl António, *D. Afonso V – O Africano*, p. 129. Quanto a esta questão relativa à sua presença em Ceuta convém mencionar que estudos anteriores referiram a existência de um outro prelado com o mesmo nome, bispo de Ceuta de 1478 a 1480, que alegam nada ter a ver com o bispo-conde (vide página 296 de *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, sob a dir. e coord. de Afonso Zúquete). Apesar destes dados ambíguos e, porventura, contraditórios, refere-se que se tomou em consideração o estudo de Saúl Gomes por ser uma investigação acurada e mais recente, e, daí se mencionar o exemplo de Ceuta e Tui.

Esta nomeação não foi, como veremos, de todo pacífica. Apesar das contestações por parte de outros prelados portugueses, D. João Galvão conservou a mitra de Coimbra até à data da sua morte. Na sequência destes eventos é conhecida a sua jornada em África, acompanhando o soberano nas conquistas de Arzila e Tânger que lhe valeu, em 1472 o epíteto de bispo-guerreiro¹¹³ e não menos importante, o título de conde de Arganil¹¹⁴ pelos serviços prestados em prol do reino. Aqui se transcreve a carta de mercê¹¹⁵:

“Dom Affonso por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e dalém mar em Africa, ensembra com o Principe meu sobre todos muito prezado, e amado filho primogénito, herdeiro, fazemos saber a quantos esta carta virem, que considerando nós os grandes, muitos e mui estremados serviços, que recebidos temos, e ao deante esperamos receber de D. João Galvão Bispo de Coimbra, do nosso conselho, etc. em especial em a filhada das nossas villa, e cidade de Arzila, e Tangere, em as partes d’Africa, onde nós mui grandemente, e com muita deligencia, e mui bem sérvio, e querendo remunerar em alguma parte os seus assinados serviços, como convem a todo o virtuoso Principe, temos por bem, e queremos assi por honra, e memoria sua, e da sua linhagem, como por mayor prerogativa, e preminencia da sua Cathedral Igreja, que daqui em diante pêra todo sempre, a dita sua Igreja, alem da dignidade Pontifical, aja, e tenha a dignidade de condado, e que elle dito Bispo, e por seu respeito, e memoria, todos seus successores Bispos de Coimbra, sejam e se chamem, e intitulem Condes da villa d’Arganil, e elle em especial.

E assi os ditos sucessores seus ajão, tenham, e uzem de todas as liberdades, privilégios, franquezas, preminencias, honras, e insígnias, assi, e tão perfeita, e cumpridamente, e melhor, se melhor fazer puderem, como por direito, ou costume os tem, e delles uzão, ou podem uzar os outros Condes dos nossos Reynos.

E porque as couzas dadas por honra, e dignidade, não devem trazer consigo diminuição alguma, do já adquirido, e ganhado, queremos, e mandamos, que

¹¹³ Nas palavras de Gomes, Saúl António, *D. Afonso V – O Africano*, p. 174.

¹¹⁴ “...E porq este nosso prelado dom Joam galuaõ se achou presente nestas Conquistas com mta gente a sua Custa em que gastou m.tº dr.º lhe fez El rei .m. do título. de Conde de Arganil pª elle E pêra todos seus socesores...” in Nogueira, Pedro Álvares, *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*, pp.170/71.

¹¹⁵ Ver Anexo nº 14.

*por causa da dita dignidade de Conde, sua Cathedral Igreja, nem elle dito bispo, nem successores seus Bispos de Coimbra, terras, lugares, villas, quintas, coutos, jurdições, homens, nem vassallos da dita Igreja, não sejam a nos, nem a nossos successores, nem á Coroa dos nossos Reynos, em cousa alguma daqui em diante mães sujeitos, teudos, e obrigados, do que serão se simplesmente fossem Bispos de Coimbra, e do que forão ategora em tempo de seus antecessores. Em lembrança, fé, e firmidão perpetua das quaes couzas, a prezente fazer mandamos, assinada por nós, e por o dito meu filho primogénito herdeiro, e sellada de nosso sello de chumbo, dada em a dita nossa cidade de Coimbra a 25 dias de Setembro. Gonsalo Fernandez a fez, do anno de 1472. El Rey. Principe.”*¹¹⁶

Ao analisarmos a carta de mercê apercebemo-nos, tal como Correia da Silva¹¹⁷, que ao referir “*por honra, e memoria sua, e da sua linhagem*” seria lógica uma subsequente transição do título para um da sua Casa, tal como o seu irmão Duarte Galvão; ainda assim, faz questão de afirmar que “*todos seus successores Bispos de Coimbra, sejam e se chamem, e intitulem Condes da villa d’Arganil*”. O mesmo autor adianta hipóteses do foro político, inserindo esta concessão num plano maior de estratégia económica e geográfica para esta medida tomada pelo rei, argumentando que “*ao elevar em grandeza a pessoa de D. João Galvão, mas na mitra que cingia, em território já da jurisdição da mesma, não utilizava património da coroa*”¹¹⁸ justificando esta teoria com o facto de “*10 anos mais tarde, logo após a subida ao trono de D. João II, o bispo [...], embora eleito para arcebispo de Braga, ir perdendo sucessivamente toda a sua anterior grandeza (...)*”.

Devemos ainda atentar no testemunho de Pedro Álvares Nogueira, que recorda “*E ainda q dantes disto algus prelados desta see se chamaraõ Condes de santa Comba era por .m. [mercê] particular dos Reis mas não de jure Como agora se chamaõ Condes de*

¹¹⁶ Transcrição e adaptação em Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Portucalense Editora, Livr. Civilização Editora, Porto, 1967-1971, vol. I, p.283, e em *Correio de Coimbra*: 1 de Novembro de 1956, nº 1749.

¹¹⁷ Silva, Fernando d’Abranches Correia da; “A comenda de São Miguel de Coja na Ordem de Cristo (séculos XVI E XVII) – Laços de Nós, Genealógicos e Sociais” *Revista Raízes e Memórias* – Associação Portuguesa de Genealogia, Nº 23, Lisboa, Dezembro de, 2007, p. 306.

¹¹⁸ Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...” Nº 23, pág. 306.

Arganil.¹¹⁹” Recordemos que, para além dos títulos nobiliárquicos supracitados, o bispo teria ainda domínio em Coja¹²⁰, conforme atestam inúmeros exemplos documentais, onde o prelado assinava enquanto Conde de Arganil e Senhor de Coja. Este território, referido como “*Couto dos mais solenes, só sujeito à Colheita Real*”¹²¹, encontra-se localizado privilegiadamente num ponto geográfico central, revestindo-se de grande importância a nível sócio-económico para o reino, como refere Correia da Silva em estudos que tem vindo a desenvolver nos últimos anos, relacionados com esta localidade¹²².

Este mesmo autor, corrobora ainda a opinião aqui expressa relativamente à nomeação deste prelado para a mitra de Coimbra¹²³ num propósito eminentemente político, adiantando que esta foi uma forma de preencher o lugar vago deixado por D. Pedro Duque de Coimbra, seu tio, tendo esta acção consequências positivas a favor do Rei ao nomear um seu valido¹²⁴ para este cargo após múltiplos exemplos de fidelidade quer fosse em África ou durante a Guerra Peninsular, quer nas funções de cariz

¹¹⁹ Nogueira, Pedro Álvares, *Livro das Vidas dos Bispos...*, p. 172. Ainda no referente ao título de Conde de Santa Comba, sabemos, de acordo com a publicação *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, sob a coordenação de Afonso Zúquete, (p.296) que D. João Galvão terá assinado enquanto Conde de Santa Comba numa provisão de 25 de Novembro de 1471, pelo que se supõe que, apesar de nas Chancelarias anteriores ao período de 1472 não se encontrar a concessão do título de Conde de Santa Comba, esta honra fosse anterior à de Conde de Arganil. Esta temática foi igualmente abordada por Braamcamp de Freire na sua obra já mencionada *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, p. 295, por Correia da Silva no seu trabalho dedicado a Coja, que se tem vindo a mencionar, em Almeida, Fortunato de, *História da Igreja...*, vol. I, p.503, assim como em estudos de Sousa Viterbo.

¹²⁰ Conforme refere Correia da Silva no seu estudo “A comenda de São Miguel de Coja...”, N°23, p. 293, nota de rodapé nº 101, passamos a transcrever: “em 24 de Maio de 1122, [...] D. Teresa faz doação de Seia ao Conde Fernando Peres, e em 3 de Novembro de 1122, a mesma D. Teresa cede ao mesmo conde o castelo de Santa Eulália, com a vila de Quiaios, em troca do Castelo de Coja doando-lhe também o Castelo de Soure. Por carta da mesma data, “doação da vila de Coja, sita nas margens do rio Alva, feita por D. Teresa à Sé de Coimbra e ao Bispo D. Gonçalo e seus sucessores” sendo Roborante D. Teresa, e Confirmantes além de seu filho D. Afonso Henriques, o Conde D. Fernando, Paio, arcebispo de Braga, Gonçalo, bispo de Coimbra, Ildefonso de Tuy, Diogo de Orense, Pedro, abade de Cela Nova, com todos os seus monjes, Mestre Erefredo, Paio Velasquez(?), preposito do palácio da Rainha. Após a Batalha de São Mamede, logo a 3 de Setembro de 1128, é D. Afonso Henriques que emite a favor do Bispo D. Bernardo e seus sucessores e aos cónegos da Sé de Coimbra “Carta de COUTO da Vila de Coja com descriminação dos limites” – in “Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios” Tomo I – doc. 62, 63 e 64 e A.N.T.T. – Documentos do Cabido da Diocese de Coimbra, inventariados na caderneta C313-A-1.”

¹²¹ Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...”, N° 22, p. 159, referência na nota de rodapé nº 73.

¹²² Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...”, N° 22, p. 159.

¹²³ A propósito da sua acção na Mitra desta cidade destaca-se a intervenção na Sé Velha, onde, ao mandar remover o túmulo situado na nave e desmantelar o coro, contribuiu com o patrocínio do primeiro coro-alto de que se tem notícia na história do espaço catedralício em Portugal. Gomes, Paulo Varela, “In Choro Clerum. O coro das Sés Portuguesas dos Séculos XV e XVI”, *Museu*, IV Série, nº 10, Porto, 2001, p.35.

¹²⁴ Gomes, Saúl António, *D. Afonso V – O Africano*, pp. 119 e 121.

diplomático, como a anteriormente mencionada, em Siena ou como testemunha da profissão da infanta D. Joana na ordem de Santa Clara¹²⁵.

Ainda relativamente à concessão do título de bispo-conde, denote-se que o próprio D. Afonso V foi um monarca singular no ponto de vista da heráldica e da nobiliarquia. Na verdade, foi com este rei que se concederam os primeiros títulos de barão e de visconde, entre outras inovações. Ao analisar a carta de mercê verifica-se que, muito para além de uma ligação económica, se procurou aqui estabelecer uma ligação simbólica entre o rei e o clero secular. A genealogia de D. João Galvão e a sua participação na tomada de Arzila e Tânger terão sido os motivos mais válidos para a concessão desta honra, sobre muitos níveis, a título pessoal.

Os motivos de esta aliança se ter cingido a Coimbra prendem-se por si só com a presença deste prelado na Mitra desta cidade e, portanto, a honra dirigia-se mais concretamente a D. João Galvão e não estaria directamente relacionado com limites geográficos. No entanto, o facto de o título ter sido concedido aos bispos de Coimbra, e não simplesmente a título vitalício a este prelado, comprova a vontade de uma aliança entre os poderes centrais e a Igreja num sentido mais lato, num período de afirmação régia e de início da expansão do império, procurando legitimar e validar o próprio poder, pela via da ligação com o clero, neste caso os bispos, ou seja, um elo entre o rei e aqueles que detinham o poder nas dioceses por todo o reino, tal como se mencionou anteriormente, apostando num discurso de corroboração de autoridade, bispo e conde, poder sagrado e secular, jurisdição simbólica e física não só no espaço religioso mas também poder sobre os novos territórios que o condado contempla, pois ao reforçar o poder a nível territorial, o bispo vai alargar também a sua jurisdição pastoral.

Não obstante estes factos, a sua actividade episcopal não se tornou menos atribulada. Na verdade, Saúl Gomes disserta acerca desta animosidade face ao prelado por parte do designado alto-clero português. Pelas palavras do autor sabemos que a 21 de Maio de 1461, este prelado havia sido “*nomeado legado pontifício a latere, com funções de colector das três dízimas no valor de cerca de 30% sobre todas as rendas dos benefícios eclesiásticos, de acordo com o que a Santa Sé aprovara em Mântua*”¹²⁶ e em

¹²⁵ Gomes, Saúl António, *D. Afonso V – O Africano*, p. 243.

¹²⁶ Gomes, Saúl António, *D. Afonso V – O Africano*, p. 129.

1462 vemos Pio II a “suspender a legacia que lhe confiara bem como a anulação dos processos e penas que instaurara”¹²⁷. Pouco após ser nomeado Arcebispo de Braga, faleceu em 1485 sem nunca ter podido assumir este cargo, uma vez que o Pontífice, agora Sisto IV foi informado de que este clérigo “exercia as funções pastoraes sem esperar a confirmação da santa sé”¹²⁸.

2.1.2 – Um novo paradigma na heráldica eclesiástica portuguesa

As armas de Galvão, já figuradas no *Livro do Armeiro Mor* são: Partido, 1º de prata, águia estendida de negro, carregada de um crescente de ouro no peito; 2º de vermelho, com 6 costas de prata, postas 2, 2, 2, firmadas nos flancos¹²⁹. Ainda que não seja frequente a inclusão do timbre nas representações armorejadas deste prelado, este é sempre referido como sendo uma águia de negro, estendida, sainte, com uma costa de prata no bico¹³⁰. Há indícios de uma progressiva adopção apenas da segunda pala do partido das armas de Galvões, representativas de Costas¹³¹, como nos selos estudados pelo Marquês de Abrantes no seu *Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa* que já mencionámos anteriormente. Nesta obra encontramos registo de quatro exemplares sigilográficos notáveis que subsistiram deste prelado, dos quais o autor faz uma detalhada análise. De acordo com a análise proposta na primeira etapa desta investigação, denota-se a tipologia mista no concernente ao campo do selo, onde temos elementos heráldicos, mas também emblemáticos e iconográficos, com micro-arquitecturas de estética gótica e motivos devocionais. Contudo, ressalva-se o carácter excepcional do selo catalogado como exemplar nº 472¹³², onde encontramos um campo redondo, com S. Jerónimo associado ao leão, conforme previsto, e um magnífico brasão com armas plenas de Costas, de acordo com o que se mencionou anteriormente.

No cruzamento de dados podemos afirmar com segurança que as investigações genealógicas apontam para que os Galvões descendam do casamento de Lopo Afonso da

¹²⁷ Gomes, Saúl António, *D. Afonso V – O Africano*, p. 129.

¹²⁸ Chagas, Manoel Pinheiro, *Diccionario Popular*, vol. 6; p. 18.

¹²⁹ Ver Anexos nºs 15 e 16.

¹³⁰ Zúquete, Afonso Eduardo Martins, *Armorial lusitano*, pp. 236/237 e p.106 de *Elementos da história...*, de Pedro de Sousa de Castello Branco.

¹³¹ Ver Anexo nº 16.

¹³² Ver Anexo nº 17.

Costa, com uma dama de sobrenome Galvão. D. Luís de Lencastre e Távora discursa sobre esta problemática confirmando que a partir desta informação haver quem sugira a possibilidade de que “*sendo as armas da segunda pala as de varonia de Costas, as da primeira seriam obviamente as primitivas dos Galvões (...), teoria a cuja verosimilhança pomos algumas dúvidas, visto parecer-nos que aqueles não constituiriam, logo de início, uma família armigerada per si*”¹³³. De todo modo, é um facto que se verifica uma progressiva adopção de armas plenas falantes de Costas numa clara desconstrução heráldica do brasão original por parte deste prelado. Se isso se deve a questões de legitimação de varonia ou a motivos puramente estéticos ou iconográficos não se pode ainda afirmar com certeza, pelo menos, com os dados que se possuem actualmente.

Alvitra-se ainda uma última hipótese adiantada por Correia da Silva¹³⁴, que questiona a possibilidade deste prelado se ter eventualmente chamado João Rodrigues da Costa, antes da sua ordenação, de acordo com documentos que analisou na chancelaria de D. Afonso V. Neste conjunto de documentação aparece claramente identificado Rui Galvão, pai do prelado, mas a partir daqui, já Sousa Viterbo¹³⁵ questionou se teria sido um erro do oficial que redigiu a documentação ou se, de facto, este Rui Galvão terá tido um outro filho, legítimo ou não, com igual nome, mas usando apelido diferente, ou mesmo se o bispo terá usado no início do seu percurso religioso, de um apelido distinto daquele que constará como seu, mesmo em documentação mais vetusta.

As dúvidas são dissipadas através de uma carta de Julho de 1451 que refere que “*João Rodrigues é cónego de Coimbra*”¹³⁶, não especificando que é da Sé. Sabendo que o nosso prelado tomou o hábito de cónego regrante de Santo Agostinho, não há motivos que excluam este ser o mesmo “cónego regrante” que dois meses mais tarde o prior D. Gomes escolhe para capelão-ordinário, a pedido d’O Africano, para acompanhar D. Luís Coutinho, bispo de Coimbra, na comitiva que parte para Siena, acima aludida. Apesar da sua idade precoce, estabeleceu, conforme já foi aqui mencionado, amizade com o futuro Papa Pio II que o nomeou entretanto seu legado em Portugal com o encargo de cobrar as rendas papais. Por esta altura aparece referido um “*João Roiz [...] cobicollairo do Santo*

¹³³ Abrantes, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª Ed, Lisboa, 1983, p. 321.

¹³⁴ Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...”, N° 23, p. 307.

¹³⁵ Sousa Viterbo citado por Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...”, N° 23, p. 307.

¹³⁶ Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...”, N° 23, pp. 307/308

*Padre*¹³⁷. Através do cruzamento dos dados onde este João Roiz é designado como privado do Papa e com funções de administração das rendas temos a certeza de ser este o mesmo João Galvão que temos vindo a investigar e que agora nos surge como “*Roiz da Costa*”. A partir destes dados a adopção das armas plenas de Costas tem uma lógica associada e justifica a escolha heráldica deste prelado.

Referindo ainda o dito selo analisado pelo Marquês de Abrantes, é evidente um outro elemento digno de nota. De facto, encontramos um chapéu eclesiástico que, se poderia estar relacionado com a iconografia associada a S. Jerónimo, tal não nos parece credível, visto o número de borlas não ser o correspondente ao de um *gallerum* cardinalício e sim ao de um bispo. Porém, mais interessante é o facto de apesar da inclusão do dito chapéu, se ter igualmente apostado uma mitra a sobrepujar o escudo que se encontra na parte inferior do selo.

Verificamos, portanto, diversos pontos a considerar. Temos exemplares esfragísticos que nos permitem uma análise das representações heráldicas deste bispo. Estes mesmos selos incluem-se nas tipologias que referimos no Capítulo I desta investigação, de acordo com a categorização proposta para a faixa temporal a que remete. Ainda assim apresenta-se a junção de *gallerum* episcopal, perceptível através do número de borlas, com a mitra a sobrepujar o pequeno escudo no “contra-chefe” do dito selo redondo. Esta mesma representação das armas do prelado reveste-se do maior interesse pela desconstrução das armas de Galvões para um escudo pleno de Costas, conforme se justificou previamente. Pensamos que, de certo modo, isso poderá estar relacionado com a designação de Sousa Viterbo, de “*um bispo caracterizadamente medieval (...)*”¹³⁸ remetendo para uma época de estética gótica – conforme se verificou, aliás, pelas micro-arquitecturas representadas nos selos, onde predominava o gosto pelo escudo pleno e por uma heráldica ainda pura a nível formal. O prelado propositadamente optou por armas plenas falantes, em vez das duas palas de seu direito¹³⁹.

¹³⁷ Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...”, Nº 23, p.307.

¹³⁸ Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...”, Nº 23, p. 306.

¹³⁹ O Marquês de Abrantes, na sua publicação *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, refere-se a este tipo de representações heráldicas (no contexto da categorização das temáticas da gravura da sigilografia portuguesa) do seguinte modo: “*Ao segundo [referindo-se ao sector heráldico] pertenceriam todos os tipos de emblemática, desde as das armas de família ou pessoais, de grande singeleza na sua pureza primeva, à dos géneros representativos de ofícios falantes, e simbolizando os ideais religiosos e cavalheirescos, tipicamente medievais (...)*”.

Do mesmo modo não encontrámos frequentemente a representação heráldica do coronel de conde nos exemplares analisados, algo no mínimo curioso. Tendo sido este o 1º Conde de Arganil, seria expectável a inclusão preponderante desta simbologia nas suas armas. Iria com isso contra o formalismo medievo que anteriormente mencionámos? Ou seria resultado de uma prática instalada que não se quis adulterar? Não sabemos, mas o facto é que a partir deste prelado se instalará um novo discurso, uma nova estética heráldica, com base nesta etapa da mitra de Coimbra que aqui se inicia, proporcionada pelo título com que este bispo foi agraciado, independentemente dos factores políticos, económicos, geográficos ou sociais, que conduziram à atribuição desta benesse.

2.2 – D. Jorge de Almeida (1482-1543)

Já amplamente analisado, D. Jorge de Almeida pode, à primeira vista, ter pouco de inovador para aqui se examinar considerando as variadas investigações e publicações cujas teorias se têm exposto nos últimos anos¹⁴⁰. Ainda assim, não seria de todo prudente censurar um tal homem no nosso estudo, personagem indubitavelmente imprescindível no contexto artístico, político, religioso e social desta época, tendo constituído verdadeiramente uma retórica de aparato de onde é impossível dissociar a carga heráldica facilmente perceptível. Por isso, sendo a presente investigação subordinada à heráldica eclesiástica, seria inoportuno e desvalorizador ignorar este antístite na amostra representativa aqui considerada.

Trigésimo sétimo bispo de Coimbra e segundo conde de Arganil, terá nascido em 1458 filho do 1º conde de Abrantes e de D. Beatriz da Silva¹⁴¹. A sua distinta linhagem, terá origem em D. Pedro I e D. Inês de Castro de quem se diz o seu pai, D. Lopo, ser o terceiro neto. Para além dos progenitores, D. Jorge pertence a toda a uma teia de ligações

¹⁴⁰ Craveiro, Maria de Lurdes, *O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónico*, Tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à FLUC; Coimbra, 2002; Rodrigues, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores: para uma história da instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990; Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2006 e Paiva, José Pedro, “A diocese de Coimbra durante o reinado de D. Manuel I: o governo episcopal de D. Jorge de Almeida (1482-1543)”, *D. Manuel e a sua época : actas, 2ª Secção*, III Congresso Histórico de Guimarães, Câmara Municipal, Guimarães, 2004.

¹⁴¹ E neste ponto Braamcamp Freire contesta a utilização do Dona, atestando que em documentação de 11 de Abril de 1475 é apenas nomeada por D. Afonso V enquanto Brites da Silva. O fenómeno da vulgarização destes títulos levou a que os genealogistas também popularizassem o seu uso nos mais diversos casos independentemente dos séculos. Vide p. 353 no vol. II de *Brasões da Sala de Sintra*.

familiares que vão desde os seus irmãos D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia e D. João de Almeida, segundo conde de Abrantes, guarda-mor de D. João II e vedor da sua Fazenda; D. Diogo Fernandes de Almeida, sexto Prior do Crato e responsável pela educação do Infante D. Jorge, filho ilegítimo de D. João II; D. Pedro da Silva, comendador-mor da Ordem de Avis e homem da confiança de D. João II e D. Manuel I ou mesmo D. Fernando de Almeida, bispo de Ceuta, núncio do Papa Alexandre VI e com ligações à família Bórgia¹⁴².

De entre os seus sobrinhos, já Lurdes Craveiro destaca D. Garcia de Almeida, primeiro reitor da Universidade em Coimbra, D. Leonor de Vasconcelos, abadessa do mosteiro de Celas responsável pela contratação de Nicolau de Chanterene para a execução do seu túmulo, ou D. Joana de Noronha, casada com D. Diogo Lobo da Silveira, 2º barão do Alvito e responsável pela construção do castelo, considerado obra de extremo relevo para o contexto da arquitectura civil e militar do fim da Idade Média.

A sua presença em Itália, agora incontestada, está intrinsecamente ligada ao percurso de seu pai. Sabe-se que D. Lopo integrou o mesmo séquito para Siena¹⁴³ que o anteriormente referido D. João Galvão, em virtude do matrimónio da irmã de D. Afonso V com o imperador Frederico III. Acrescente-se a este facto a sua presença em Florença, Nápoles e Roma, focos da cultura humanista, o contacto com figuras das mais altas esferas sociais e políticas, como o futuro Pio II, onde “*era tal a fama de sua uirtude que teue muitos uotos no Conclauí dos Cardeaes p^a ser Papa (...)*”¹⁴⁴, ou mesmo a missão diplomática em França onde se tomaram as providências para o casamento da infanta D. Joana com o soberano Luís XI.

O contexto familiar de D. Jorge de Almeida comprova toda uma miríade de influências e relações que certamente influenciaram a sua mundividência e gosto, tornando-o num incontestável “*verdadeiro príncipe do renascimento*”¹⁴⁵, nas palavras de Vítor Serrão. O seu próprio percurso em Itália¹⁴⁶ desde, pelo menos 1469, foi pautado de exemplos que iriam determinar a sua imagem e posição futuras, tendo privado com

¹⁴² Craveiro, Maria de Lurdes, *O Renascimento em Coimbra...*, p. 287.

¹⁴³ Ver Anexo nº 13.

¹⁴⁴ Nogueira, Pedro Álvares, *Livro das vidas dos bispos...*, p. 178. Note-se que à época, não era indispensável ser cardeal para obter a tiara do Sumo Pontífice.

¹⁴⁵ Silva, Fernando d’Abranches Correia da; “A comenda de São Miguel de Coja ...” Nº 25, p. 282.

¹⁴⁶ Craveiro, Maria de Lurdes, *O Renascimento em Coimbra...*, pp. 288 e 290.

Lourenço de Médicis (conforme provam as 5 cartas agora publicadas) a quem escreveu ainda enquanto estudante em Pisa ou o título de *Apotolice sedis prothonotharius* que ostentou precocemente e que seria prenunciador dos muitos outros com que viria a ser agraciado ao longo da sua extensa vida conforme se confirma nas palavras de Pedro Álvares Nogueira ao discursar acerca deste “*mancebo de uinte E dous annos de grandes partes de grandes esperanças q daua mostras de uir a ser hum grande prelado Como na uerdade o foi (...)*”¹⁴⁷.

Tendo estudado em Pisa e Peruggia e após uma longa permanência na Cúria Romana¹⁴⁸, este antístite, que será inquisidor-mor do reino a partir de 1536, sempre demonstrou uma extrema erudição que perpetuou na obra escrita elaborada ao longo da sua vida e de onde se destacam as – “*Constituyções do Bpado de Coimbra pollo muyto reuerendo e magnífico senhor o señor dom Jorge dalmeyda bpo de Coimbra Conde Darganil*”, impressas em Braga, na Oficina de Pedro Gonçalves Alcoforado, no ano de 1521. Consta terem sido as primeiras Constituições deste bispado que se publicaram¹⁴⁹.

Peça fundamental no equilíbrio das forças culturais e políticas da cidade¹⁵⁰, protegia os seus homens e erigia à sua volta redes de dependência e patrocínio, vivendo como um grande e poderoso senhor nos seus territórios¹⁵¹. Teve igualmente um papel preponderante junto ao monarca, em diversos encargos diplomáticos e religiosos, tendo-se deslocado expressamente a Évora, em finais de 1497, para presenciar o primeiro matrimónio de D. Manuel. Do mesmo modo foi este mesmo prelado que, juntamente com o rei esteve presente no ritual da abertura e segunda tumulação de D. Afonso Henriques e

¹⁴⁷ Nogueira, Pedro Álvares, *Livro das vidas dos bispos...*, p. 178.

¹⁴⁸ Craveiro, Maria de Lurdes dos Anjos, *O Renascimento em Coimbra...*, p. 288.

¹⁴⁹ Chagas, Manoel Pinheiro, *Diccionario popular*, 2º vol. p. 121.

¹⁵⁰ Craveiro, Maria de Lurdes dos Anjos, *O Renascimento em Coimbra...*, p. 291 e , “A Porta Especiosa e as obras de restauro”, *Sé Velha de Coimbra: Culto e Cultura*, Ciclo de Conferências, Catedral de Santa Maria de Coimbra: Câmara Municipal, Coimbra, 2005, p.149.

¹⁵¹ Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, “Foi possível identificar cerca de 100 pessoas, entre as quais perto de 30 capelães, para além de camareiros, cantores, cavaleiros, contadores, cozinheiros, criados, escudeiros, físico, azemel, guarda-roupa, hortelão dos paços, moços da estrebaria, moços de câmara, porteiro, secretário e vedor. Este D. Jorge de Almeida tinha exército, com o qual chegou a desafiar o prior de Santa Cruz de Coimbra e raramente conferia ordens, pregava ou crismava, tendo bispos coadjutores que por si o faziam.” p. 122. Do mesmo modo António de Vasconcelos diz: “com a numerosa comitiva de estado, constituída pelo pessoal da sua triplíce casa, eclesiástica, civil e militar, correspondente às diversas dignidades que possuía; pois, se a mão esquerda se apoiava ao báculo prelatício de Coimbra, a cabeça era-lhe cingida pela corôa margarífica de conde de Arganil, e a dextra empunhava quer a vara da jurisdição civil e criminal, quer a espada do comando militar, como senhor de Côja e alcaide-mór de Avô.” in Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...” N° 25, p. 277.

de D. Sancho I, efectuado no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Este bispo designado por António de Vasconcelos como *Sacerdos Magnus*, terá ainda baptizado o Infante D. Henrique em 1512.

Bispo residente em Coimbra - um dos raros exemplos de entre as nove dioceses portuguesas¹⁵², era apreciador da prática da caça tendo mesmo “*alcançado de D. Manuel a instituição de uma coutada privada nas terras do senhorio do bispado, em Coja, para melhor apreciar os seus gostos cinegéticos*”¹⁵³, e foi a figura marcante do Renascimento conimbricense, numa altura de mudanças e em que se começava a vislumbrar uma nova cultura visual¹⁵⁴. Não obstante a experiência em Itália e os ilustres contactos que manteve, sempre se apresentou enquanto sujeito de carácter singular com uma preponderante “*proximidade às correntes humanistas do renascimento que a sua actuação à frente da diocese de Coimbra e a sua abertura mecénática não deixam de traduzir*”¹⁵⁵.

Finado em 1543, a inscrição na sua lápide que repousa ainda hoje na Sé Velha de Coimbra¹⁵⁶ irá replicar a fórmula itálica do seu nome, já utilizada por Sisto IV nos idos anos da sua infância. Aquele que foi o antístite que durante mais tempo governou uma diocese em toda a história da igreja portuguesa¹⁵⁷, e que com 10 anos era já designado por “*Giorgio de Almeyda clerico Egitanensis diocesis*”¹⁵⁸ “*falleceo dia de San-tiago de 1543. de idade de 85. annos. Manifesta-se do epitaphio de sua sepultura, que está na capella do Sanctíssimo Sacramento*¹⁵⁹ *da Sè da ditta cidade, que he o seguinte: Divini numinis oietate Episcopus Comes Georgius de Almeida hic situs, (...)*¹⁶⁰”

¹⁵² Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal...*, p. 117.

¹⁵³ Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...”, N° 25, p. 279 e Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal...*, pp. 118-119.

¹⁵⁴ Macedo, Francisco Pato de, “A Sé Velha na conjugação do Românico e do Gótico”, *Sé Velha de Coimbra: Culto e Cultura*, Ciclo de Conferências, Catedral de Santa Maria de Coimbra : Câmara Municipal, Coimbra, 2005, p.63.

¹⁵⁵ Craveiro, Maria de Lurdes, *O Renascimento em Coimbra...*, p. 291.

¹⁵⁶ Ver Anexo n° 18.

¹⁵⁷ Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal...*, p. 287.

¹⁵⁸ Craveiro, Maria de Lurdes, *O Renascimento em Coimbra...*, p. 288.

¹⁵⁹ Na realidade, este prelado encontra-se sepultado na capela de S. Pedro desde a data da sua morte, pelo que se depreende que este seja um erro de descrição por parte do autor supracitado.

¹⁶⁰ Cardoso, Jorge Faria Pimentel, *Agiolégio lusitano*, Tomo III, p. 207.

2.2.1 - A exacerbação do aparato heráldico

De vermelho, seis besantes de oiro entre uma dobre cruz e bordadura do mesmo¹⁶¹. Timbre: águia de vermelho¹⁶², armada e membrada de oiro, e carregada dos seis besantes do escudo sobre o peito. Assim descreve Braamcamp Freire as sobejamente conhecidas armas de Almeidas¹⁶³, apesar da discórdia acerca do timbre que difere em obras tão relevantes como *O Livro do Armeiro Mor* ou o *Thesouro da Nobreza*.

De acordo com exemplares sigilográficos estudados pelo Marquês de Abrantes¹⁶⁴, encontramos 3 selos do tipo emblemático heráldico de família atribuídos a este prelado, sendo que dois apresentam o esquartelado que lhe é característico, de Almeidas e Silvas. É interessante atentar nesta sua linhagem de Silvas, pois se de acordo com o Marquês de Abrantes, Felgueiras Gaio e Braamcamp de Freire, não há indícios que este ramo dos Silvas pertença à vetusta linhagem com esta designação, no trabalho de Lurdes Craveiro é referida como tendo parentesco com os Silvas de S. Marcos. Independentemente da linhagem, as armas de Silvas são assumidas com a mesma preponderância que as de Almeida no uso intencional do esquartelado. Mais interessante ainda será confirmar que estas armas são, na verdade, as mesmas que as do seu irmão, D. Pedro da Silva, comendador mor da ordem de Aviz, embaixador a Roma, que tem as suas armas pintadas na fl. 56 v. do *Livro do Armeiro Mor*¹⁶⁵, do seguinte modo: Escudo *au ballon*¹⁶⁶, esquartelado, o 1º e 4º de vermelho seis besantes de oiro entre uma dobre cruz e bordadura do mesmo (Almeida); o 2º e 3º de prata leão de púrpura, armado e linguado de vermelho ou de azul (Silva); elmo de prata guarnecido de ouro, cerrado, de três quartos,

¹⁶¹ Actualmente verificam-se alguns especialistas que ao invés de utilizar a designação de “dobre/doble cruz” preferem utilizar o termo “bilhetas”. Apesar de esta ser uma terminologia correcta e actual, continuaremos a utilizar a terminação supracitada no texto por ser aquela que nas fontes aqui referidas ser a terminologia mais usual. Ver Anexo nº 21.

¹⁶² ver Anexo nº 26.

¹⁶³ Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, vol.II, p.285. Estas armas serão assim descritas também no *Armorial Lusitano*, p.44.

¹⁶⁴ Abrantes, Marquês de, *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, veja-se o exemplar nº 25, p. 108, exemplar nº 26, p. 109 e exemplar nº 482 p. 325; ver Anexo nº 19.

¹⁶⁵ Em Anexo nº20. Estas armas também aparecem referidas por Pedro de Sousa Castelo-Branco enquanto “*Silvas de D. Pedro*” na p. 100 de *Elementos da Historia...*

¹⁶⁶ Apesar de não ser uma terminologia incorrecta, também se pode usar o termo “pendido”, apesar de ser pouco utilizado e não constar do *Armorial Português-Vocabulário Heráldico* de G. L. Ferreira nem do *Vocabulário Heráldico* de Luís S. M. Bandeira. É mais comum a esta posição dar-se o nome de “*au ballon*” ou “*au wallon*”. No caso do *Livro do Armeiro-Mor* todos os brasões se encontram assim posicionados pelo que não será imprescindível mencionar este facto.

forrado de vermelho à ponta; paquife de oiro forrado de vermelho; virol de oiro e vermelho; correia de verde perfilada de oiro.

Posteriormente, D. Pedro da Silva recebeu, por nomeação régia, a honra de poder usar o leão de negro ou de azul. Esta diferença, considerada pessoal seria, no entanto, igualmente adoptada por D. Jorge de Almeida em algumas das suas representações heráldicas¹⁶⁷. É, de facto, um dado bastante interessante na análise das armas deste prelado. Do mesmo modo que a diferença concedida ao seu irmão é uma honra pessoal, referida com destaque no *Livro do Armeiro-Mor* e nos *Elementos da história..* de Pedro de Sousa Castelo-Branco, também as armas episcopais são pessoais e intransmissíveis, e o mero facto de D. Jorge de Almeida adoptar como suas as mesmas armas do seu irmão, usando a mesma diferença, prova que não estamos perante uma norma estabelecida.

Esta semelhança pode ser corroborada nos muitos suportes onde o antístite se preocupou em fixar os símbolos da sua identidade¹⁶⁸ – neste programa de implementação de uma linguagem de poder¹⁶⁹ - marcas das quais já fazia uso desde pelo menos 1485, aquando da sua sagração enquanto bispo de Coimbra. Raros foram os exemplos onde não optou pelo esquartelado, tal como no caso dos selos estudados pelo Marquês de Abrantes, acima mencionados¹⁷⁰, dos quais apenas um enverga unicamente as armas plenas da sua varonia – Almeidas.

A nível artístico, encontramos a sua iconografia de entre as diversas obras que patrocinou no âmbito desta reformulação estética, arquitectónica e urbanística, onde se verifica uma preponderante actuação na Sé Velha de Coimbra, local que, como já se referiu, escolheu para sua última morada. Aqui, na capela de São Pedro, foi encontrado um anel preservado no dedo do defunto prelado aquando da reabertura do seu jazigo. Este anel encontra-se detalhadamente descrito na obra do Marquês de Abrantes pelas seguintes palavras: “*Aro de prata, castão de ouro, e embebido nele uma pedra de ágata avermelhada, com uma gravura antiga, e representando uma formosa cabeça de mulher*”

¹⁶⁷ Comparar Anexos n.ºs 20 e 21.

¹⁶⁸ Ver Anexos n.º 21, 22, 23, 24 e 25.

¹⁶⁹ Craveiro, Maria de Lurdes, *O Renascimento em Coimbra...*, p. 292.

¹⁷⁰ Constatou-se, ao analisar estes exemplares esfragísticos na obra mencionada que, apesar da sua indubitável cientificidade e qualidade do trabalho levado a cabo pelo Marquês, o exemplar que aqui se reproduz em Anexo n.º 19 e designado na imagem como 25 é, na realidade, o exemplar 26 de acordo com a sua análise e descrição da mesma obra. O exemplar que aqui se apresenta encontra-se apostado num documento datado de 20 de Fevereiro de 1523.

grega, com interessante toucado, e as letras – E τ Ψ. ”¹⁷¹ – É curioso que o prelado tenha sido sepultado com este anel representativo de uma iconografia clássica e não as insígnias da sua heráldica particular, algo singular se atentarmos no elevado número de exemplos de peças armorejadas, de uso privado ou litúrgico¹⁷², onde estas se encontram representadas, símbolo do seu mecenato. Não obstante, a presença deste anel demonstra e corrobora o gosto por uma cultura humanista e pela estética clássica, que foram sempre dominantes nas obras e peças que encomendou.

Ainda no âmbito do estudo da simbologia heráldica de D. Jorge de Almeida, consideramos relevante atentar no seguinte excerto de António de Vasconcelos a propósito do cortejo deste prelado à saída do paço episcopal para a Sé:

“Era espectacular e digna de se ver (...) acompanhado de uma guarda militar, o alferes de D. Jorge, vestindo huma cota darmas forrada de setim roixo, com as armas do bispo sobre damasco branco e cremezim, aprumado no seu cavalo, hasteava o balsão – hum estandarte de damasco verde alionado branco e cremezim, com uma cruz douro e armas do bispo.(...) cercado dos seus familiares e creados e seguido da sua gente de armas, montado em formosa e nédia mula branca, quase inteiramente coberta pelas ephíppias e strágula pontificias de cor violácea, e vistosa pelos belos arreios guarnecidos de seda aveludada, brochados e chapeados de prata, onde se divisavam finamente buriladas e muitas vezes repetidas as armas dos Almeidas e dos Silvas, encimadas de uma mitra ou pelo chapéu pontifical.

Trazia o bispo-conde sôbre a sotaina rôxa um comprido roquete de finíssimo linho, que lhe descia abaixo dos joelhos; aos ombros a capa-magna de cameloto violácea com o capelo forrado de alvíssimas peles de arminhos, afagadas pela cabeleira do prelado; na cabeça o chapéu solene, de lã preta, com a parte inferior forrada de seda verde, e longos cordões da mesma côr a descerem dos lados do chapeu, caindo sôbre o peito, a cuja altura se bifurcavam uma, outra e outra vez, elaçando-

¹⁷¹ Abrantes, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, p.28.

¹⁷² Veja-se, a título de exemplo, a mostra de peças elencadas por Pedro Álvares Nogueira no seu *Livro das vidas dos bispos da sé de Coimbra*, p. 179.

*se e enxadrezando-se, ornados de borlas ou frocos de seda verde em todos os pontos de união (...)*¹⁷³.

A partir deste excerto é evidente todo o aparato heráldico que rodeava este prelado, cuidadoso na composição, cor e simbologia de todas as peças que tanto ele como a sua comitiva ostentavam. Não poderia haver uma mensagem de poder mais manifesta e é interessante ver aqui a perpetuação da mitra enquanto símbolo episcopal. Conforme se mencionou, no caso português esta peça terá um protagonismo acentuado durante um maior período de tempo que noutros locais da Europa, sendo símbolo episcopal por excelência. Ainda assim, o chapéu eclesiástico tem já um papel preponderante, inclusive como elemento envergado pelo antístite no decorrer do cortejo. Uma vez mais confirmamos também, a propósito do *gallerum*, a utilização do negro forrado a verde, mais uma particularidade portuguesa, uma vez que já aqui se verificou ser unicamente o verde, a cor designada para representar os bispos. O efeito desta exibição de poder associado à imagem do prelado era avassalador para quem observava, algo patente na continuação do excerto acima transcrito:

“À passagem do prelado toda a gente se ajoelhava, e ele de olhar meigo, de sorriso bondoso nos lábios, ergendo a dextra com o dedo indicador ornado de hum anel que tinha duas esmeraldas, quatro rubis e uma çafira, abençoava lentamente, com os dois dedos estendidos, os seus súbditos devota e humildemente prostrados numa quase adoração.”

Assim se confirma efectivamente uma comunicação simbólica através das mais ilustres insígnias que este *Princeps spectabilis* fez suas. Mesmo tendo replicado as armas de seu irmão - estas são as armas de D. Jorge de Almeida pois, se de acordo com a problemática que examinámos anteriormente a heráldica eclesiástica tem irrefutavelmente um lugar próprio dentro desta tão vasta disciplina, assim, ao sobrepujar as armas com as suas insígnias prelatícias, o bispo está a torná-las irrevogavelmente suas. Outro dado relevante acerca dos ornatos exteriores ao escudo é o uso alternado do chapéu eclesiástico e da mitra. No entanto, D. Jorge de Almeida não usou uma mitra qualquer,

¹⁷³Vasconcelos, António Ribeiro de, “D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra, 2º conde de Arganil: alguns apontamentos para a sua biografia”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. IV, Coimbra, 1916, p. 839, não tendo o autor referido a fonte de onde terá tirado os detalhes do cortejo, citado por Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...”, Nº25, p. 277.

fez questão de representar frequentemente as suas armas sobrepujadas por uma *mitra preciosa*, a mais bela, digna e prestigiante de todas, ornamentada por gemas e debruada a ouro, como podemos ver, por exemplo, no magnífico retábulo da Sé Velha, que encomendou a Olivier de Gand¹⁷⁴.

Neste diálogo permanente entre o conteúdo do escudo e os seus ornatos exteriores, confirmamos aqui a sua pertinência; senão, de que outro modo um personagem de tal influência nesta teia política e religiosa iria tomar como insígnias armas que não remetessem indiscutivelmente para a sua pessoa, e ao mesmo tempo estivessem tão intrinsecamente associadas à sua distinta linhagem? A sua heráldica é, tal como o seu percurso e acção no panorama português deste período, exemplar, poderosa e símbolo de uma linguagem perfeitamente calculada, capaz de transmitir um ideal de autoridade, respeito, e arrebatamento visual.

2.3 – D. Afonso de Castelo-Branco (1585-1615)

Após um período de atribulados acontecimentos, onde podemos citar o Concílio de Trento e a batalha de Alcácer-Quibir (onde se finou D. Manuel de Menezes, bispo de Coimbra ao lado do rei D. Sebastião, na qualidade de enfermeiro-mor), a mitra conimbricense recebeu D. Afonso de Castelo-Branco, sexto conde de Arganil e quadragésimo primeiro bispo de Coimbra. Personagem que desenvolveu uma intensa acção no seu bispado, efectivando algumas das decisões de D. Jorge¹⁷⁵, continuando mesmo o programa de remodelação urbanística e arquitectónica desta cidade de que hoje subsiste, por exemplo, o magnífico paço episcopal - onde actualmente se localiza o Museu Nacional de Machado de Castro, foi também um ilustre pensador, exemplo de novos paradigmas pós-tridentinos ligados à figura dos bispos. Nas palavras de Correia da Silva, “*as obras terrenas não o distraíram do principal motivo da sua missão, pois foi importante a administração que do espiritual exerceu no seu Bispado*”¹⁷⁶ tendo reunido

¹⁷⁴ Grilo, Fernando, “A escultura em madeira de influência flamenga em Portugal. Artistas e Obras”, *O Brilho do Norte. Escultura e Escultores do Norte da Europa em Portugal. Época Manuelina*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997.

¹⁷⁵ Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja...”, N°25, p. 293.

¹⁷⁶ Silva, Fernando d’Abranches Correia da, “A comenda de São Miguel de Coja ...”, N°25, p. 293/94.

um Concílio Diocesano em 1591, na cidade de Coimbra, que aprovou as Constituições Sinodais por ele instituídas¹⁷⁷.

Nascido em Santiago do Cacém em 1522, era filho natural de D. António de Castelo Branco, havido em Guiomar Dias. Seu pai era então deão da Capela-Real e neto dos primeiros condes de Vila Nova de Portimão. Esta ligação ao Sul consumou-se quando assumiu o cargo na mitra do Algarve, em 1581, onde reconstruiu o palácio episcopal de Faro, igreja e hospital da Misericórdia. Ao longo do seu percurso doutorou-se em Teologia pela Universidade de Coimbra e acumulou cargos ilustres tendo sido professor do Real Colégio de S. Paulo, deputado da Mesa da Consciência e Ordens e Comissário da Bula da Cruzada. Sabemos ainda que foi nomeado arcediogo de Penela e do Bago da diocese de Coimbra¹⁷⁸ pelo cardeal D. Henrique que, para além deste cargo o nomeou igualmente como seu esmoler e capelão-mor.

Quatro anos volvidos, o prelado foi transferido para a mitra de Coimbra, onde tomou posse a 25 de Agosto seguinte. Tal como no Algarve, também aqui o bispo despendeu largas somas em prol do território da sua diocese, o que lhe valeu o epíteto de *bispo-esmoler*¹⁷⁹, patrocinando a construção, reparo e adorno dos edifícios religiosos, bem como das estradas¹⁸⁰, para as quais deixou cerca de 20.000 cruzados. Foi também o maior patrocinador para o túmulo da Rainha Santa Isabel no qual insistiu acerca da riqueza da urna, de prata dourada, pedras preciosas e cristal, deixando ainda 30.000 cruzados para a sua canonização¹⁸¹. Para além do seu patrocínio a nível cultural, protegendo homens de letras, a quem chegou a patrocinar a impressão de obras, deixou também redigidos numerosos manuscritos, vários sermões e pastorais, demonstrando a sua dedicação a uma vida erudita e dedicada aos princípios da sua condição prelatícia, aliás, na sua biografia a livraria deste prelado surge-nos descrita como “*hum espelho de sabios e thesouro de todas as sciencias*”¹⁸².

¹⁷⁷ Zúquete, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, p. 302.

¹⁷⁸ Rodrigues, Manuel Augusto, “D. Afonso de Castelo Branco, estudante da Universidade de Coimbra, bispo do Algarve e de Coimbra: a sua concio num auto-de-fé” *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. 15 e 16, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1997, p.2.

¹⁷⁹ Chagas, Manoel Pinheiro, *Diccionario Popular*, vol. IV, p. 176.

¹⁸⁰ *Jornal Correio da Manhã*: Domingo, 4 de Setembro de 1927.

¹⁸¹ Na obra supracitada em rodapé, Manuel Augusto Rodrigues discursa acerca da devoção que este prelado tinha pela Rainha Santa Isabel. Para além da urna que descrevemos no texto, é mencionado ainda “*um vestido de cambraia, um cordão e duas almofadas de tela encarnada; e ainda um caixão de madeira, dourado por fora, forrado de cetim por dentro, para nele se guardar a urna de prata (...)*” p. 4.

¹⁸² Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal...*, p.136.

De entre os múltiplos edifícios religiosos onde, como já se referiu, teve um papel preponderante, destaca-se aqui o convento de Sant'Ana, pelo qual este prelado nutriu um gosto particular, conseqüente da sua devoção pela mãe de Maria. Aqui desejou ser sepultado, e assim o foi - ao fim de trinta anos à frente da mitra de Coimbra, na capela-mor da igreja¹⁸³, a 12 de Maio de 1615, com a idade de 93 anos¹⁸⁴ onde permaneceu até ao dia em que este templo foi demolido e os seus ossos transladados para a Sé Velha¹⁸⁵.

O relevo deste prelado no panorama político-religioso não se prendeu apenas à ligação próxima ao cardeal D. Henrique. De facto, foi nomeado vice-rei de Portugal durante a monarquia dual, cargo que exerceu no curto espaço de tempo de 22 de Agosto de 1603 até resignar a 26 de Dezembro de 1604¹⁸⁶ dirigindo-se a D. Filipe II com a memorável frase “ *com apostólica liberdade, que governasse el-Rei de Castela os seus leões, que ele queria apascentar as suas ovelhas* ”¹⁸⁷.

2.3.1 - A simplicidade e pureza do desenho heráldico

Deveremos concordar com Correia da Silva e encarar a expressão supracitada com a devida ironia. De facto, não poderia haver expressão mais curiosa proferida pelo prelado, visto as suas armas – de Castelo-Branco, serem de azul, com um leão rampante de ouro, armado e lampassado de vermelho, tendo por timbre o leão do escudo¹⁸⁸.

¹⁸³ “*Foi sepultado o dito senhor no mosteiro de Santa Anna a parte esquerda; levaram-no os senhores capitulares na tumba da misericórdia na forma do statuto e, posto que ouve grandes duuidas entre o Cabido e a irmandade da Misericórdia sobre quem auia de levar o corpo, mandou o Colleitor de Sua Sanctidade Octauio Acaramboni, que aqui se achou presente, que o statuto do Cabido se guardasse com pennas de excomunhão*” in Rodrigues, Manuel Augusto, “D. Afonso de Castelo Branco, ...”, p.9.

¹⁸⁴ *Jornal Correio da Manhã*: Domingo, 4 de Setembro de 1927.

¹⁸⁵ Ainda hoje podemos admirar os magníficos portais deste convento, apostos no actual Museu Nacional de Machado de Castro, onde sobressaem as armas deste prelado, conforme podemos ver nos Anexos nº 29, 30 e 31.

¹⁸⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, tomo III, parte II, p. 757.

¹⁸⁷ Rodrigues, Manuel Augusto, “D. Afonso de Castelo Branco, estudante ...”, p. 3 e Zúquete, Afonso Eduardo Martins *Nobreza de Portugal e do Brasil*, p. 302.

¹⁸⁸ A título de curiosidade, ver Anexo nº 27. As armas aqui apresentadas são, na realidade, de Cerqueira. É possível verificar que os esmaltes não são os da família Castelo-Branco assim como o leão desta família não é representado com coleira. É frequente verificar-se uma interpretação errada destas armas.

Em finais do século XVI encontramos ainda a pureza das armas, ouro sobre azul¹⁸⁹ ostentado um opulento leão, qual configuração medieval de um conjunto armorejado. Aqui ainda se conservou um gosto pelas armas na sua concepção heráldica mais pura, realçando a sua simbologia e a mensagem a ela subjacente. Onde quer que o prelado contribuisse com o seu patrocínio, onde fosse que ele tivesse dado o seu aval, encontramos as suas armas, simples e objectivas, sem o mínimo de alteração desde a sua concepção primeva¹⁹⁰. Tal como o antístite anteriormente analisado, referimos que D. Afonso usa as armas da sua linhagem. Neste caso armas plenas da sua varonia, configurando-as como suas através dos ornatos que emolduram e completam o seu brasão.

Aqui encontramos, também quer o uso do chapéu, quer da mitra, conjugados com o coronel digno da sua condição de bispo-conde mas, curiosamente, encontramos uma invulgar representação das suas armas sobrepujadas por um elmo e emolduradas por um paquife, num dos portais de Sant'Ana actualmente conservados no Museu Nacional de Machado de Castro¹⁹¹. Devemos atentar na importância deste facto, recordando o primeiro capítulo desta dissertação, onde insistimos na inclusão de elementos associados a uma condição temporal nas armas de prelados. Salvo o caso do coronel de conde, obviamente incluído nestes conjuntos armorejados, seria bastante censurável a inclusão de um elmo, claramente um elemento bélico a que o bispo não deveria querer associar-se¹⁹². Neste mesmo conjunto de portais provenientes de Sant'Ana, contudo, encontramos as mesmas armas pertencentes ao prelado, sobrepujadas do chapéu eclesiástico com as dez borlas concordantes com a condição de bispo-conde¹⁹³, de acordo com o que verificamos na estampa representada nos *Tropheos Lusitanos* de António Soares de Albergaria.

Lamentavelmente a inscrição que acompanha as armas com o elmo está irremediavelmente desaparecida, o que nos impede de tirar ilações mais acuradas acerca desta representação. Ainda a propósito dos portais conservados no M.N.M.C.

¹⁸⁹ Como ainda hoje se pode verificar no fresco armorejado no interior do pátio do actual M.N.M.C. Ver Anexo nº28.

¹⁹⁰ Ver Anexos nºs 29, 32 e 33.

¹⁹¹ Ver Anexo nº 30.

¹⁹² Recordem-se as palavras de Bruno Heim na p. 23 de *Heraldry in the Catholic Church – Its origin, customs and laws*: “Even if they belonged to a knightly family clerics were not permitted to use arms in the manner of secular knights, and if they ignored the prohibition they incurred public opprobrium”.

¹⁹³ Ver Anexo nº 31.

encontramos o portal principal da igreja de S. João de Almedina¹⁹⁴, onde desta feita as armas do bispo encontram uma posição cimeira privilegiada, sendo timbradas pelo *gallerum* completado pelo coronel de conde com as nove pérolas que lhe são características. Notemos, apesar de tudo, que nesta representação o chapéu apresenta seis borlas de cada lado, e não as dez que verificámos no exemplo anterior, neste caso já de acordo com o que iremos ver representado no “*Mapa das devizas de que uzão neste Reyno as dignidades Ecleziasticas segundo o Regimento da Armaria*”¹⁹⁵. É interessante esta variação de borlas que iremos verificar sucessivamente nas representações pétreas armorejadas. Se na Sé Velha encontramos novamente as dez borlas de cada lado, quer à entrada da sacristia¹⁹⁶, no interior, quer no exterior da cabeceira da catedral¹⁹⁷, já no Paço vamos ser surpreendidos pela duplicidade de representações.

Seria de esperar uma certa coerência no respeitante ao chapéu eclesiástico, mas verificamos que, apesar da teorização e normalização de práticas heráldicas subsequentes ao reinado d’O Venturoso, onde se estabeleceu definitivamente o recurso ao *gallerum*, a verdade é que ainda não estamos diante de uma prática estabelecida e regulamentada ao ponto de detalhar o número de borlas que só veremos começar a sistematizar-se partir do século XVII e precisar-se com exactidão no século XVIII. Estamos diante de um processo ainda em evolução da heráldica eclesiástica nas representações armorejadas deste prelado, onde apesar de tudo, a mitra enquanto peça representativa da dignidade episcopal começa paulatinamente a ser relegada para segundo plano em detrimento do chapéu, neste caso conjugado com o seu emblema de poder temporal, enquanto conde de Arganil.

É curioso, no entanto, que um bispo que em toda a sua actividade e percurso demonstrou ser representativo de um ideal pós-tridentino, apresentado pelo seu biógrafo como caridoso, erudito e com uma conduta irrepreensível¹⁹⁸, e referido como virtuoso e

¹⁹⁴ Ver Anexo nº 32.

¹⁹⁵ Como se mencionou, para o nosso estudo, analisámos as estampas impressas no artigo de Miguel Metelo Seixas “Heráldica Eclesiástica na Porcelana Chinesa...” in Santos, A. Varela, *Portugal na porcelana da China: 500 anos de comércio / Portugal in porcelain from China 500 years of trade*, vol.II, pp. 429 e 431, aqui reproduzidas nos Anexos nº 10 e 12.

¹⁹⁶ Ver Anexo nº 29.

¹⁹⁷ Ver Anexo nº 33.

¹⁹⁸ Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, p. 136.

exemplar pela mão de D. Filipe II¹⁹⁹, tenha nas suas armas um elemento tão inusitado como um elmo. Este caso pode, apesar de tudo, não ser alheio ao facto de o bispo usar das armas plenas da Casa de sua varonia e, neste caso, este brasão sobrepujado pelo elmo ser representativo da Casa dos Castelo-Branco. Ainda que isto não seja uma prática recorrente, não podemos deixar de nos questionar acerca deste elemento que, à partida, iria contra todos os princípios da heráldica eclesiástica, mesmo que esta estivesse ainda numa fase evolutiva e usando este bispo dos outros elementos representativos da sua dignidade e função nas demais representações do seu brasão, nos mais variados suportes, quer no Paço, quer em Sant'Ana. Para este facto, corroboramos uma vez mais a relação atribulada entre norma e prática, ou seja, neste contexto, como comprovaremos adiante, não seria errado colocar o elmo e não podemos ignorar também o panorama político em que Portugal se encontrava nesta época, em pleno domínio Filipino. Independentemente das boas relações do bispo com o monarca e da sua comprovada virtude e atitude exemplar, este prelado poderá ter querido colocar, a título pessoal, uma marca que não a da sua condição religiosa, sobretudo em obras de seu patrocínio, como Sant'Ana.

Também singular é a pedra de armas no interior do pátio do paço episcopal²⁰⁰. Já aqui referimos que é um dos casos que apresenta seis borlas, mas o que é de realçar é o facto de o leão rampante estar virado para a sinistra e não como desde sempre foi e continua a ser representado, para a dextra. Não é claro porque se verifica este caso, uma vez que em todas as outras representações este se encontra na posição tida como correcta. Numa única explicação possível, alvitra-se que provavelmente o artista ao executar a peça usou como modelo um anel sigilar do prelado que, como seria lógico, teria as armas gravadas ao contrário para ficarem correctamente apostas aquando da sua utilização. De qualquer modo, esta representação assim se perpetuou até hoje na sua pedra suportada pelo mesmo leão do campo das armas, igualmente rompante para a sinistra²⁰¹.

¹⁹⁹ Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, p. 81. Mencionamos este facto não obstante o desentendimento que chegou a ter com a coroa em 1596, por não ter acatado a ordem régia que o mandava cancelar a publicação da Bula da Ceia, conforme nos relata o mesmo autor, na p. 211 da obra supracitada. A sua relação com este monarca foi ainda pautada, como foi mencionado, pela sua nomeação para Vice-rei de Portugal, tendo Clemente VIII, no seguimento desta, concedido o privilégio de poder intervir nas causas criminais, votar nelas e fazê-las executar. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja...*, vol.II, p.606.

²⁰⁰ Ver Anexo nº 34.

²⁰¹ Tal como verificaremos posteriormente acerca do uso do elmo, destaca-se que, o exemplo do leão rompante, virado para a sinistra, não é um caso isolado; veja-se, a título de curiosidade, a pedra-de-armas de D. László Geréb, bispo da Transilvania, de 1512, em Anexo nº 35.

Por fim, destaca-se o seu túmulo, actualmente na Sé Velha. Esta obra, de particular beleza, que estaria inicialmente em Sant'Ana, inclui, uma vez mais, a sua representação heráldica, pujante, no centro da composição. Aqui, o leão das suas armas, rompante para a dextra, conjuga-se com um *gallero* de 8 borlas que sobrepuja o escudo peninsular. Entre o chapéu e o escudo, destaca-se um coronel, mais de nobreza que de conde (pela ausência das pérolas, que deveriam ser evidentes). E como que a corroborar todo este discurso heráldico, quatro imponentes leões suportam e velam pelo conjunto tumular, até hoje.

2.4 – D. Miguel da Anunciação (1740-1779)

Miguel Carlos da Cunha, nascido em Lisboa a 28 de Fevereiro de 1703, viria a ser o décimo sexto conde de Arganil e o quinquagésimo primeiro bispo de Coimbra, sob o nome de Miguel da Anunciação. O seu percurso atribulado na mitra desta cidade não foi ignorado pelos investigadores ao longo das últimas décadas. Filho de Tristão da Cunha e Ataíde, primeiro conde de Polvolido, e de D. Arcângela de Távora, filha do segundo conde de São Vicente e sobrinho do Inquisidor-geral D. Nuno da Cunha de Ataíde²⁰², que o baptizou, é evidente que estamos, uma vez mais, diante de um prelado de linhagem ilustre. Tendo ingressado como porcionista no real colégio de S. Paulo, em Coimbra, em 1719, já em 1724 o vemos receber o grau de bacharel em Cânones. Dois anos volvidos, foi nomeado em concurso, condutário da Faculdade de Cânones²⁰³.

O seu percurso religioso ficou marcado pela entrada no Mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz, nesta mesma cidade, tendo recebido o hábito em 1728 e onde foi eleito geral da congregação logo em 1737. A sua convivência com frei Gaspar do Casal, que empreendeu importantes reformas neste mesmo mosteiro, foi decisiva para moldar o seu carácter, vindo a ser um dos mais acérrimos adeptos do movimento da jacobea²⁰⁴. Ascendeu pouco depois à mitra conimbricense por nomeação de D. João V, recebendo a sagração dois anos mais tarde, em Abril de 1741.

²⁰² Nas palavras de José Paiva, “(...)também por aqui, pela estirpe, numa época em que isso já não parecia ser tão decisivo, estaria bem colocado.” in *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, p. 515.

²⁰³ Zúquete, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 306.

²⁰⁴ Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, pp. 169-170: “Esta corrente que iniciou o seu percurso no do colégio do convento da graça em Coimbra, em 1707, preconizava uma reforma muito exigente das formas de piedade e do comportamento dos religiosos, nas quais se podem vislumbrar ligeiras aflorações de jansenismo, sem nunca porem em causa, todavia, a autoridade papal”.

A sua erudição e literacia estão patentes durante o percurso enquanto bispo desta cidade, quando apetrechou o Seminário Maior de Coimbra com muitas e valiosas obras, algumas das quais adquiridas directamente em França²⁰⁵.

A fase conturbada da sua vida começa no momento em que se opôs à divulgação de obras de autores franceses do século XVIII, considerados perniciosos e contendo doutrinas contrárias aos ensinamentos da Igreja, através de uma pastoral de 1768 (posteriormente declarada falsa, infame e sediciosa, sendo queimada em público em 24 de Dezembro sob a presidência de Pina Manique). José Paiva discursa acerca desta problemática adiantando que “(...)Em Portugal, numa altura em que o regalismo Pombalino atingia a sua máxima expressão, D. Miguel da Anunciação foi, provavelmente, o único bispo que ousou seguir esta direcção”²⁰⁶.

A partir do momento em que D. Miguel tornou pública a sua opinião, censurando obras entre as quais se incluía a *Enciclopédia*, o *Dicionário Filosófico* e autores como Rousseau e Voltaire²⁰⁷, toda uma rede de intrigas e acusações recaiu sobre o infeliz prelado, acusado de pactuar com os jesuítas, de questionar a autoridade do rei e de se imiscuir nas decisões da Real Mesa Censória.

Na sequência destes eventos, foi preso à ordem do Conde de Oeiras sob um aparato de oitenta soldados de cavalaria que cercaram o paço episcopal. Naquele dia 8 de Dezembro de 1768, D. Miguel, assim como a sua família e Frei Luís de Nossa Senhora da Porta foram detidos e o antístite conduzido para Lisboa, tendo ficado mais de oito anos encarcerado em condições miseráveis no forte de Pedrouços, enquanto os restantes ficaram o mesmo tempo na cadeia de Coimbra. Em todo este processo outros cónegos regantes foram presos, em consequência de D. Miguel ser prior-mor de Santa Cruz, e todos os papéis foram daqui confiscados. O sino foi dobrado, por ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo, que ordenou ao Cabido que considerasse o antístite morto civilmente e o bispado foi considerado vacante. Esta inimizade com o Conde de Oeiras tem sido debatida e há quem considere esta iniciativa como tomando parte de um plano

²⁰⁵ Rodrigues, Manuel Augusto, *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1984, p. XII.

²⁰⁶ Paiva, José Pedro; *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, p.169-170

²⁰⁷ Que designou como “apóstolos da mentira”. Paiva, José Pedro; *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, p.169.

maior e de um projecto prévio por parte de D. Sebastião José, como terá sido o seu *modus operandi* em muitas das decisões que tomou enquanto teve poder nas suas mãos²⁰⁸.

O desenrolar deste processo foi atingindo proporções inusitadas, onde o bispo foi acusado de jacobeu, fanático e sigilista, deturpador dos princípios da religião católica e até cabeça de seita, e acerca deste assunto as publicações e opiniões abundaram de tal modo que o próprio papa se viu envolvido nisto que acabou por se verificar ser o lamentável resultado de atritos já antigos entre a Inquisição e o episcopado²⁰⁹.

Não obstante a nomeação, por Clemente XIV, de um sucessor para a mitra de Coimbra, no ano de 1774²¹⁰, o desafortunado bispo obteve, finalmente, o perdão régio, concedido em 1777 por um D. José I que veio a falecer apenas três dias depois. Assim, a 25 de Fevereiro, o bispo e os demais condenados saíram em liberdade após mais de oito anos de encarceramento. A 22 de Agosto desse ano volvia o bispo à sua cidade de Coimbra, entre aclamações e festejos, e houve celebrações durante três dias tendo mesmo sido felicitado pessoalmente pelo núncio papal, Innocenzo Conti. Mais tarde, a 11 de Outubro, alcançou de D. Maria I uma Provisão que lhe confirma todos os títulos e privilégios anteriormente concedidos. Estas vicissitudes são espelhos da multiplicidade de contornos que moldaram o perfil episcopal no séc. XVIII, amplamente teorizado por José Pedro Paiva em diversas investigações.

Depois da alteração do panorama político com a Rainha D. Maria I, e a decadência do Marquês de Pombal e do seu afastamento forçado da capital, sabemos que D. Miguel reencontrou Sebastião José de Carvalho e Melo, aquando das suas visitas pastorais, ainda no fim desse mesmo ano. O Marquês tomou publicamente a bênção do antístite no convento dos capuchos onde este se encontrava alojado e, pouco depois, foi o próprio bispo quem prestou uma visita à residência dos Melos, onde, numa atitude de humildade, a Marquesa lhe recebeu a bênção e o Marquês foi pessoalmente acompanhá-lo à liteira,

²⁰⁸ Paiva, José Pedro; *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, p. 535.

²⁰⁹ De acordo com Afonso Eduardo Martins Zúquete, em *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 306, este conflito era derivado do pretenso delito do sigilismo em que o papa Bento XIV se inclinara a favor dos bispos e entre eles D. Miguel da Anunciação.

²¹⁰ Este processo será referido posteriormente com o estudo do bispo D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho.

apesar da chuva que, segundo as palavras do próprio conde de Oeiras, se fazia sentir fortemente naquele dia²¹¹.

Após um período de 29 meses onde ainda manteve actividade prelatícia, após a absolvição régia, morreu no convento de Semide em Agosto de 1779, tendo sido o seu corpo posteriormente trasladado para Coimbra e sepultado na igreja de Santa Cruz.

2.4.1 - Armas com um cunho pessoal

Uma vez mais estamos perante heráldica de família no campo do escudo, que ostenta as armas falantes de Cunhas, de sua varonia. Assumem a sua representação moderna de acordo com a descrição da *Armaria Portuguesa*²¹² de Braamcamp Freire e também no *Armorial Lusitano*: de ouro, nove cunhas de azul com os gumes para cima, postas 3, 3, 3; bordadura cosida de prata carregada de cinco escudetes de azul, sobrecarregados cada um de cinco besantes de prata; dois escudetes nos cantões do chefe, dois nos flancos e um em ponta²¹³.

Sabemos que as armas de Cunhas aqui representadas são referentes a uma evolução formal que passou desde as armas plenas falantes com as nove cunhas para a representação que permanece actualmente. Durante este tempo, perdeu-se o esquartelado de armas de Cunha e Albergaria²¹⁴, tendo apenas subsistido a bordadura da heráldica destes últimos, que se perpetuou até hoje.

Se, de acordo com a pedra de armas aposta no Seminário Maior de Coimbra, examinarmos mais atentamente o conjunto armorejado associado com este antístite verificamos a inclusão das insígnias de Santa Cruz numa área acrescentada ao chefe do escudo de onde surge o monte do Calvário com a cruz, ladeado por dois anjos em oração²¹⁵. Aqui encontramos então a inclusão de elementos da Ordem, no escudo pessoal do prelado, numa composição heráldica inovadora e já inscrita em novos parâmetros

²¹¹ Zúquete, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 307.

²¹² Freire, Anselmo Braamcamp, *Armaria portuguesa*, p.169 e Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.) *Armorial lusitano*, p.188.

²¹³ Ver Anexos nºs 36, 39 e 40.

²¹⁴ As armas plenas falantes de Cunha, incorporaram as da família Albergaria – de prata, com uma cruz flor-de-lisada de vermelho, vazia de campo, de acordo com o *Armorial Lusitano*, p.188 “*por se ter reunido a chefia dos Albergarias à dos Cunhas*”, ver Anexo nº 37.

²¹⁵ Ver Anexo nº 38.

estéticos. O conjunto armorejado já não se insere num campo de forma peninsular e assume um formato tipo germânico de gosto barroco com volutas opulentas a emoldurar o escudo. Verificamos também que as borlas se fixam aqui em número de seis, apesar de a pedra de armas do seminário maior se encontrar parcialmente destruída na zona do chapéu eclesiástico e das borlas à dextra.

Denota-se agora uma regulamentação sistemática nas representações armoriadas, onde sobressaem novos paradigmas estéticos. Aqui, elementos de fé convivem com as armas de família do prelado, numa miscigenação entre poder temporal e espiritual, corroborada pelo coronel de conde que dialoga com o *gallerum* da sua condição prelatícia.

Resultante das reformas empreendidas ao tempo do reinado de D. João V, e da nova tratadística que foi surgindo e sendo traduzida, a Heráldica emergente difere das formas primevas e planas que lhe associámos, numa paulatina complexificação de escudos e adornos exteriores ao estudo aliados a novos padrões estéticos. A Heráldica, enquanto disciplina predominantemente visual e estética, encontra nesta época um florescimento considerável. Podemos encarar isto com algumas reservas; senão vejamos o contrasenso de, numa época em que predominava a ignorância dos princípios da constituição de um brasão de armas e deixado o desenho dos brasões na mão de quem desconhecias as suas leis, meandros e técnicas, terem surgido conjuntos verdadeiramente inusitados, fruto de grande complexificação formal, no entanto, mais apelativos visualmente. Neste caso, porém, tal não se verifica tendo o prelado cingido a sua emblemática à casa dos Cunhas, mas avista-se já o prenúncio de uma heráldica distinta daquela que considerávamos como sendo a sua forma mais pura. Ao conjugar as armas da sua Casa com simbologia da sua devoção, D. Miguel assume um novo caminho para a composição brasonada criando um escudo que alia novas formas a peças de conteúdo considerado distinto.

Já recentemente a pedra-de-armas que sobrepuja o conjunto arquitectónico do Seminário Maior de Coimbra sofreu algumas alterações. Ao ter sido acrescentado não só um chapéu mas também um coronel, ambos de metal negro, desvalorizou-se o conjunto de singular beleza assim como se desvirtuou um conjunto heráldico outrora imponente.

2.5 – D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho (1779-1822)

O percurso deste antístite é indissociável das atribuições que envolveram D. Miguel da Anunciação, analisadas anteriormente. Não obstante, o seu carácter único e imprescindível para a história da Mitra e da Universidade de Coimbra, é absolutamente indiscutível.

Foi, portanto, o décimo sétimo conde de Arganil e quinquagésimo segundo bispo de Coimbra, D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho, natural de Santo António de Jacotinga (Rio de Janeiro). Filho de Manuel Pereira Ramos de Lemos de Faria, capitão-mor e Senhor do Engenho de Marapicu, e de D. Helena de Andrade Sottomayor Coutinho²¹⁶, nasceu a 5 de Abril de 1735, vindo com a tenra idade de onze anos para Portugal. Sob a tutela do seu irmão mais velho Dr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, o prelado seguiu Humanidades na Universidade de Coimbra, doutorando-se em Cânones em 1754 com apenas 19 anos de idade²¹⁷, renunciando a carreira brilhante que iria construir nesta Instituição. Enquanto frei professo na Ordem de Avis, recolheu ao colégio dos Militares, aguardando vaga no magistério universitário. Entretanto, ao vagar o deado da Sé do Rio de Janeiro, terá pedido a nomeação para este cargo, recusada peremptoriamente por Sebastião José de Carvalho e Melo, que terá respondido: “*Não lhe convém tal emprego. Não limite tanto as suas vistas*”²¹⁸. Com efeito, viria a ser nomeado sucessivamente Juiz Geral das Três Ordens Militares, desembargador dos Agravos na Casa da Suplicação, deputado da Mesa Censória e do Tribunal do Santo Ofício. De facto, como veremos, o Marquês terá insistido para que D. Francisco Lemos fosse eleito vigário capitular, aquando da condenação a que D. Miguel da Anunciação foi severamente sujeito, pela mão de Pombal.

Nomeado Reitor da Universidade em 8 de Maio de 1770, com 35 anos foi, juntamente com o seu irmão João Pereira Coutinho e Frei Manuel do Cenáculo²¹⁹, um dos principais elementos da comissão da Junta da Providência Literária, que reformou a Universidade.

²¹⁶ Rodrigues, Manuel Augusto, *Biblioteca e bens ...*, p. V.

²¹⁷ Rodrigues, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores: para uma história da instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra; Coimbra, 1990, p. 150.

²¹⁸ Rodrigues, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra...*, p. 150.

²¹⁹ O mesmo que participou no caso da condenação de D. Miguel da Anunciação. Vide p. 552 de Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*.

As reformas que o Marquês de Pombal pretendia para a Universidade não teriam sido possíveis sem a dinâmica contribuição deste bispo – reformador - reitor que se revelou incansável na procura de novos caminhos para a instituição sem nunca descuidar os seus deveres pastorais²²⁰.

À frente da comissão, atribuiu-se-lhe a autoria e publicação do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, e dos Estatutos, em parceria com o seu irmão. Foi o responsável pela reforma de 1772, acumulando as funções de reformador e reitor, sendo um ano depois apresentado como coadjutor e futuro sucessor do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, confirmado a 13 de Abril de 1774 por Clemente XVI com o título de bispo de Zenópolis. Pouco depois, a 2 de Outubro de 1775 terá sido renomeado para o cargo de reitor e reformador da Universidade por um período de mais três anos.

Após a morte de D. José e de serem levantadas as acusações sobre o bispo-conde D. Miguel da Anunciação, D. Francisco de Lemos retirou-se para Lisboa, durante os 29 meses que ainda viveu aquele prelado. Deste período destaca-se a sua célebre *Relação Geral do Estado da Universidade*, que constituía um discurso apologético da Reforma Pombalina. D. Francisco de Lemos defendia a importância e a urgência em criar “*uma nova mentalidade em todo o país que levasse as pessoas a compreender que sem um ensino universitário modelar não se podiam transformar as estruturas da nação*”²²¹.

Falecido o anterior prelado, o bispo de Zenópolis ter-se-á dirigido a D. Maria I pedindo providências quando à mitra de Coimbra, recebendo como resposta uma carta ríspida com palavras de admoestação, aconselhando-o a seguir “*as modelares virtudes do seu antecessor*”²²². Ainda assim, foi neste período que se efectivou como sucessor do anterior bispo-conde.

A sua actividade na Universidade de Coimbra não cessou, apesar de tudo, tendo sido nomeado pela segunda vez Reformador - reitor desta instituição, por Carta Régia a 13 de Maio de 1799, cargo do qual apenas resignou a 11 de Setembro de 1821, pouco antes da sua morte.

²²⁰ Jornal *O Dia*: 27 de Novembro de 1983.

²²¹ Rodrigues, Manuel Augusto, *Biblioteca e bens ...*, p. IX.

²²² Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II p. 308.

Os últimos anos da sua vida foram um mapa de atribulações das quais se ressalvam as invasões francesas, tendo sido um dos membros da missão enviada a Baiona²²³, aquando da invasão de Junot. Esta comitiva, encarregada de cumprimentar Napoleão e apresentar-lhe diversos pedidos, era constituída pelos ilustres do reino, que ficavam numa verdadeira posição de desvantagem face aos franceses. D. Francisco de Lemos terá regressado em Novembro de 1810, data em que conseguiu licença para recolher à sua diocese mas, num processo em que foi acusado de traidor, foi retido até 1814 enquanto as autoridades apuravam responsabilidades, só depois podendo regressar à Universidade. Acusado de ter divergido dos outros membros da comitiva, de ter viajado com um salvo-conduto do ministro da Guerra francês e de ter acompanhado as tropas francesas que caminhavam pelo norte de Espanha, só regressou a Coimbra já em idade avançada, “alquebrado de desgostos e trabalhos”²²⁴, resultado de um processo que se arrastou sem as conclusões devidas.

A D.Francisco de Lemos devemos obras tão importantes como a criação das Faculdades de Matemática e de Filosofia e de infra-estruturas que ainda hoje pontuam a cidade de Coimbra, tais como o Jardim Botânico ou Laboratório Chímico²²⁵. Este que foi, na verdade, “o grande obreiro da Reforma Pombalina a quem a universidade ficou tanto a dever”²²⁶, que foi o primeiro reitor a ocupar o cargo por duas vezes completando com isso o maior tempo de reitorado (31 anos no total), foi de igual modo o único de origem brasileira, e o primeiro que, conforme abordámos, acumulou as funções de reitor com as da mitra de Coimbra. Veio a falecer em Coimbra, a 16 de Abril de 1822, após uma carreira diversificada e a todos os títulos notável²²⁷, apesar de nunca ter chegado a exercer o cargo de procurador às cortes constituintes pelo Rio de Janeiro, para o qual tinha sido eleito em 1821.

²²³ Craveiro, Maria de Lurdes, “A Arquitectura da Ciência”, *Laboratório do Mundo: ideias e saberes dos séculos XVII-XVIII*, Lisboa - S.Paulo, 2004, p.63.

²²⁴ Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II p. 308.

²²⁵ Rodrigues, Manuel Augusto, *Biblioteca e bens...*, p. VIII, “De referir ainda a criação de alguns estabelecimentos anexos a diversas Faculdades: o Hospital, o Teatro Anatómico e o Dispensatório Farmacêutico (Medicina); o Observatório Astronómico (Matemática); e os Gabinetes de História Natural e de Física Experimental (...)”.

²²⁶ Rodrigues, Manuel Augusto, *A Universidade...*, p. 173.

²²⁷ Craveiro, Maria de Lurdes, “A Arquitectura da Ciência”, p.60.

2.5.1 - A complexidade iconográfica do arranjo heráldico

No concernente à sua representação heráldica, temos todo um novo conjunto de directivas na composição do escudo do bispo-conde D. Francisco de Lemos. Deixando as armas plenas, encontramos um esquartelado tipicamente moderno que se conjuga com o escudete ao centro. As armas são respectivamente as de Moreira, Lemos, Azeredo e Coutinho com as de Pereiras no *sobre o todo*.

Procedamos para uma análise mais completa destas armas. Esquartelado: 1º de vermelho, com nove escudetes de prata colocados 3, 3, 3; cada escudete carregado de uma cruz florenciada²²⁸ de verde (Moreira); 2º de vermelho, com cinco cadernas de crescentes de ouro (Lemos); 3º de azul com dez bastões de ouro em barra (Azeredo). O escudete *sobre o todo* é de vermelho, com uma cruz de prata florenciada e vazia (Pereira)²²⁹. Assim se encontram representadas as armas deste prelado num magnífico retrato hoje na casa de Santar²³⁰, onde podemos confirmar o conjunto com os seus esmaltes e inserido num escudo oval, formato mais comum em Itália e que virá a consolidar-se como sendo comum nos escudos de alguns prelados, como podemos verificar, por exemplo, na salva de prata²³¹ deste mesmo antístite, actualmente no MNMC, ou no escudo de armas D. Manuel Correia de Bastos Pina, presente no Seminário Maior de Coimbra²³².

Nos exemplos sigilográficos, para além da óbvia lacuna cromática, o escudo apresenta-se sob forma germânica, fruto das novas correntes estéticas que se faziam sentir, conferindo dinâmica ao conjunto armorejado, tal como começámos a vislumbrar no escudo do antístite anterior. Desta feita, temos um campo bem definido nas linhas fluidas que convergem em pequenas volutas no chefe do escudo, que podemos observar em dois selos de chapa²³³.

²²⁸ Esta peça é, por vezes, designada por florida ou flor-de-lisada. Sendo que todas estas terminologias estão correctas será possível encontrar estas variantes ao longo da nossa análise.

²²⁹ Ver Anexos nºs 41 e 44.

²³⁰ Sousa, Gonçalo Soares de Albergaria e, “Retratos em Casas Senhoriais Portuguesas”, *Armas e Troféus*, VI série, tomo II, Lisboa, Janeiro – Dezembro, nºs 1, 2 e 3; 1989/90.

²³¹ Ver Anexo nº43.

²³² Ver Anexo nº 47.

²³³ Um dos quais se analisou em investigação realizada anteriormente por Santos, Marta Manuel Gomes dos, em “Selos de chapa heráldicos no Convento de Santa Ana em Coimbra”, *Armas e Troféus*, IX série, Lisboa, Janeiro/Dezembro de 2008. Ver Anexo nº 42.

Por último, relativamente ao primeiro quartel do escudo e em virtude do conhecimento da genealogia do prelado, podemos agora afirmar com segurança que se trata de armas de Moreira. Poderemos ainda referir, a título de curiosidade, que as armas do escudete *sobre o todo*, têm a mesma cruz florida que a Ordem de Avis²³⁴, do qual D. Francisco era professo. Não se pretende fazer qualquer ligação entre estes dois factos, apenas destacar esta peça, visualmente tão próxima das duas realidades.

Aqui se destaca, portanto, a utilização do esquartelado, em contraposição aos exemplos referidos anteriormente, anunciando novos paradigmas estéticos a nível da composição armoriada. Estas armas apresentam uma composição nova bem conseguida de acordo com as normas da estética heráldica que, a partir deste período, são muitas vezes ignoradas. Do mesmo modo, o conjunto revela-se harmonioso no seu todo, jogando com várias tipologias do escudo, sem nunca cair no exagero das formas.

2.6 – D. Ernesto Sena de Oliveira (1948 – 1972)

Num contexto radicalmente distinto dos antístites analisados anteriormente, encontramos o vigésimo quinto conde de Arganil e sexagésimo bispo de Coimbra. D. Ernesto foi o último prelado desta cidade a usar o título concedido a D. João Galvão que foi, por direito, prorrogado a todos os bispos de Coimbra que a este sucederam, ao longo de mais de cinco séculos.

Nascido no Funchal a 30 de Abril de 1892, iniciou o seu percurso religioso frequentando o seminário do Funchal de 1905 a 1908 e, posteriormente, o de Santarém. Ainda jovem viajou para Roma, graduando-se em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana em 1914 e 1918, respectivamente. Na igreja de S. João de Latrão foi ordenado sacerdote, a 23 de Dezembro de 1916, tendo celebrado missa na cripta dos Papas das catacumbas de S. Calisto, no dia de Natal desse mesmo ano²³⁵.

Regressado a Portugal, foram muitas as suas acções em prol da fé católica. Em Santarém ministrou aulas no Seminário daquela cidade durante seis anos, fixando-se

²³⁴ A Ordem de Avis possui, na sua representação heráldica, uma cruz flor-de-lisada de verde, num campo de prata.

²³⁵ Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.) *Nobreza de ...*, vol. II, p. 316.

posteriormente em Lisboa onde, a partir de 1924, acumulou as suas actividades de docência de ensino livre com o apoio a diversas associações e institutos católicos orientando múltiplos cursos de formação religiosa social.

O seu significativo percurso na Patriarcal inicia-se em 1926 ao ser nomeado beneficiado daquela Sé. Aqui, em Maio de 1931, recebeu o título *in partibus infidelis*²³⁶, sendo nomeado Arcebispo titular de Mitilene e, paralelamente, também auxiliar do Cardeal Patriarca de Lisboa, tendo recebido a sagração a 25 Julho do ano seguinte, na igreja de S. Domingos. Enquanto isso, em 1928, tomou posse da paróquia na freguesia do S. Coração de Jesus, de Lisboa e em 1930 foi nomeado camareiro secreto de Sua Santidade Pio XI.

Teve um papel preponderante no desenvolvimento e divulgação da fé ao organizar a Acção Católica Portuguesa, onde participou até Março de 1941. Aqui desempenhou o cargo de assistente social e, mais tarde, de Presidente interino da Junta Central, patrocinada pelo Papa Pio XII, com quem já havíamos confirmado a sua relação privilegiada²³⁷.

A 17 de Junho de 1944 assumiu o cargo de bispo residencial na mitra de Lamego, conservando o título de arcebispo, algo que se perpetuará ao longo do seu percurso. Aqui prolongou a sua acção missionária, com a preocupação de incrementar medidas de desenvolvimento religioso e material.

O seu percurso à frente do bispado conimbricense teve início a 29 de Outubro de 1948, data em que foi nomeado para assumir a mitra desta cidade, fazendo a sua entrada solene a 13 de Março de 1949. Preservando sempre a titularidade do arcebispado, foi nomeado bispo-conde da cidade de Coimbra que muito o acarinhou ao longo de toda a sua actividade prelatícia. Nesta cidade de tradição erudita, terá sido eleito sócio honorário do Instituto de Coimbra logo em 1951 e, pela data das suas bodas de prata do episcopado, foi evidente o respeito e admiração que dedicavam ao antístite, patente numa edição especial do jornal *Correio de Coimbra*, dedicada exclusivamente ao jubileu do prelado.

²³⁶ Títulos *in partibus infidelis*, correspondem a antigas dioceses do norte de África ou até sul de Espanha, antes da expansão muçulmana – atribuído a todos os bispos auxiliares da Patriarcal.

²³⁷ Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.) *Nobreza de ...*, vol. II, p. 316.

Ainda por esta ocasião dos festejos dos 25 anos de actividade episcopal, convém realçar o facto de o Papa Pio XII ter nomeado o Arcebispo bispo-conde D. Ernesto como assistente ao Sólido Pontifício, a 3 de Novembro de 1956. Foi um homem de extrema erudição e dedicação à actividade pastoral, tendo contribuído com numerosas publicações.

2.6.1 - O culminar de um percurso através dos séculos

De prata, uma oliveira de sua cor, frutada de ouro e de negro, arrancada de negro, e acompanhada, em chefe, de três lâmpadas do mesmo, flamejantes de vermelho e ouro dispostas em roquete. Chefe de azul carregado com o “*Chrismon*” de ouro²³⁸. Assim se representam as armas de D. Ernesto Sena de Oliveira. Acompanhadas do chapéu eclesiástico de 10 borlas de cada lado, sobrepujadas por uma mitra à dextra e báculo à sinistra, a cruz de dois braços, e o mote: *FAC UT ARDEAM*.

Estamos perante uma nova heráldica. Aqui a genealogia não se impõe isoladamente no campo das armas. A família cristã é a linhagem que se pretende exaltar, nos elementos de devoção que assim povoam o escudo de ponta ogival. O destaque visual, para o chefe - lugar de honra²³⁹, representa em ouro sobre azul o monograma de Cristo, o bom-pastor, simbolizando o divino no universo, para lá do espaço e do tempo, justiça e constância sobre a nobreza e a lealdade²⁴⁰. A oliveira, brota da prata como paz que provém da amizade e fidelidade a Cristo, originando força através dos seus frutos, e acompanha-a a chama da devoção, que emana do amor silencioso dedicado ao Senhor. Não obstante o apelido Oliveira que o prelado ostenta, vemos a árvore de seu nome representada de um modo distinto do que esta peça deveria ter. Sendo as armas de Oliveiras de vermelho, com a oliveira de verde, perfilada e frutada de ouro, arrancada de prata, encontramos óbvias diferenças da representação que o bispo apresenta no seu escudo de armas.

Armas de fé e de profunda devoção, remetem ao mesmo tempo para o campo das armas falantes ligadas à Oliveira. Concomitantemente, recuperam um imaginário que se tinha vindo a desvanecer, patente no uso da mitra e do báculo que evidenciam o seu dever pastoral. Poucos anos volvidos seria desaconselhado o uso destes elementos na

²³⁸ Langhans, F. P de Almeida, *Heráldica – Ciência de Temas Vivos*, p. 407. Ver Anexo nº 45.

²³⁹ Castello Branco, Pedro de Sousa, *Elementos da história...*, p.35.

²⁴⁰ Norton, Manuel Artur (Barão de S. Roque), *Acerca da Simbologia*, pp. 13 e 14.

constituição do escudo, como se referiu anteriormente, mas aqui ainda podemos encontrá-los a acompanhar o escudo, repletos de simbologia, corroborada pelo uso do chapéu eclesiástico. Aqui, as 10 borlas são, não só simbólicas da sua condição de arcebispo, mas vão também ao encontro da honra de bispo-conde, de acordo com a estampa que referimos anteriormente, reproduzida nos *Tropheos Lusitanos*²⁴¹. A norma está plenamente estabelecida, no respeitante ao *gallero*, mas há um reforço da ideologia através dos outros elementos. Com uma evidente ausência do coronel de conde, a cruz, de dois braços, completa este discurso, remetendo claramente para uma condição prestigiante no seio da hierarquia clerical, enquanto arcebispo titular de Mitilene, intrinsecamente associado com a sua actividade na Patriarcal.

²⁴¹ Ver Anexo nº12.

Conclusão

“Os condes de Arganil assumem um brasão de armas, que muitas vezes está fora das leis da heráldica, por serem armas de fé. O que é constante é a forma do escudo: oval, encimado pela coroa de Conde; por timbre, uma cruz, por trás do escudo; aos lados da Coroa, aparece uma mitra, à dextra, e um báculo, à sinistra, com volta aberta para baixo. Por sobre o timbre, um chapéu semi-cardinalício, preto, forrado de verde e tendo dez borlas por lado, pendentas de dois cordões, tudo de seda verde misturada com fios de ouro”²⁴². Foi assim que a descrição formal das armas dos bispos-condes ficou cristalizada, no ano de 1960, na obra coordenada por Afonso Zúquete.

Desde então a investigação trilhou novos caminhos e arriscou novas hipóteses no âmbito da heráldica eclesiástica, neste caso episcopal e aqui se toma a liberdade de refutar, hoje, algumas das palavras e afirmações adiantadas no texto supracitado que constitui um excerto um tanto redutor das armas dos bispos-condes, ainda que devamos ter em conta que é um texto fruto da época em que foi redigido, à luz dos conhecimentos de então. E, se desde esta época não se desenvolveu exponencialmente a investigação ligada a esta temática, pelo menos em anos próximos, este assunto tem recebido alguma atenção, ainda que nunca em número correspondente ao que seria minimamente desejável, mas que nos permitiu esclarecer dúvidas e preencher lacunas que tinham ficado congeladas em estudos mais recentes mas pontuais ou já de tempos demasiado recuados para o desenvolvimento sustentável deste ramo da disciplina heráldica.

Hoje podemos dizer que, contrariamente ao supracitado texto, os conjuntos armados dos bispos condes não estão fora das leis da heráldica pelo simples facto de terem campos do escudo classificados como *Armas de fé*, uma vez que estas estão contempladas no âmbito desta tipologia heráldica²⁴³. Ainda assim, denote-se que das armas aqui analisadas, todas se inserem na categoria de “armas de família” - à excepção das que analisámos como pertencentes ao último prelado - assim como a maioria dos outros bispos-condes que perfazem um total de 25, desde D. João Galvão até D. Ernesto Sena de Oliveira, pelo que não nos parece muito correcto afirmar com tanta certeza este facto²⁴⁴.

²⁴² Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol II, p. 296.

²⁴³ Seixas, Miguel Metelo de, “Heráldica Eclesiástica na Porcelana...” p. 421.

²⁴⁴ Cf Anexos nº 17, 24, 32, 38 e 42 com o Anexo nº 45.

Do mesmo modo, já desde Pedro de Sousa Castelo Branco²⁴⁵, na sua adaptação da obra de Vallemont onde insere os “*princípios do Brazão*”, se refere o chapéu eclesiástico diferenciado pelo esmalte e número de borlas. Deste modo, o *gallerum* de negro forrado a verde, com 10 borlas deveria ser automaticamente referido enquanto chapéu eclesiástico de bispo e não enquanto “*chapéu semi-cardinalício*”.

Para mais, conforme pudemos confirmar, a forma oval não será, de todo, a forma predominante dos brasões dos bispos-condes, não só porque essa seria uma forma não habitualmente aplicável em todos os suportes, mas porque esta tipologia de escudo não surge antes de uma modificação de paradigmas estéticos. Ainda que surjam, de facto, casos de armas apostas em escudos ovais²⁴⁶, não se pode generalizar esta forma como a dominante nos escudos dos bispos-condes, senão vejamos o caso de peças de D. Jorge de Almeida, da pedra de armas de D. Miguel da Anunciação no Seminário Maior de Coimbra, o selo branco de D. Francisco Lemos, ou do actual conjunto armoriado de D. Ernesto Sena de Oliveira.

Devemos ainda considerar que não se deve incluir com certezas, o exemplo de D. João Galvão, 1º Conde de Arganil, no referente à colocação do coronel de Conde nas suas armas, bem como se deve ser mais preciso na designação desta peça - Coroa será apenas a do soberano, todas as outras deverão ser intituladas de coronéis, de acordo com o seu significado na terminologia itálica: “pequena coroa”. Do mesmo modo, nem sempre aparece uma mitra, à dextra, e um báculo, à sinistra pelos lados da Coroa, nem o chapéu eclesiástico é uma referência imutável. Conforme verificámos, quer a mitra quer o chapéu são elementos que vão sofrendo alterações relativamente à sua posição ou mesmo inclusão no conjunto armorejado.

No concernente a este ponto, seria prudente analisar outros factos, partindo da nossa análise ao longo deste espectro temporal. Se o uso destes elementos litúrgicos foi sendo paulatinamente substituído pelo uso exclusivo do *gallerum*, veremos um ressurgimento dessas peças no escudo contemporâneo de D. Ernesto, a par com outros exemplos desta época, tais como as armas de D. Francisco Maria da Silva, arcebispo

²⁴⁵Castello Branco, Pedro de Sousa, *Elementos da história*, Tomo II, p. 113.

²⁴⁶A título de exemplo comparar as armas de D. Manuel Correia de Bastos Pina (Anexo nº 47), localizadas no portão do Seminário Maior de Coimbra, e as do actual Bispo de Coimbra, D. Albino Cleto (Anexo nº 48) com os Anexos supracitados na página anterior.

primaz de Braga, D. Manuel Trindade Salgueiro, arcebispo de Évora, ou mesmo D. José Joaquim Ribeiro, bispo titular de Egeia e auxiliar de Évora²⁴⁷, cujas armas aparecem representadas na obra de Langhans *Heráldica, Ciência de Temas Vivos*²⁴⁸.

Pouco tempo volvido veríamos surgir, em 31 de Março de 1969, uma fervorosa dissuasão ao uso destes elementos, patente em *Ut Sive Sollicite*, pela mão do Papa Paulo VI que defendia o retorno das insígnias pontificais e das vestes episcopais a uma maior simplicidade e conformidade ao espírito de humildade e pobreza: “*Huius vero insignis aspectus ad normam artis exarandorum insignium delineandus erit, idemque simplex atque perspicuus sit oportet. Ab huiusmodi autem insigni sive baculi pastoralis sive infulae effigies tollantur*” (O aspecto desta insígnia deve obedecer à norma artística de as representar e, por isso, importa que seja simples e evidente. De qualquer forma, sejam retiradas a esta insígnia quaisquer representações ou de báculo ou de fita)²⁴⁹.

Referimos anteriormente que o uso da mitra foi um caso específico no panorama português, tendo-se a sua aplicação na heráldica prolongado por um tempo muito superior ao resto da Europa. Assim, apesar desta continuidade ligada à presença da mitra e do báculo, com o tempo, estas insígnias foram quase totalmente olvidadas dos conjuntos armorejados em detrimento do chapéu eclesiástico. Contudo, a heráldica contemporânea veio recuperar o uso dessa simbologia, ligada a um imaginário medieval. Ainda nos dias de hoje podemos ver mitras e báculos ornamentando escudos de eclesiásticos mas sabemos que, neste momento, isso está em desacordo com as leis supracitadas.

Podemos também concluir, de acordo com a nossa análise, que à medida que a Heráldica entrava no seu designado período de “decadência”, ao nível formal e epistemológico, assim os escudos se tornavam cada vez mais complexos. Aliados a uma estética barroca, os conjuntos armorejados aclamavam o efeito decorativo dos espaços, criando novas combinações aliadas a uma linguagem pautada pela ignorância das regras mais puras, que em tempos teriam ido beber da técnica e das normas da iluminura para elaborar os brasões. É evidente que nem todos os conjuntos armorejados deste período se definem pelo desconhecimento das regras heráldicas ou por um gosto exuberante que tire

²⁴⁷ Ver Anexo nº 46.

²⁴⁸ Langhans, F. P de Almeida, *Heráldica – Ciência de Temas Vivos*, pp. 406 e 407.

²⁴⁹ Seixas, Miguel Metelo, “Heráldica Eclesiástica na Porcelana...” pp. 424 e 470.

seriedade e nobreza ao conjunto, tal como as armas de D. Francisco de Lemos, compostas num conjunto harmonioso. Reforça-se aqui a ideia de que mais do que decadente, esta heráldica pode ter, efectivamente, perdido valor estético, num sentido mais lato, mas na verdade esta é uma perspectiva relativa, na medida em que a heráldica deve ser acima de tudo encarada enquanto expressão criativa que está em constante evolução. Ainda assim, no caso das armas de D. Francisco de Lemos, não podemos ignorar as diferenças profundas que distanciam este brasão de armas de praticamente todos os outros que aqui se analisaram.

Assim, se de certa maneira, este foi um período que muitos consideraram “negro” para a arte heráldica, onde até se criaram novos esmaltes, do mesmo modo, podemos encarar este facto por uma perspectiva diametralmente oposta. A heráldica, tendo como propósito primordial um princípio estético ligado ao impacto visual dos seus conjuntos, encontra nesta época o seu apogeu, nas formas e nas cores que se conjugam de modo dinâmico e fluido, ainda que por vezes não obedecendo às regras mais básicas da composição do escudo. É uma situação bastante ambígua, podemos dizer. Se analisarmos do ponto de vista epistemológico, é um período de decadência de grande parte dos princípios que se haviam normalizado ao longo de séculos; se examinarmos de um ponto de vista estético, devemos concordar que se trata de uma explosão de novas formas, apelativas e cativantes não só para o armigerado mas para quem o escudo se dirige.

Considerando outro ponto a observar, verificámos, tal como já se referiu, uma preponderância da heráldica de família no campo dos escudos destes armigerados. Este facto prende-se irrefutavelmente à nomeação dos antístites e consequentemente, dos homens que ascendiam a este poder. Mencionou-se, na primeira parte desta investigação, a relação entre o poder espiritual e o poder temporal ligada à realidade dos bispos e, consequentemente, referiu-se ao longo do estudo o contexto genealógico dos titulares destas armas, que não se pode desligar da sua posterior ascensão hierárquica no seio da igreja, e também da confiança que o rei depositava nestes indivíduos. O contexto da nomeação dos antístites foi, como vimos, sofrendo alterações ao longo do espectro temporal que aqui se abordou mas, de um modo ou de outro é inegável a importância da genealogia no panorama da representatividade heráldica. Não obstante o direito consuetudinário de qualquer prelado ter armas próprias, não nos é alheio que os bispos

aqui representados eram, *per si*, pertencentes a uma hierarquia privilegiada na esmagadora maioria dos casos e isso será preponderante no conjunto armorejado.

No respeitante aos escudos de armas aqui tratados, de acordo com a proposta de José de Campos e Souza, referido na primeira parte da nossa análise, podemos verificar que predomina a tipologia das armas familiares ou seja, aquelas em que o titular usa as armas que lhe pertencem por origem, como é o caso de D. João Galvão, D. Afonso de Castelo Branco, D. Miguel da Anunciação e D. Francisco de Lemos.

Dois casos aqui merecem o devido destaque. Primeiro D. João Galvão; ao segmentar as armas de sua família e adoptar o pleno de Costas está a realçar a pala de sua varonia, apesar de as armas de Galvão contemplarem desde sempre a águia de negro carregada do crescente de ouro²⁵⁰. Poderíamos considerar as armas deste prelado como pseudo-familiares, pela segmentação das mesmas, não fosse o facto de este apresentar ligação efectiva à família em questão.

Já com D. Miguel da Anunciação vemos a inclusão de um “pseudo-chefe” que inclui as armas da sua ordem²⁵¹. Como se mencionou anteriormente, estes elementos podem ser adoptados preenchendo as armas do eclesiástico de forma integral ou conjugada com outros elementos. Neste caso, a devoção à cruz merece o lugar de honra no conjunto armorejado deste antístite, conjugando-se armas de fé com as armas de família, falantes, dos Cunhas. No exemplo, também poderíamos incorrer em erro classificando estas como armas para-familiares, ao utilizar elementos que remetem para o nome do armigerado não recorrendo, apesar de tudo, à heráldica familiar estabelecida não fossem estas, de facto, as armas de varonia de D. Miguel da Anunciação que, no século, se chamou Miguel Carlos da Cunha e que aqui reclama a sua vetusta linhagem que já figurava no *Livro do Armeiro Mor*, ainda com a representação pura destas armas plenas, antes de incluir a bordadura da linhagem de Albergaria.

No caso particular dos antístites supracitados, devemos realçar que, à excepção das Reformas Manuelinas e das Ordenações Filipinas, no campo da heráldica e nobiliarquia, até à contemporaneidade, os tratados não teriam valor legal. Ou seja, a relação entre

²⁵⁰ Ver Anexo nº 16.

²⁵¹ Ver Anexos nºs 38 e 39.

norma e prática não é, de todo, ambivalente. O facto de se criar um conjunto de regras, como pudemos verificar, não é sinónimo da sua utilização na constituição de novos escudos. Podemos comprovar isso, aliás, pela variação do posicionamento do leão nas armas de D. Afonso de Castelo-Branco ou mesmo na utilização de um elmo na heráldica deste prelado; no caso de D. Jorge de Almeida, pelo uso das armas de seu irmão D. Pedro da Silva, acrescentando o uso da sua diferença, à partida pessoal e intransmissível; ou outros factores como a alteração entre o uso da mitra e do chapéu eclesiástico, indiscriminadamente, bem como a variação do número das borlas do *gallerum*, ou o posicionamento do leão em diversas armas. São, de facto, múltiplos os exemplos de quebra das designadas regras. Este conjunto normativo não era obrigatório e isso manifesta-se até aos dias de hoje, mesmo com a bula *Ut Sive Sollicite* a ditar as regras de um correcto ordenamento heráldico eclesiástico.

Ainda em relação à aparentemente inusitada colocação do elmo, nas armas de D. Afonso de Castelo-Branco, foi elaborado recentemente um estudo²⁵², publicado em 2010, que aborda esta temática de um modo particular. Aqui, confirma-se que o caso deste bispo-conde não é único, se atentarmos no exemplo das armas de D. Sebastiano Maggi²⁵³, bispo de Arezzo de 1827 a 1839. O autor, António Pompili, refere: “*Questo è ornato in modo impropriamente eccessivo, con la presenza dell’elmo e della spada, secondo un uso che, comune per un certo periodo tra i vescovi arentini, oggi nor sarebbe piú tollerato*”²⁵⁴. Mas mais interessante é o caso das armas do abade Ludwig V (1571-1588), na Abadia real de Hersfeld, onde o mesmo autor refere: “*Lo scudo scolpito su questa lapide è timbrato da un elmo, secondo un uso che, seppur abbastanza raro nel XVI secolo, non era del tutto cessato (...)*”²⁵⁵. Aqui, sobre o próprio elmo acompanhado do paquife, assenta uma mitra que, por sua vez, é sobrepujada por algo que se assemelha a um timbre composto por uma cauda de pavão²⁵⁶. Ambos os casos comprovam que estamos perante uma heráldica cuja prática não assenta sobre normas definidas sobre princípios de obrigatoriedade na elaboração das peças, e que, muitas vezes, quer por vontade do titular das armas, quer por execução livre do artista, as armas incluem elementos que, à partida, não deveriam figurar em armas eclesiásticas.

²⁵² Pompili, Antonio, “La mitra negli stemmi vescovili ieri e oggi: usi, legislazione, stili”, *Nobiltà, Rivista di Araldica, Genealogia, Ordini Cavallereschi*, Nº 94, Anno XVII, Milano, Gennaio-Febbraio 2010.

²⁵³ Ver Anexo nº 11.

²⁵⁴ Pompili, Antonio, “La mitra negli stemmi vescovili...” p.42.

²⁵⁵ Pompili, Antonio, “La mitra negli stemmi vescovili...” p.45.

²⁵⁶ Ver Anexo nº 11.

Ainda assim, o caso mais carismático que aqui se nos apresenta é o conjunto armigerado de D. Ernesto Sena de Oliveira. Claramente armas para-familiares ou seja, temos aqui um exemplo onde se verificam elementos que remetem para o nome do armigerado não recorrendo, apesar de tudo, à heráldica familiar estabelecida. O antístite inclui a Oliveira no campo do seu escudo mais com o objectivo de realçar a simbologia desta peça do que por direito de linhagem²⁵⁷. Caso o seu objectivo fosse destacar a sua genealogia, estas armas seriam, muito provavelmente incluídas num quartel e com o cromatismo adequado, no entanto, não verificamos de todo, esse facto. D. Ernesto recorre à simbologia da Oliveira na iconografia cristã, mas do mesmo modo usa este símbolo falante que remete para o seu nome; para isso, altera os esmaltes e os metais e acresce as lâmpadas para corroborar a mensagem de devoção que aqui pretende transmitir, comprovando o que se debateu na primeira parte desta investigação, onde se definiu que as designadas por “armas assumidas” contemplam a forma mais pura de heráldica. São armas concebidas e adoptadas por qualquer pessoa que as assume como seu sinal de individualidade, ou mais concretamente, são um distintivo pessoal ordenado segundo as regras da Heráldica.

É um caso de extremo interesse de entre os exemplos aqui avaliados por se distanciar destes a vários níveis. Representa uma nova época, uma mundividência distinta e uma estética limpa com uma mensagem claramente definida. São armas de fé sagazmente escolhidas de acordo com o seu titular.

Nas palavras de Langhans²⁵⁸, as “*Armas de Fé*”, também designadas por “*Armas Espirituais*”, têm, resultante da sua temática, uma descrição complexa que se deve dividir em três componentes; ou seja, a descrição simbólica, a descrição espiritual e a descrição heráldica, remetendo respectivamente para a representação dos símbolos, o seu significado religioso e místico e o seu ordenamento no brasão. Como se verificou com D. Miguel da Anunciação, as armas de fé eram, na realidade, a simbologia da ordem de que era prior-mor, da Igreja de Santa Cruz de Coimbra. Já no exemplo de D. Ernesto, procurou-se avaliar estes três factores tratando-se, na verdade, de armas de fé na pura acepção do termo. Ainda no caso das “armas de fé”, verificámos também com o exemplo de D. Ernesto, que o seu conjunto armigerado não deixa de ser heráldico por não conter

²⁵⁷ Ver Anexo nº 45.

²⁵⁸ Langhans, F. P de Almeida, *Heráldica – Ciência de Temas Vivos*, p. 398.

iconografia associada à nobreza. E, se com D. Manuel I, vimos que se estabeleceu uma prática associada às cartas de armas onde se verificava a concessão das armas e desenho das mesmas, esta prática não define uma norma nem uma obrigatoriedade, de facto, sabemos que é possível assumir armas sem que estas passem pelo Rei de Armas mas só pelo aval deste é que estas poderão associar-se à nobreza. Ainda assim, é heráldica, mesmo que não tenha a mão do Rei de Armas e, por isso, contestamos veementemente a associação directa entre Heráldica e nobiliarquia. Do mesmo modo, convém não descurar que, ainda que predominem armas de carácter familiar/hereditário, o campo do escudo não é, como se verificou, sinónimo de identificação da hierarquia, cargo ou funções do prelado titular das armas; e é aqui que os ornatos exteriores revelam toda a sua importância, pela força da descrição iconográfica numa altura em que a grande maioria da população era analfabeta.

Por último, na conclusão desta dissertação, recordamos as palavras de Pastoureau acerca da origem do termo Heráldica: *“le terme français “heraldique” derive du mot “hérald” qui vient lui-même de germanique heriwald, signifiant “messenger”, ne fut longtemps qu’un adjectif”*²⁵⁹ e lançamos o mote para assumirmos esta terminologia enquanto substantivo que se afirmou no século XIX: devemos todos ser Arautos, ou seja Heraldos, e passar a mensagem da importância desta disciplina, não só no meio científico, mas também na sociedade que convive alheadamente a estas manifestações armorejadas.

Estes testemunhos armoriados, que subsistem no nosso território em número considerável, comprovam o papel desta área do saber enquanto arte, técnica e ciência no registo de genealogias, armorejar e brasonar, para a qual se tem vindo ao longo de séculos a apurar o método, as regras e as normas, constituindo-se, conforme já referimos, como um veículo para a expressão criativa em constante evolução.

²⁵⁹ Pastoureau, Michel, *Figures de l’héraldique*, p. 73.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Chancelaria de D. Afonso V – Próprios: Livro 29, fl. 187.

Chancelaria de D. Afonso V – Comuns: Livro 2.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 60, n.º 149.

Arquivo da Universidade de Coimbra:

Convento de Santa Ana, tombo 55 (*Tombo do Couto de Casal Comba*), fólio 154.

Fontes Impressas:

- **Albergaria**, António Soares de, *Tropheos lusitanos*, impresso por Jorge Rodriguez, Lisboa: 1632.
- **Anunciação**, Dom Miguel da (bispo-conde), *Sem Razão de entrarem em Portugal as tropas Castelhanas (...)*, Impresso em Madrid (edição bilingue) e reimpresso em Lisboa (na língua portuguesa), 1762.
- **Cardoso**, Jorge Faria Pimentel, *Agiológico lusitano*, Tomos I e III, Porto: Faculdade de Letras da Universidade, Porto, 2002.
- **Castello Branco**, Pedro de Sousa, *Elementos da história, ou o que he necessario saber-se da chronologia, da geografia, do brazão (...)*, traduzido e adaptado de **Vallemont**, Pierre Le Lorrain de; Tomo II, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa Occidental, 1741.
- **Castro**, Damião António de Lemos de Faria e, *Politica moral, e civil, aula de nobreza lusitana (...)*, Tomo V, Officina de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1754.
- **Du Cros**, João, *Livro do Armeiro-Mor* (precedido de um estudo de António Machado de Faria), Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956.
- **Freire**, Anselmo Braamcamp, *Armaria portuguesa*, Cota d'Armas, Editores e Livreiros, Lisboa, 1989.

- **Freire**, Anselmo Braamcamp, *Brasões da sala de Sintra*, 3 volumes, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1996.
- **Nogueira**, Pedro Álvares, *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra* (actualizado por Madahil, António Gomes da Rocha,); Arquivo e Museu de Arte da Universidade, Coimbra, 1942.
- **Pacheco**, João, O.S.A., *Divertimento Erudito para os curiosos de noticias Historicas, Escolásticas, Políticas, Naturaes, Sagradas e Profanas*, Tomo IV, Officina augustiniana, Lisboa Oriental 1734-1744.
- **Rodrigues**, António, *Tratado geral de nobreza*, Introd. Por Afonso de Dornelas, Biblioteca Publica Municipal, Porto, 1931
- **Viterbo**, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usaram (...)*, impresso em casa do Editor A. J. Fernandes Lopes, Lisboa, 1865.

Fontes electrónicas:

- <http://www.geneall.net/site/home.php>
- <http://www.guyselvester.50megs.com/custom4.html> - “*Aspects of Heraldry in the Catholic Church*”, Summary of a Presentation made on Wednesday 14 September 2005 at the New York Genealogical & Biographical Society.
- <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2854.pdf> - “*Escolares e Universidade na Coimbra Medieval – Breves notas documentais*”, Saúl António Gomes.

Periódicos:

Correio da Manhã : Domingo, 4 de Setembro de 1927.

Correio de Coimbra : 1 de Novembro de 1956, nº 1749.

Correio de Coimbra : 8 de Novembro de 1956, nº 1750.

Diário Popular : 24 de Fevereiro de 1971.

O Dia : 27 de Novembro de 1983.

Bibliografia:

- **Abrantes**, Marquês de, *Introdução ao Estudo da Heráldica*, Biblioteca Breve, Maia, 1992.
- **Abrantes**, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª Ed, Lisboa, 1983
- **Abrantes**, Marquês de, “O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa – Índices Esfragísticos” separata de *Armas e Troféus*, VI série, Tomo I, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, 1990.
- **Almeida**, Álvaro Duarte; **Belo**, Duarte; **Soares**, Júlia Mateus, *Portugal – Atlas do Património*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2008.
- **Almeida**, Álvaro Duarte e **Belo**, Duarte; *Portugal Património*, Vol. III, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2007.
- **Almeida**, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Portucalense Editora, Livr. Civilização Editora, Porto, 1967-1971.
- **Amaral**, Augusto Ferreira do, “Ensaio duma teoria semiológica da heráldica portuguesa”, *Armas e Troféus*, III série, Tomo IV, Instituto Português de Heráldica, Janeiro-Março, Lisboa, 1975.
- **Andrade**, António Alberto Banha de, *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Editorial Resistência, Lisboa, 1979.
- **Araújo**, Ana Cristina, *A cultura das luzes em Portugal : temas e problemas*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003.
- **Azevedo**, Francisco de Simas Alves de, “Esboço de um corpus sigilográfico-heráldico”, *Armas e Troféus*, II Série, Tomo IV, 1963; Tomo V, 1964; Tomo VI, Lisboa, 1965.
- **Azevedo**, Francisco de Simas Alves de, *Uma interpretação histórico-cultural do Livro do Armeiro-Mor : factos significativos da história da Europa reflectidos num armorial Português do séc.XVI*, Jornal do Comércio, Lisboa, 1966.
- **Bascapè**, Giacomo C. e **Piazzo**, Marcello del, *Insegne e simboli : araldica pubblica e privata medievale e moderna*, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Roma, 1983.
- **Belo**, Duarte, *Portugal – Olhares sobre o património*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2008.
- **Bogdan**, Robert, e **Bilken**, Sari; *Investigação qualitativa em Educação – uma introdução à teoria dos métodos*, Porto Editora, Porto, 1994.

- **Carvalho**, Joaquim Ramos de, e **Paiva**, José Pedro; “A diocese de Coimbra no século XVIII: população, oragos, padroados e títulos dos párcos” Sep. de: *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989.
- **Chagas**, Manoel Pinheiro; *Diccionario Popular*, vols. 2, 4 e 6, Lallement Frères, Lisboa, 1880.
- **Chevalier**, Jean; *Dictionnaire des symboles: mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*, Seghers, Paris, 1973-1974.
- **Craveiro**, Maria de Lurdes, “A Arquitectura da Ciência”, *Laboratório do Mundo: ideias e saberes dos séculos XVII-XVIII*, Lisboa - S.Paulo, 2004.
- **Craveiro**, Maria de Lurdes, “A Porta Especiosa e as obras de restauro”, *Sé Velha de Coimbra: Culto e Cultura*, Ciclo de Conferências, Catedral de Santa Maria de Coimbra: Câmara Municipal, Coimbra, 2005.
- **Craveiro**, Maria de Lurdes, *O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónicos*, Tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2002.
- **Dias**, José Sebastião da Silva; *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*, intr. e coord. Manuel Augusto Rodrigues, colecção Cultura Portuguesa, Porto, 2006.
- **Faria**, António Machado de; “Fontes de investigação genealógica em Portugal”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 2; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1970.
- **Fearn**, Jacqueline; *Discovering Heraldry*, Shire Publications Ltd, Haverfordwest, 1986.
- **Fidalgo**, António e **Gradim**, Anabela; *Manual de Semiótica*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2005.
- **Gaio**, Manuel J. C. Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vols. I, IV, V, 3ª Ed., Edição de Carvalhos de Basto, Braga, 1992.
- **Gomes**, Paulo Varela, “In Choro Clerum. O coro das Sés Portuguesas dos Séculos XV e XVI”, *Museu*, IV Série, nº 10, Porto, 2001.
- **Gomes**, Saúl António, *D. Afonso V – O Africano*, Colecção Reis de Portugal; Círculo de Leitores, Lisboa, Agosto de 2006.
- **Gonçalves**, António Nogueira; *As pratas da Sé de Coimbra no século XVII: subsídio para o estudo da secção de ourivesaria do Museu Machado de Castro*, Coimbra, 1954.
- **Grilo**, Fernando, “A escultura em madeira de influência flamenga em Portugal. Artistas e Obras”, *O Brilho do Norte. Escultura e Escultores do Norte da Europa em Portugal*.

Época Manuelina, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997.

- **Heim**, Bruno; *Heraldry in the Catholic Church – Its origin, customs and laws*, 1ª Ed, Publications Limited od Gerrads Cross, Buckinghamshire, 1987
- **Langhans**, F. P de Almeida, *Heráldica – Ciência de Temas Vivos*; Gabinete de Heráldica Corporativa – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Lisboa, 1966.
- **Laranjo**, F. J. Cordeiro; *Escudos de armas dos bispos de Lamego: 1492-1976*, Ed. Junta Distrital, Viseu, 1977.
- **Macedo**, Francisco Pato de, “A Sé Velha na conjugação do Românico e do Gótico”, *Sé Velha de Coimbra: Culto e Cultura*, Ciclo de Conferências, Catedral de Santa Maria de Coimbra: Câmara Municipal, Coimbra, 2005.
- **Matos**, Armando de; *A flôr-de-liz na heráldica Portuguesa*, Tip. da Enciclopédia Portuguesa, Porto, 1928
- **Matos**, Armando de; *A heráldica e a genealogia*, Ed. Apolino, Gaia, 1930.
- **Matos**, Armando de; *Brasonário de Portugal*, Livr. Fernando, Porto, 1940-1943.
- **Matos**, Armando de; *Manual de heráldica portuguesa*, Livr. Fernando Machado, Porto, 1961.
- **Matos**, Armando de; *Pedras-de-Armas de Portugal*, Instituto para a Alta Cultura, Livr: Fernando Machado, Porto, 1947.
- **Norton**, Manuel Artur (Barão de S. Roque); *A Heráldica em Portugal. Raízes, simbologias e expressões histórico-culturais*, vol. I. Dislivro Histórica, Lisboa, 2004.
- **Norton**, Manuel Artur (Barão de S. Roque); *Acerca da Simbologia*, Braga, 1978.
- **Oliveira**, Miguel Augusto de, Padre; *História eclesiástica de Portugal*, União Gráfica, Lisboa, 1940.
- **Paiva**, José Pedro; “A administração diocesana e a presença da igreja: o caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”, *Lusitana Sacra*. 2ª série, 3, Lisboa, 1991.
- **Paiva**, José Pedro; “Etiqueta e cerimónias públicas na esfera da igreja: (séculos XVII-XVIII)”, *Festa: Cultura & sociabilidade na América Portuguesa*, Hucitec, São Paulo, 2001.
- **Paiva**, José Pedro; “O cerimonial da entrada dos Bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder 1741-1757” *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Coimbra, 1993.
- **Paiva**, José Pedro; *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2006.

- **Paiva**, José Pedro; *Religious ceremonial and images: power and social meaning: 1400-1750*, Palimage, Coimbra, 2002.
- **Paiva**, José Pedro, “A diocese de Coimbra durante o reinado de D. Manuel I: o governo episcopal de D. Jorge de Almeida (1482-1543)”, *D. Manuel e a sua época : actas*, 2ª Secção, III Congresso Histórico de Guimarães, Câmara Municipal, Guimarães, 2004.
- **Panofsky**, Erwin, *Estudos de Iconologia – temas humanísticos na arte do renascimento*, Editorial Estampa, Lisboa, 1995.
- **Pastoureau**, Michel, *Figures de l'héraldique*, Découvertes Gallimard, Paris, 1996.
- **Pompili**, Antonio, “La mitra negli stemmi vescovili ieri e oggi: usi, legislazione, stili”, *Nobiltà, Rivista di Araldica, Genealogia, Ordini Cavallereschi*, Nº 94, Anno XVII, Milano, Gennaio-Febrero 2010.
- **Rodrigues**, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores: para uma história da instituição*, Arquivo da Universidade de Coimbra; Coimbra, 1990.
- **Rodrigues**, Manuel Augusto; “As cartas pastorais de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho Bispo de Coimbra” *Revista História das Ideias*, Coimbra, 1986
- **Rodrigues**, Manuel Augusto; *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1984.
- **Rodrigues**, Manuel Augusto; “D. Afonso de Castelo Branco, estudante da Universidade de Coimbra, bispo do Algarve e de Coimbra: a sua concio num auto-de-fé”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. 15 e 16, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1997.
- **Rodrigues**, Manuel Augusto; “D. Francisco de Lemos e o Cabido da Sé de Coimbra”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1986.
- **Salgado**, José Bènard Guedes; “Brasões de Armas de Famílias Portuguesas em Itália”, *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, 1969.
- **Sameiro**, Pedro de Sá Alves; “L'héraldique ecclésiastique au Portugal”, *Genealogia & Heraldica*, Académie Internationale d'Héraldique, Helsinki, 1984.
- **Santos**, Marta Manuel G. Dos; “Selos de chapa heráldicos no Convento de Santa Ana em Coimbra”, *Armas e Troféus*, IX série, Lisboa, Janeiro/Dezembro de 2008.
- **Segrais**, René Le Juge de, *Resumo da Ciência do Brasão*, tradução de Ruy Travassos Valdez, Livraria Bertrand, Lisboa, 1951.

- **Seixas**, Miguel Metelo; “Heráldica Eclesiástica na Porcelana Chinesa de Importação Portuguesa” in Santos, A. Varela, *Portugal na porcelana da China: 500 anos de comércio / Portugal in porcelain from China: 500 years of trade*, vol. II, Artemágica, Lisboa, 2007.
- **Silva**, Fernando d’Abranches Correia da; “A comenda de São Miguel de Coja na Ordem de Cristo (séculos XVI E XVII) – Laços de Nós, Genealógicos e Sociais”, *Raízes e Memórias* – Associação Portuguesa de Genealogia, Nº 22, 23 e 25, Lisboa, Dezembro de 2006, 2007 e 2008.
- **Silva**, Jorge Henrique Pais da, e **Calado**, Margarida; *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Ed. Presença, Lisboa, 2005.
- **Sousa**, Gonçalo Soares de Albergaria e; “Retratos em Casas Senhoriais Portuguesas”, *Armas e Troféus*, VI série, tomo II, Lisboa, Janeiro – Dezembro, 1989/90.
- **Sousa**, Manuel de; *As origens dos apelidos das famílias portuguesas*, Sporpress, Mem Martins, 2001.
- **Távora**, D. Luiz de Lencastre e; (Marquês de Abrantes) “Apontamentos de esfragística portuguesa (do séc. XVI ao XIX)”, *Armas e Troféus*, III Série, Lisboa, 1972.
- **Vasconcelos**, António de; *Lista cronológica dos bispos de Coimbra*, Gráfica Conimbricense, Coimbra, 1924.
- **Villar**, Julián Álvarez; *Arte y heráldica*, Cuadernos de historia del arte; 6; Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, Salamanca, 1985.
- **Zamagni**, Giulio; *Il Valore del Simbolo*, Società Editrice Il Ponte Vecchio, Cesena, Via Caprera, 2003
- **Zúquete**, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.); *Armorial lusitano*, 4ªed. Zairol, Lisboa, 2000.
- **Zúquete**, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.); *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, Editorial Enciclopédia, Lda; Lisboa, 1960.

Anexos

Anexo nº 1

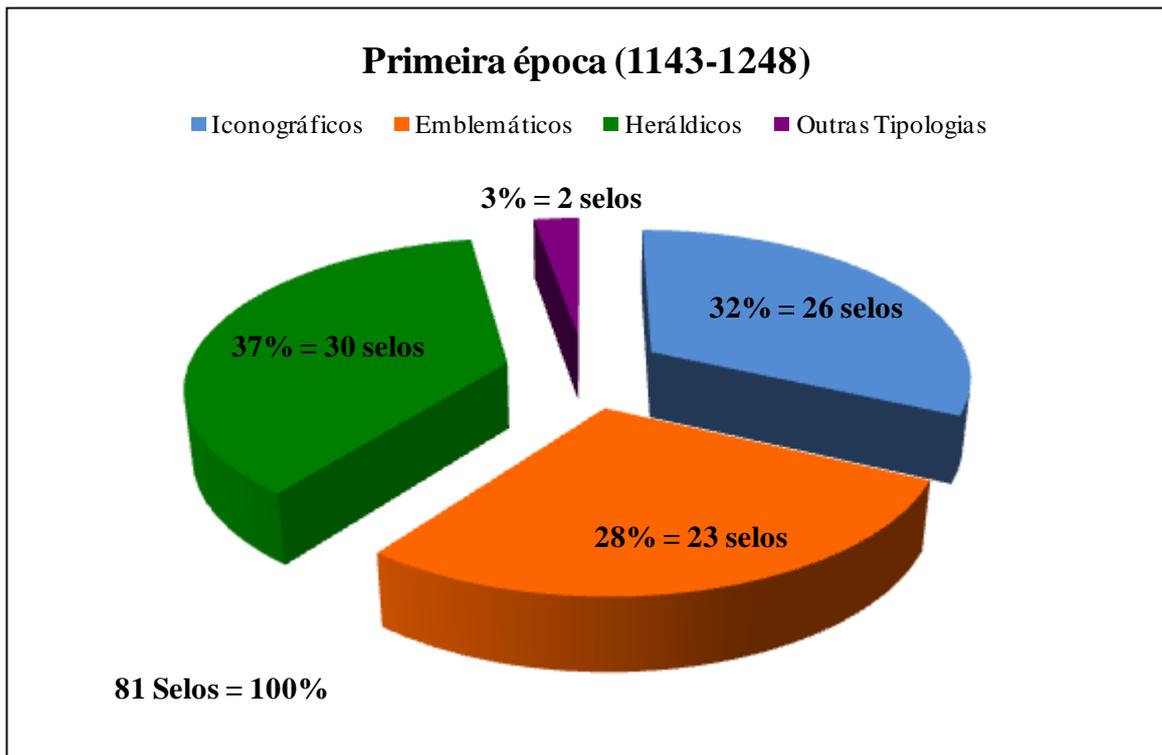


Gráfico dos exemplares sigilográficos estudados, referentes ao período de 1143 a 1248.

Anexo nº 2

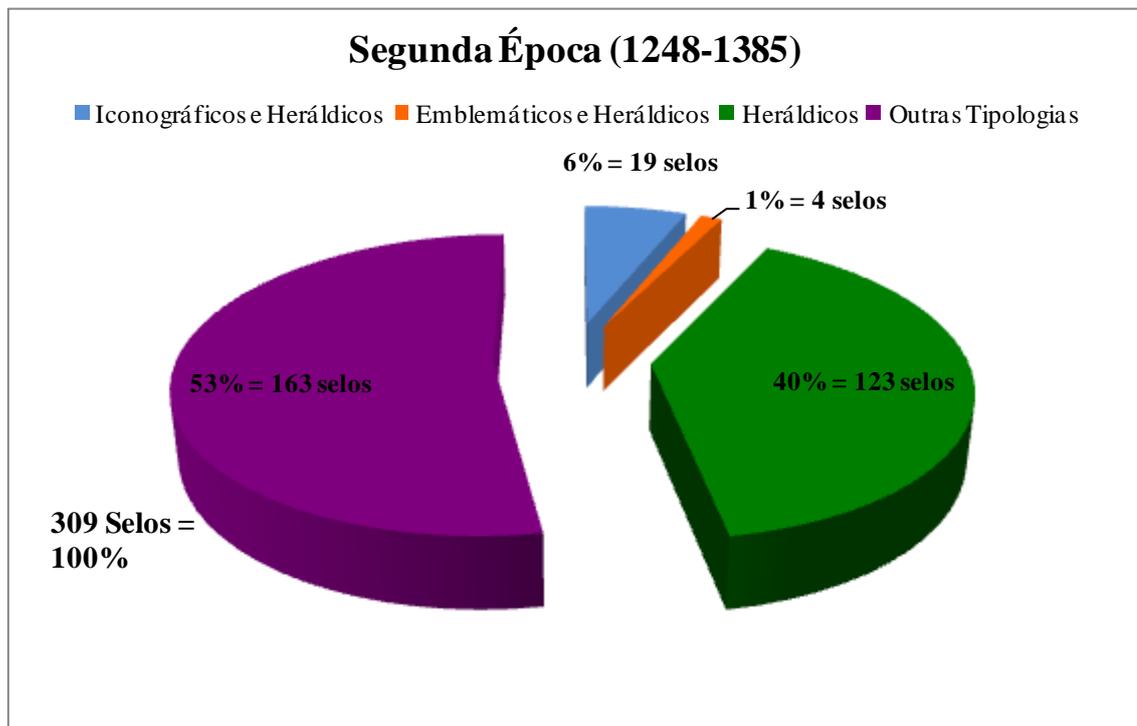


Gráfico dos exemplares sigilográficos estudados, referentes ao período de 1248 a 1385.

Anexo nº 3

1 —	Ordre du Temple	1 sceau d'attribution douteuse
2 —	Ordre d'Avis	4 sceaux
3 —	Ordre de Saint Jacques	2 sceaux
4 —	Chevalier du Temple	1 sceau
5 —	Maître d'Avis	6 sceaux
6 —	Maître de Saint Jacques	4 sceaux
7 —	Prieur de Saint Jacques	1 sceau
8 —	Maître de l'Ordre du Christ	3 sceaux
9 —	Archevêques	3 sceaux
10 —	Évêques	15 sceaux
11 —	Abbés	1 sceau
12 —	Abesses	2 sceaux
13 —	Chanoines	5 sceaux
15 —	Prieur	1 sceau

Tabela representativa dos detentores de selos no período de de 1248 a 1385.
Pedro de Sá Alves Sameiro, “L’héraldique ecclésiastique au Portugal”, *Genealogia & Heraldica*, Académie
Internationale d’Héraldique, Helsinki, 1984, p. 470

Anexo nº 4

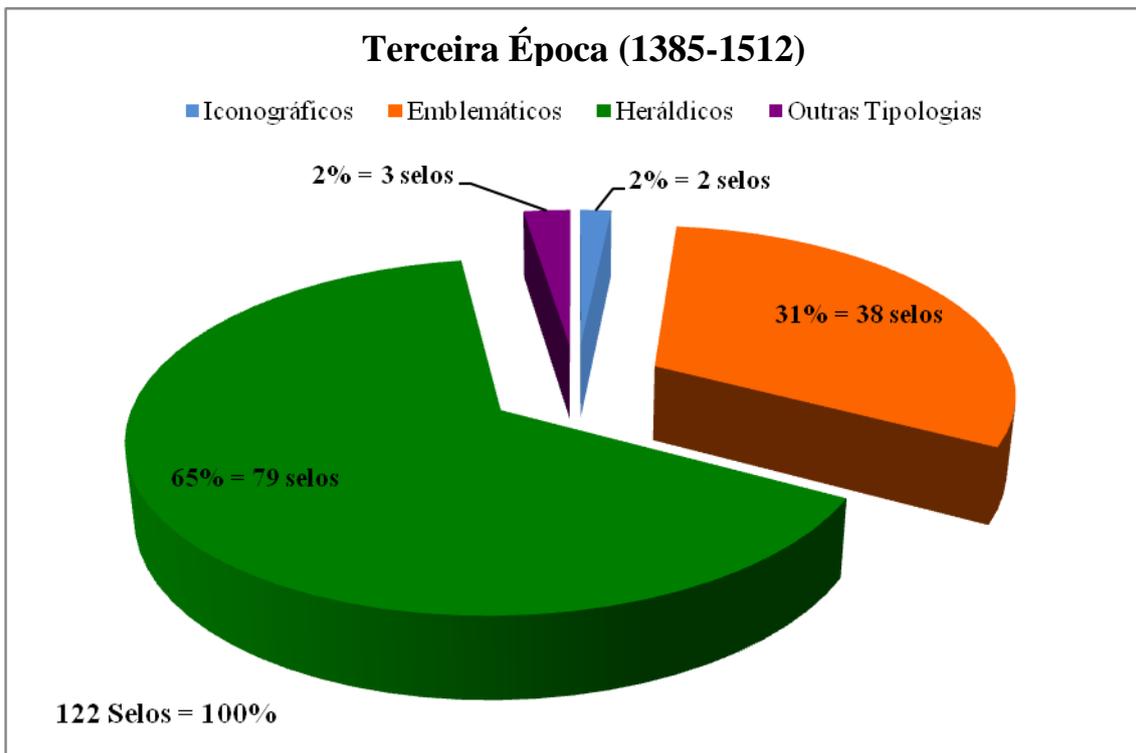


Gráfico dos exemplares sigilográficos estudados, referentes ao período de 1385 a 1512.

Anexo nº 5

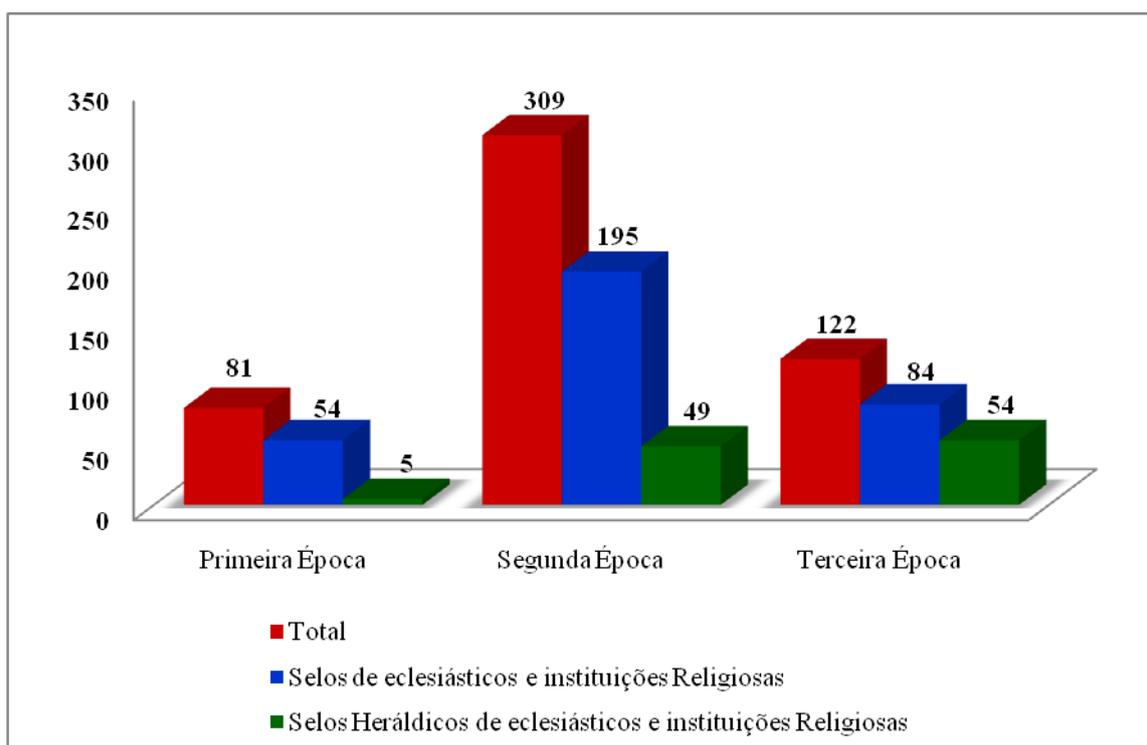


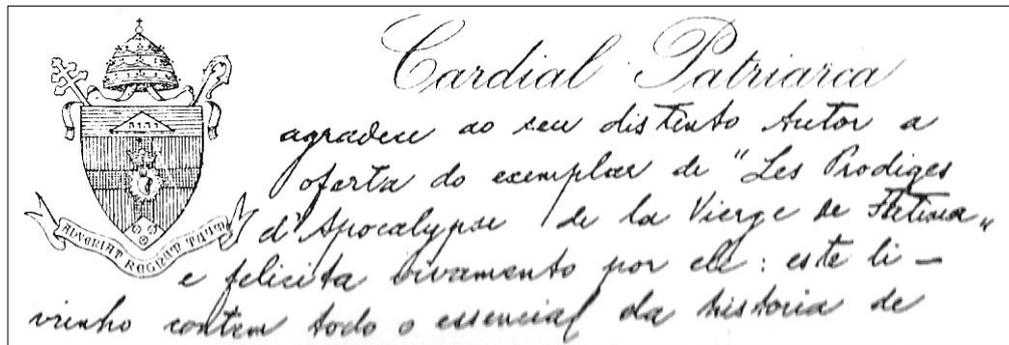
Gráfico respeitante aos detentores de selos heráldicos comparativamente aos valores totais dos detentores de selos, nas três épocas em análise.

Anexo nº 6



Selo de D. João Vicente, bispo de Lamego e de Viseu, século XV - A.N.T.T.

Anexo nº 7



Armas do Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1929 – 1971)
Heim, Bruno - *Heraldry in the Catholic Church – Its origin, customs and laws*, 1ª Ed, Publications Limited of
Gerrards Cross, Buckinghamshire, 1987, p. 94

Anexo nº 8



Selo de bronze de origem desconhecida, do tipo emblemático de devoção religiosa mariana. Abrantes, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª Ed, Lisboa, 1983, p.121. Selo nº 47.

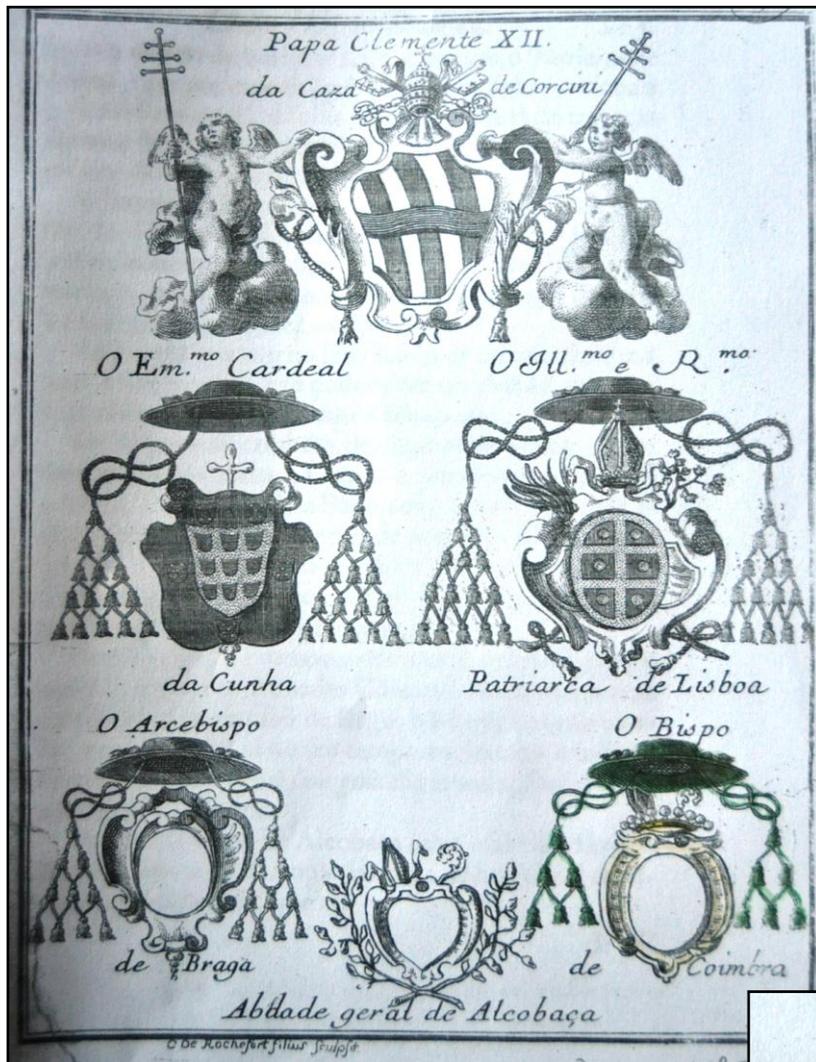


Selo pendente de cera vermelha do tipo emblemático heráldico pessoal, de devoção ou de ideal religioso, com simbologia de devoção mariana. Abrantes, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, p. 143. Selo nº 84.



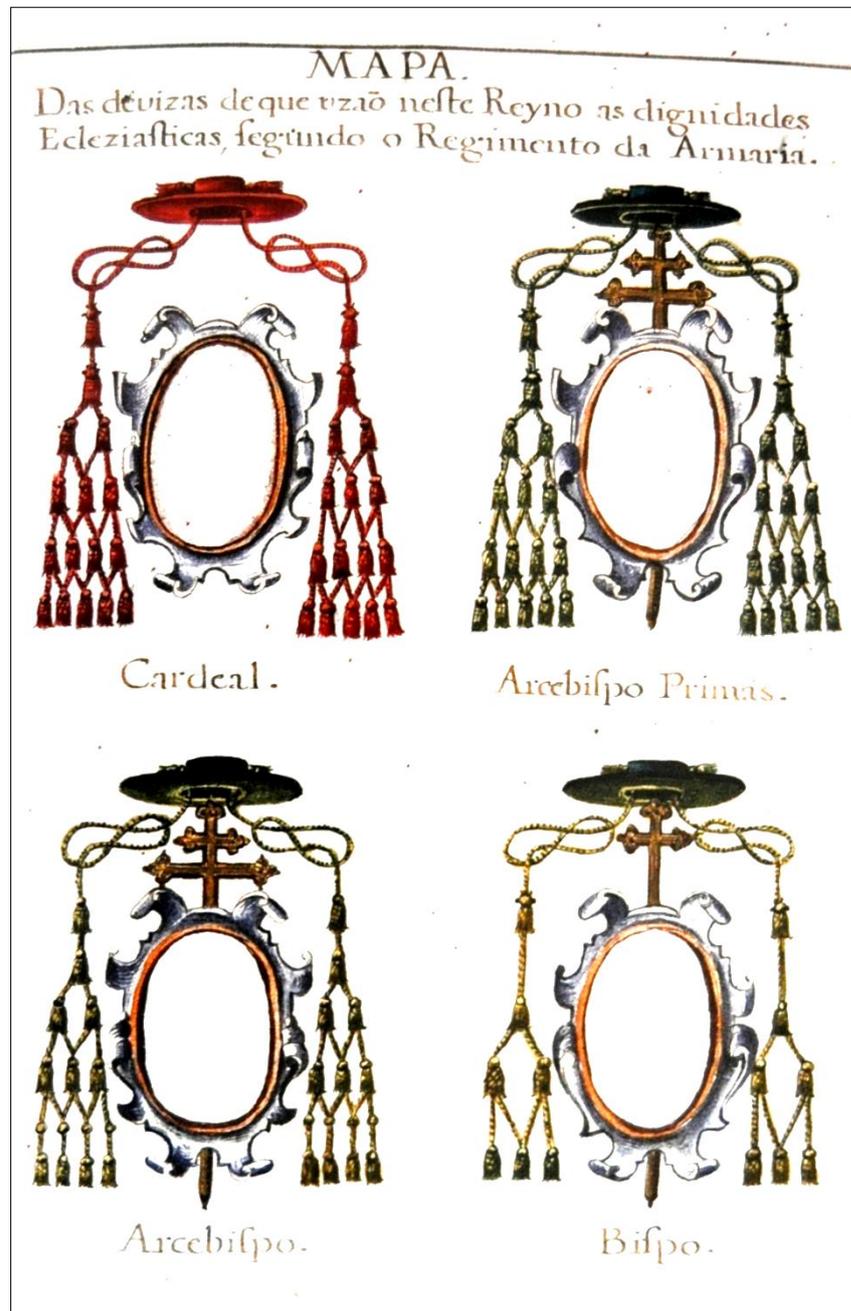
Selo pendente de cera negra do tipo iconográfico e emblemático de devoção religiosa mariana. Abrantes, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, p. 303. Selo nº 439.

Anexo nº 9



Insígnias de bispo-conde representadas em Castello Branco, Pedro de Sousa, *Elementos da história, ou o que he necessario saber-se da chronologia, da geografia, do brazão (...)*, traduzido e adaptado de Vallemont, Pierre Le Lorrain de; Tomo II, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa Occidental, 1741, Estampa 14.

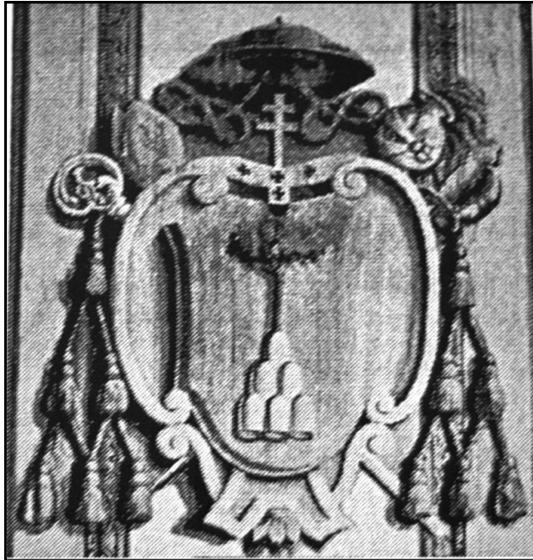
Anexo nº 10



“*Mapa das devizas de que uzão neste Reyno as dignidades Ecleziasticas següdo o Regimento da Armaria em Mapa das coroas de que uzão os grandes Et títulos, deste Reyno, conforme o Regimento da Armaria*”, fl. 1v., Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção dos Reservados, Cód. 1153.

Seixas, Miguel Metelo; “Heráldica Eclesiástica na Porcelana Chinesa de Importação Portuguesa” in Santos, A. Varela, “*Portugal na porcelana da China : 500 anos de comércio / Portugal in porcelain from China 500 years of trade*” vol.II, Artemágica, Lisboa, 2007, p. 429

Anexo nº 11



Armas de D. Sebastiano Maggi, bispo de Arezzo de 1827 a 1839 onde se destaca a presença do elmo e da espada.
Pompili, Antonio, “La mitra negli stemmi vescovili ieri e oggi: usi, legislazione, stili”, *Nobiltà, Rivista di Araldica, Genealogia, Ordini Cavallereschi*, Nº 94, Anno XVII, Milano, Gennaio-Febbraio 2010, p. 42.



Armas do abade Ludwig V (1571-1588), na Abadia real de Hersfeld, destacam-se o elmo, paquife, mitra e timbre.

Pompili, Antonio, “La mitra negli stemmi vescovili ieri e oggi: usi, legislazione, stili”, *Nobiltà, Rivista di Araldica, Genealogia, Ordini Cavallereschi*, Nº 94, Anno XVII, Milano, Gennaio-Febbraio 2010, p. 45.

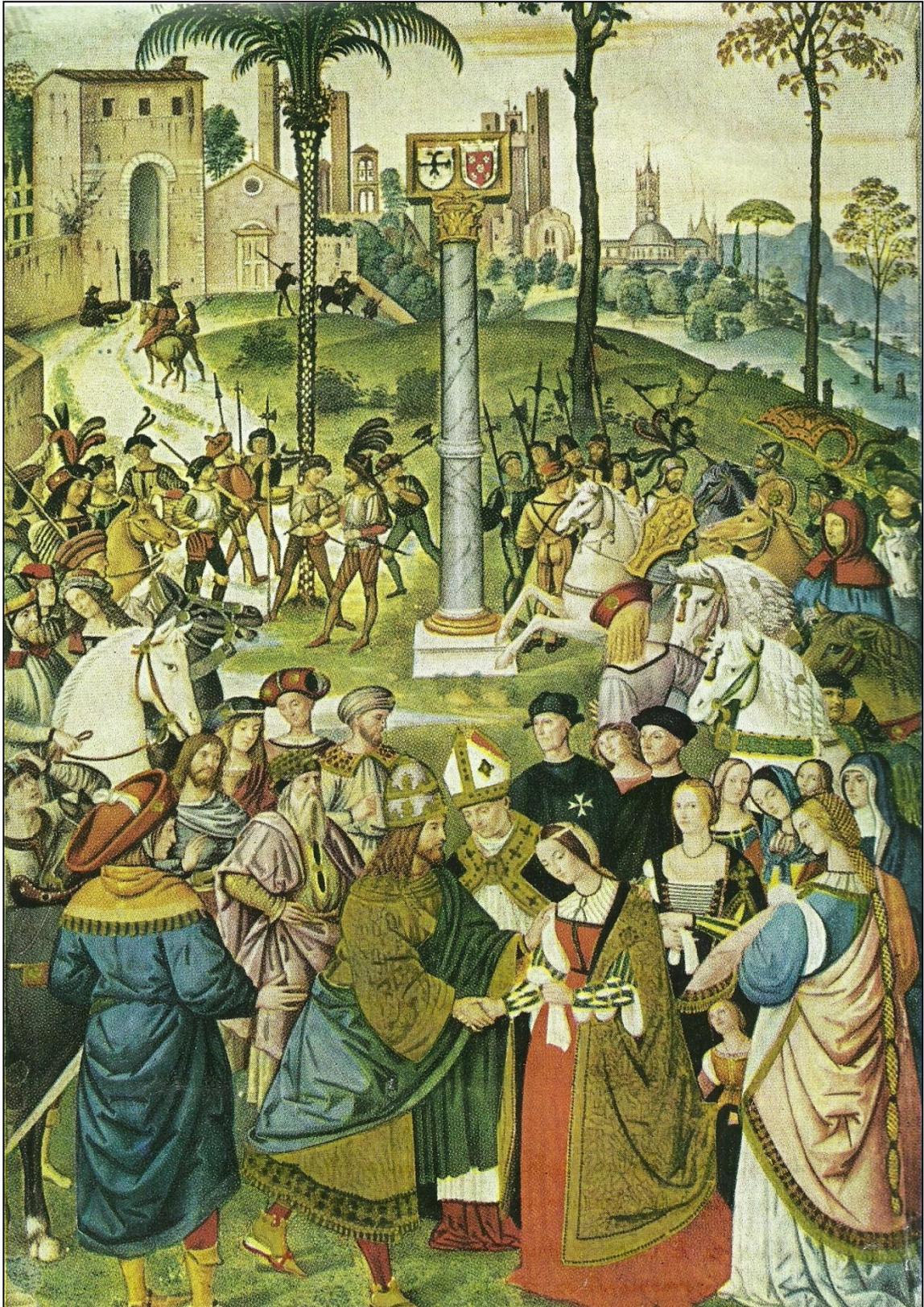
Anexo nº 12



Insignias do bispado de Coimbra, e condado de Arganil em “*Tropheos Lusitanos*” de António Soares de Albergaria, Impresso por Iorge Rodrigues, Lisboa, 1632, Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados, Res 959 P.

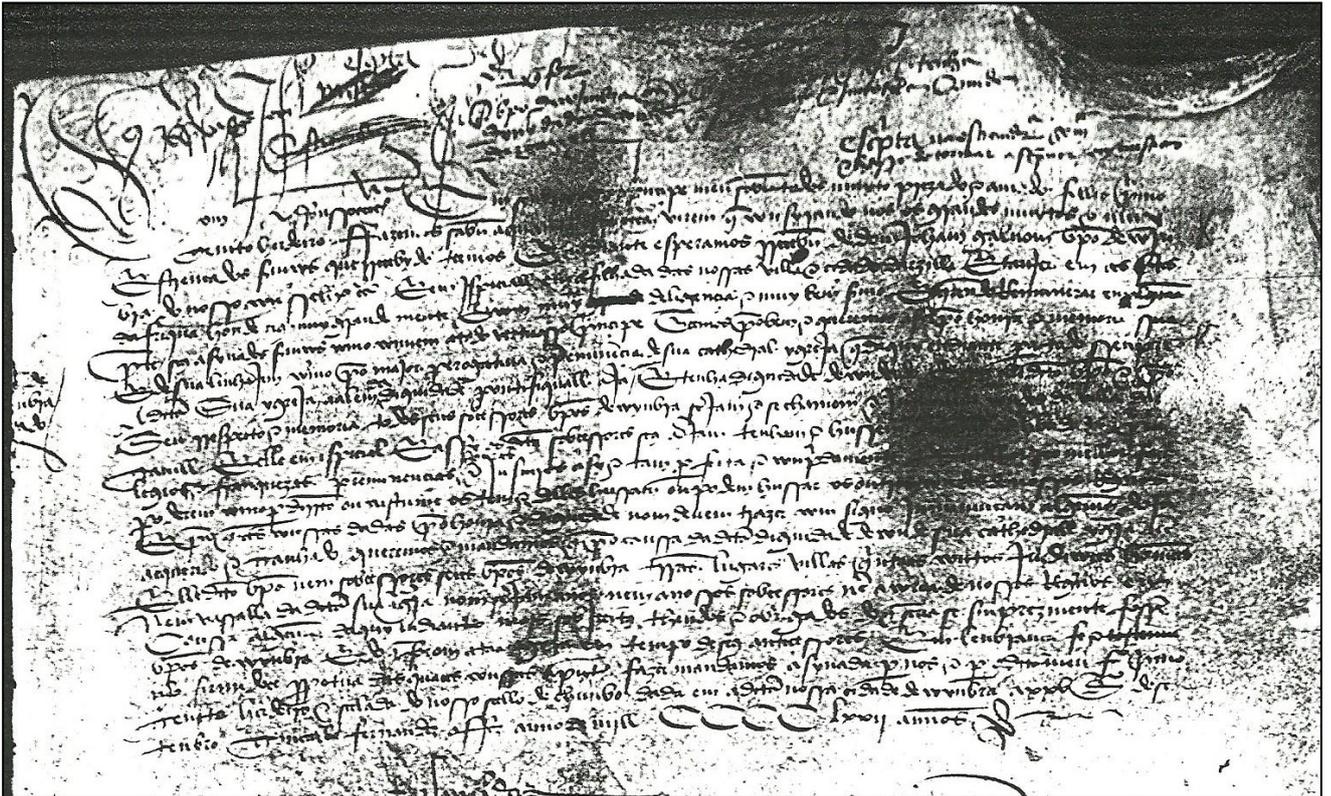
Estampa retirada de Seixas, Miguel Metelo; “Heráldica Eclesiástica na Porcelana Chinesa de Importação Portuguesa” in Santos, A. Varela, “*Portugal na porcelana da China : 500 anos de comércio / Portugal in porcelain from China 500 years of trade*” vol.II, Artemágica, Lisboa, 2007, p. 431

Anexo nº 13



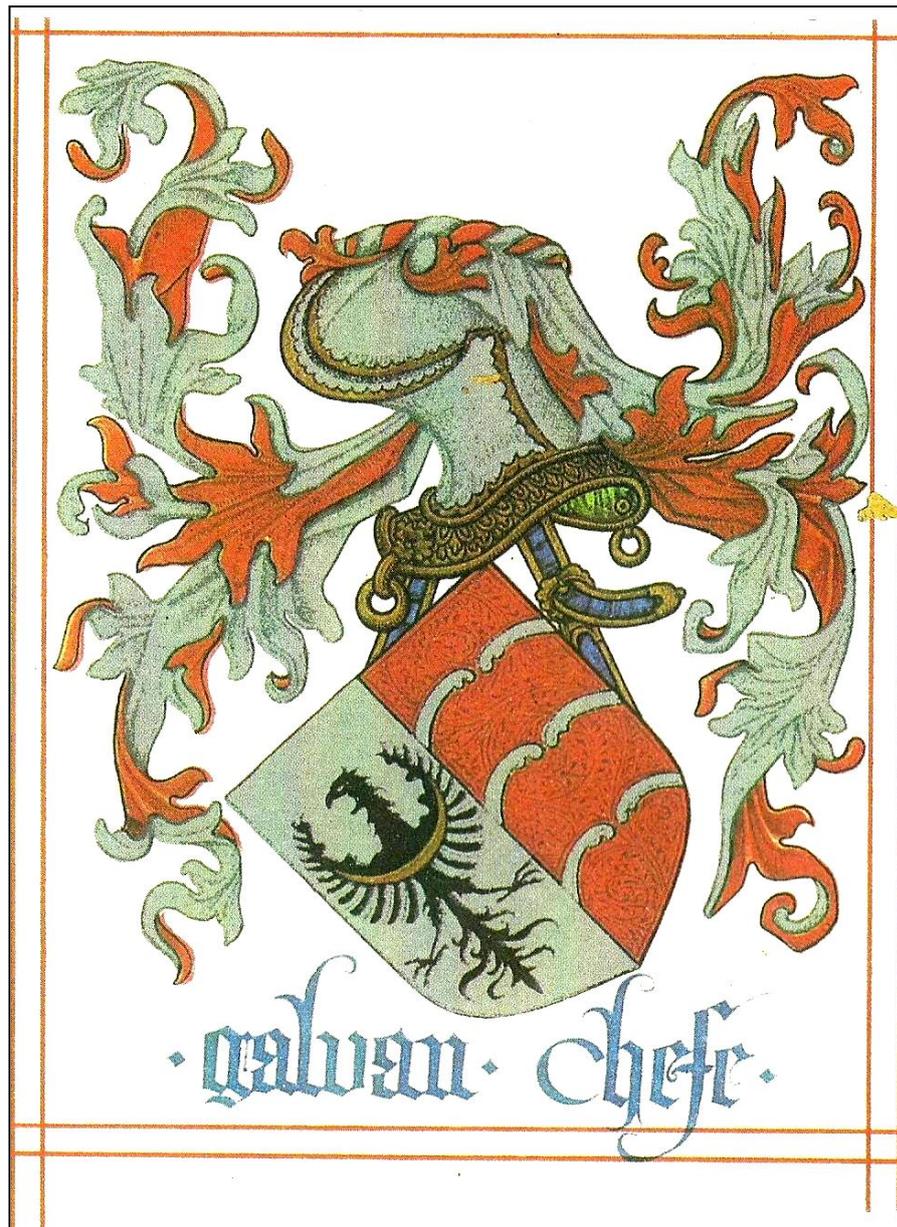
Pintura de Pinturicchio representando a embaixada matrimonial da infanta D. Leonor a Siena aquando do casamento com o imperador Frederico III.

Anexo nº 14



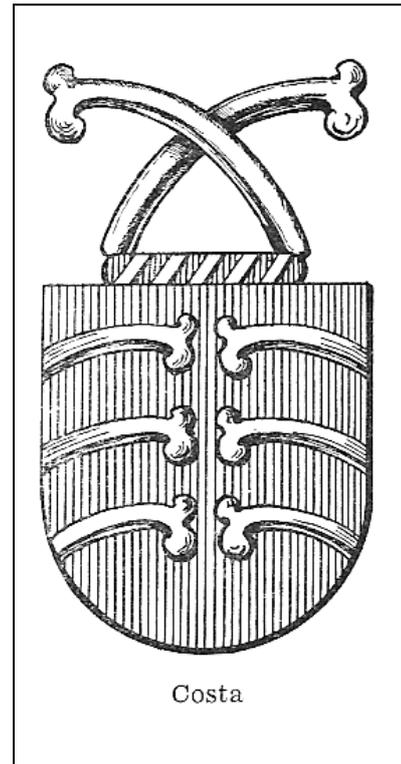
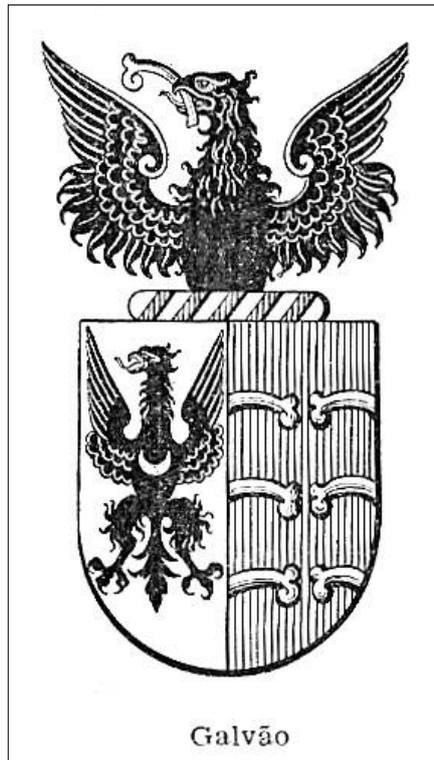
Carta de mercê de D. Afonso V relativa ao Condado de Arganil, original em A.N.T.T, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 29, fl.187

Anexo nº 15



Armas de Galvão de acordo com o *Livro do Armeiro-mor*. (precedido de um estudo de António Machado de Faria), Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956, p.78.

Anexo nº 16



Armas de Galvão e de Costa em Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.) *Armorial lusitano*, 4ªed. Zairol, Lisboa, 2000, pp. 181 e 273.

Anexo nº 17



Selo de D. João Galvão, bispo de Coimbra, em Abrantes, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª Ed, Lisboa, 1983, p. 320 e 321. Selo nº 472.
Destacam-se os detalhes das armas de Costa com a mitra e do chapéu eclesiástico.

Anexo nº 18



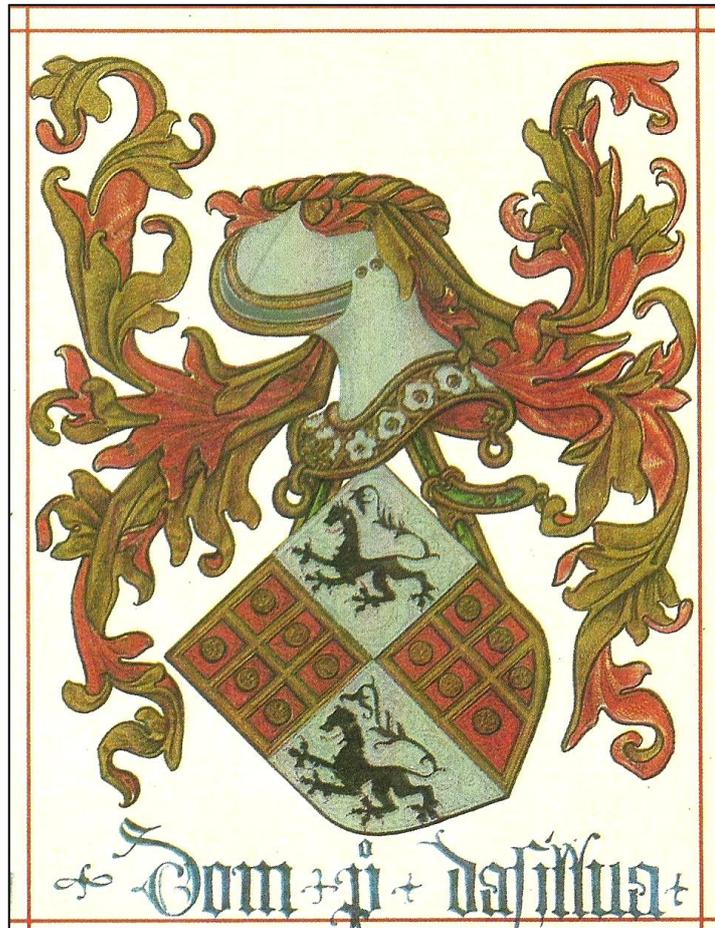
Armas de D. Jorge de Almeida na Capela de S. Pedro, na Sé Velha de Coimbra, onde se encontra o sepulcro deste prelado.

Anexo nº 19

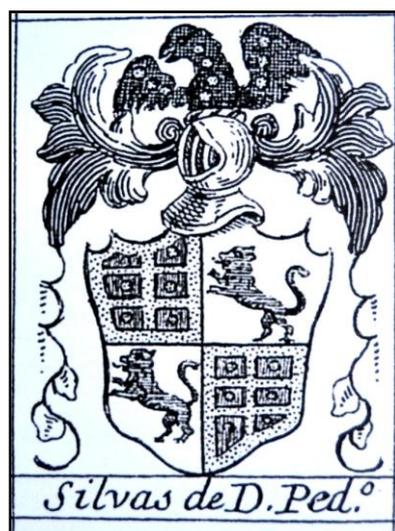


Selo heráldico de D. Jorge de Almeida retirado de Abrantes, Marquês de, *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª Ed, Lisboa, 1983. Veja-se o exemplar nº 25, p.108

Anexo nº 20

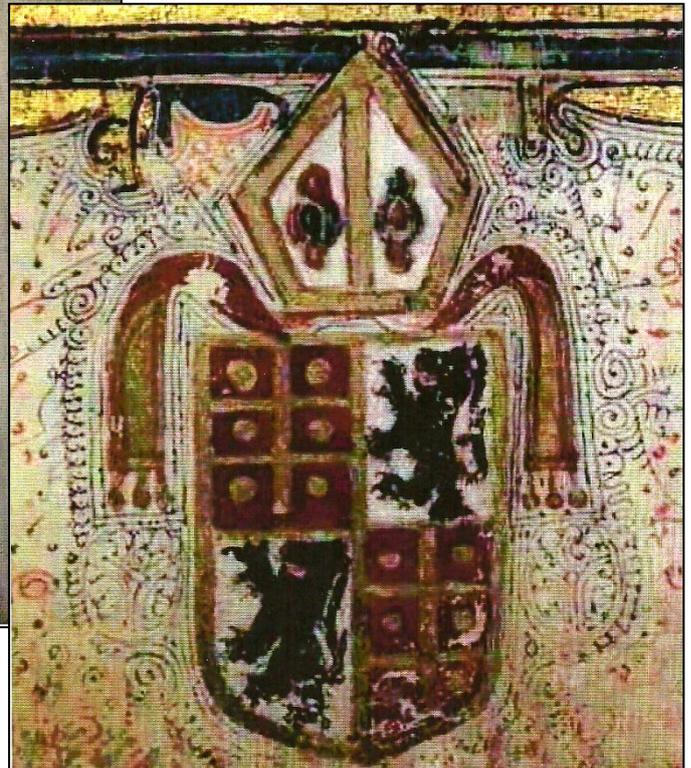


Armas de D. Pedro da Silva, irmão de D. Jorge de Almeida, retiradas do *Livro do Armeiro-Mor* (precedido de um estudo de António Machado de Faria), Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956, p.59.



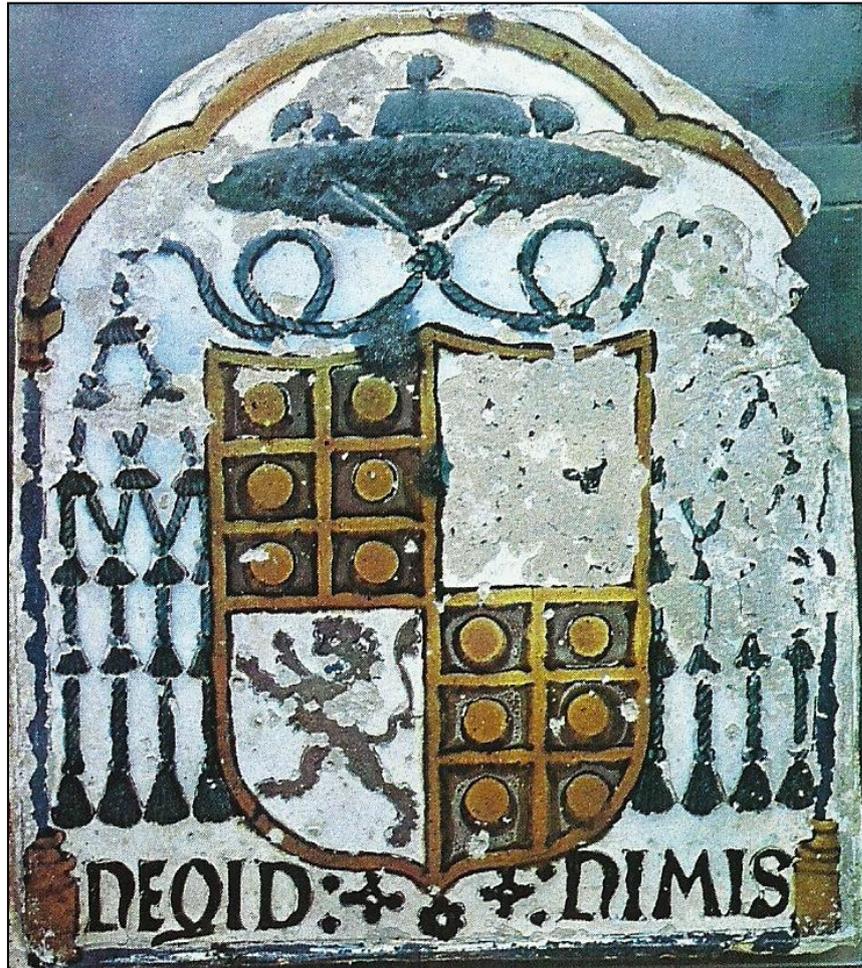
Armas de D. Pedro da Silva, com o leão de azul (riscas horizontais) representadas em Castelo Branco, Pedro de Sousa, *Elementos da história*(...), traduzido e adaptado de Vallemont, Pierre Le Lorrain de; Tomo II, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa Occidental, 1741, Estampa 9.

Anexo nº 21



Documento com as armas de D. Jorge de Almeida, usando os leões de negro; ANTT – Chancelaria de D. Afonso V – 1º 26, fls. 88, dado em Torres Novas a 21 de Abril de 1481, em Silva, Fernando d’Abranches Correia da; “A comenda de São Miguel de Coja na Ordem de Cristo (séculos XVI E XVII) – Laços de Nós, Genealógicos e Sociais” Revista *Raízes e Memórias* – Associação Portuguesa de Genealogia, Nº 25, Lisboa, Dezembro de 2008, p. 285 e 287.

Anexo nº 22



Armas de D. Jorge de Almeida com os leões de púrpura. Espólio do MNMC - produção de Sevilha, ca. 1510 in
Catálogo da exposição *Azulejos, cinco séculos do azulejo em Portugal*.

Anexo nº 23



Armas de D. Jorge de Almeida no retábulo da Sé Velha de Coimbra. Realça-se a utilização da *mitra preciosa* a sobrepujar o brasão.

Anexo nº 24



Armas de D. Jorge de Almeida no Baptistério na Sé Velha de Coimbra onde se verifica, alternadamente, a utilização da mitra e do chapéu eclesiástico.

Anexo nº 25

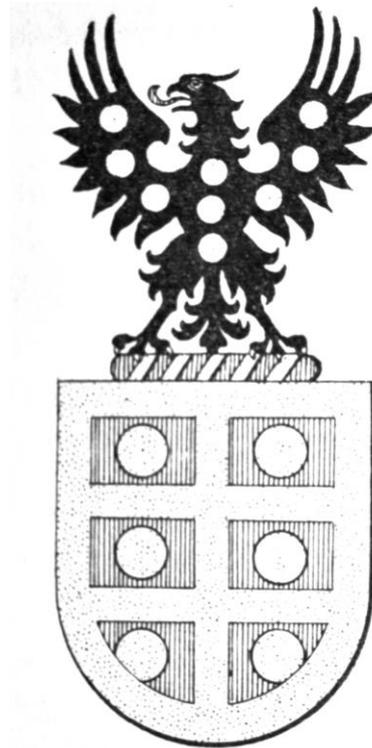


Armas de D. Jorge de Almeida na entrada da Sacristia da Sé Velha de Coimbra.



Armas de D. Jorge de Almeida no interior do Paço Episcopal, actual MNMC, sobrepujando o portal principal.

Anexo nº 26



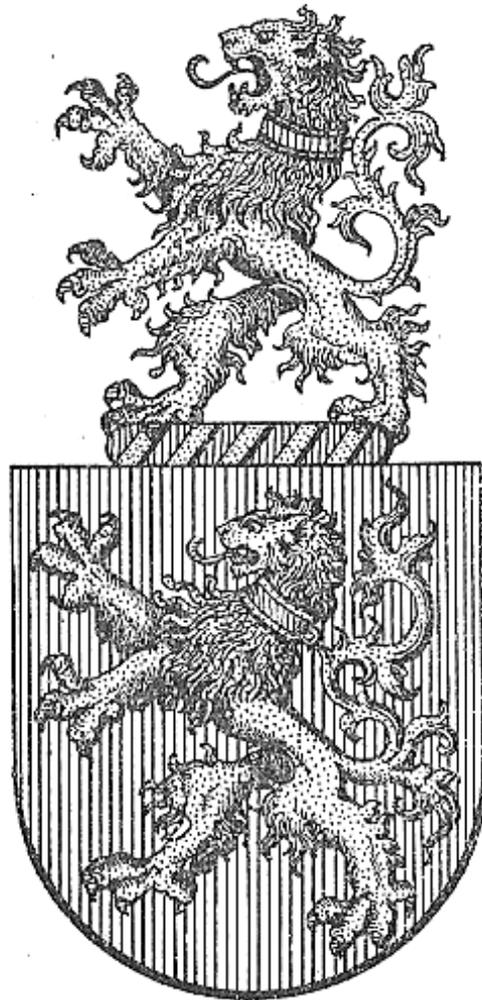
Almeida

Armas de Almeidas em Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.); *Armorial lusitano*, 4ªed. Zairol, Lisboa, 2000, p.44.



Armas de Silva de onde se destaca o leão de púrpura. Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.); *Armorial lusitano*, 4ªed. Zairol, Lisboa, 2000, p.504.

Anexo nº 27



Castelo-Branco

Armas de Cerqueira, erroneamente identificadas enquanto armas de Castelo-Branco.
Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.), *Armorial lusitano*, 4ªed. Zairol, Lisboa, 2000, p.150.

Anexo nº 28



Fresco com as armas de D. Afonso de Castelo-Branco no interior do portal principal Paço, actual MNMC.

Anexo nº 29



Armas de D. Afonso de Castelo-Branco na entrada da Sacristia no interior da Sé Velha de Coimbra onde ainda é possível vislumbrar vestígios de policromia azul no campo do escudo e verde no chapéu eclesiástico.

Anexo nº 30



Armas de D. Afonso de Castelo-Branco sobrepujadas por um elmo, no portal proveniente do convento de Sant'Ana e conservado actualmente no MNMC, igreja de S. João de Almedina.

Anexo nº 31



Armas de D. Afonso de Castelo-Branco com chapéu eclesiástico de 10 borlas, no portal proveniente do convento de Sant'Ana e conservado actualmente no MNMC, portal lateral da igreja de S. João de Almedina.

Anexo nº 32



Armas de D. Afonso de Castelo-Branco com gallero de 6 borlas e coronel de conde, no portal proveniente do convento de Sant'Ana e conservado actualmente no MNMC, portal principal da igreja de S. João de Almedina.

Anexo nº 33



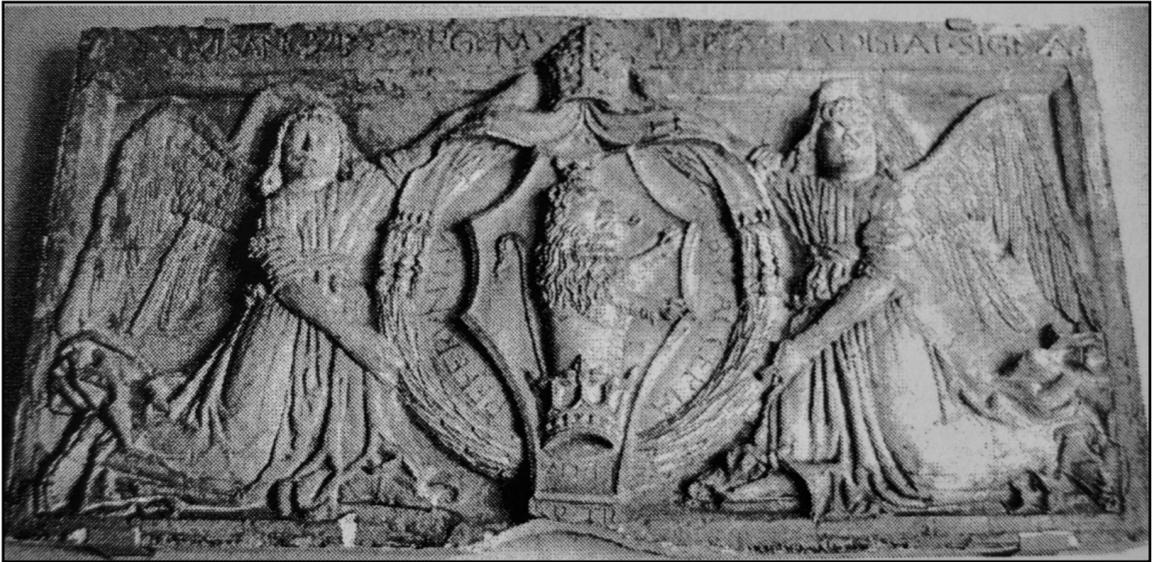
Pedra-de-Armas de D. Afonso de Castelo-Branco conservada no exterior cabeceira da Sé Velha.

Anexo nº 34



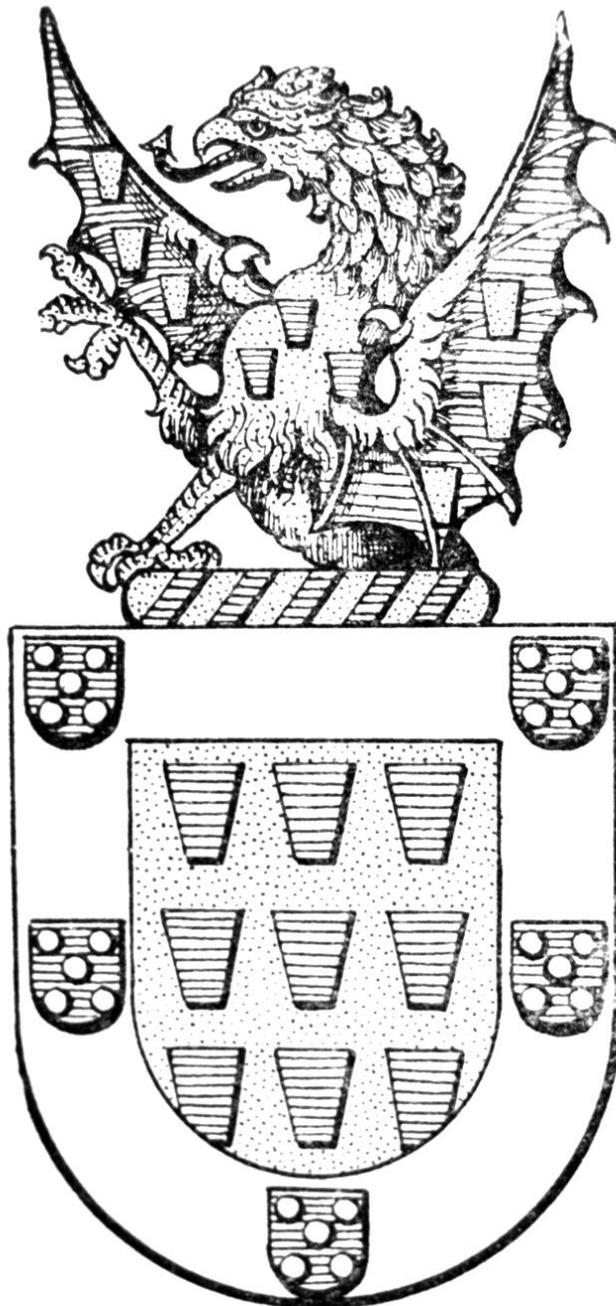
Armas de D. Afonso de Castelo-Branco no interior do Paço, actual MNMC.

Anexo nº 35



Armas de D. László Geréb, bispo da Transilvania, de 1512. Cópia de ca. 1900
Pompili, Antonio, “La mitra negli stemmi vescovili ieri e oggi: usi, legislazione, stili”, *Nobiltà, Rivista di Araldica, Genealogia, Ordini Cavallereschi*, N° 94, Anno XVII, Milano, Gennaio-Febbraio 2010, p.38.

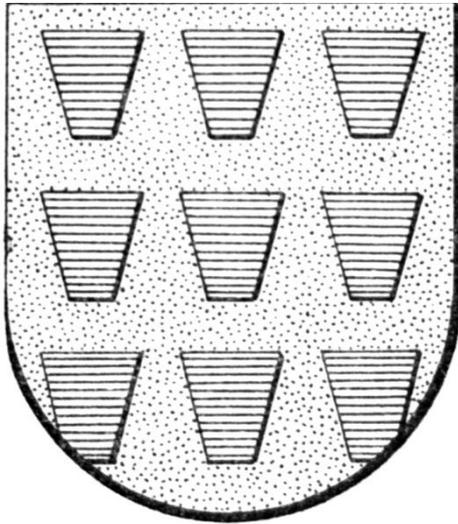
Anexo nº 36



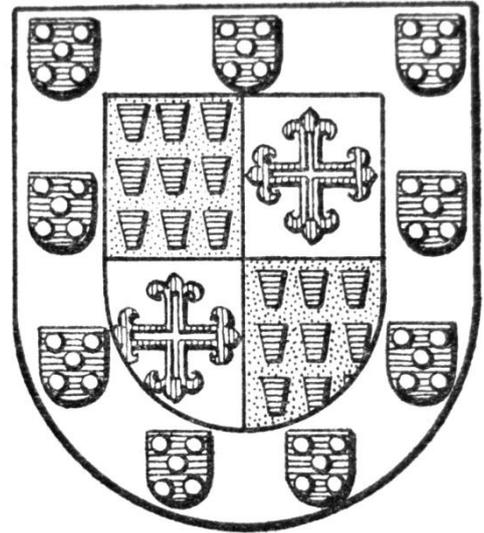
Cunha, dos senhores
de Tábua (modernas)

Armas de Cunha em Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.), *Armorial lusitano*, 4ªed.
Zairol, Lisboa, 2000, p.188.

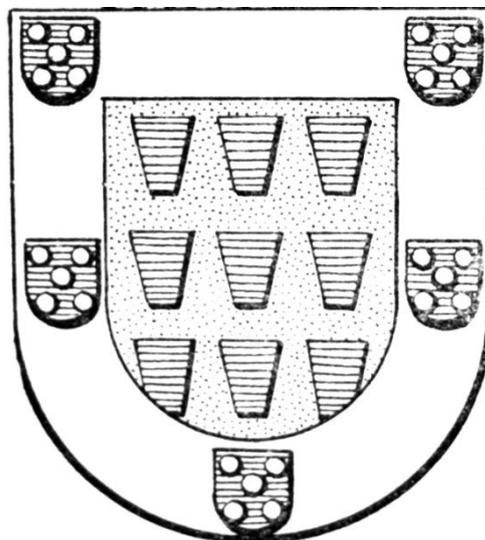
Anexo nº 37



Cunha



Cunha, dos senhores
de Tábua (antigas)



Cunha, dos senhores
de Tábua (modernas)

Evolução das armas de Cunha. Imagens retiradas de Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.),
Armorial lusitano, 4ªed. Zairol, Lisboa, 2000, pp.187 e 188.

Anexo nº 38



Pedra-de-arms de D. Miguel da Anunciação conservada no Seminário maior de Coimbra.

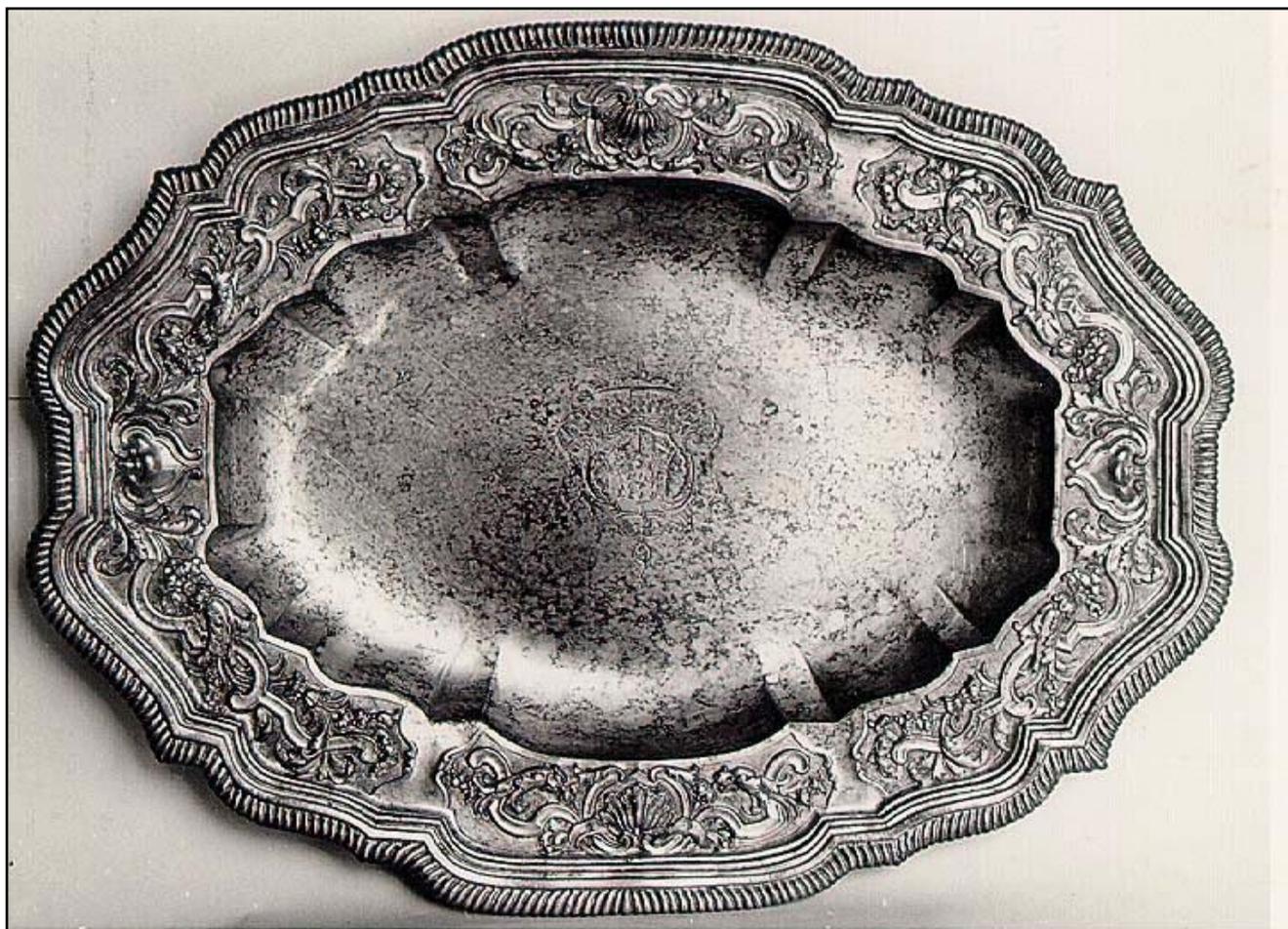
Anexo nº 39



Pia de água benta em calcário, formada por dois corpos. Na parte superior encontram-se as armas de D. Miguel da Anunciação. N.º de Inv. Secção E860. MNMC



Anexo nº 40



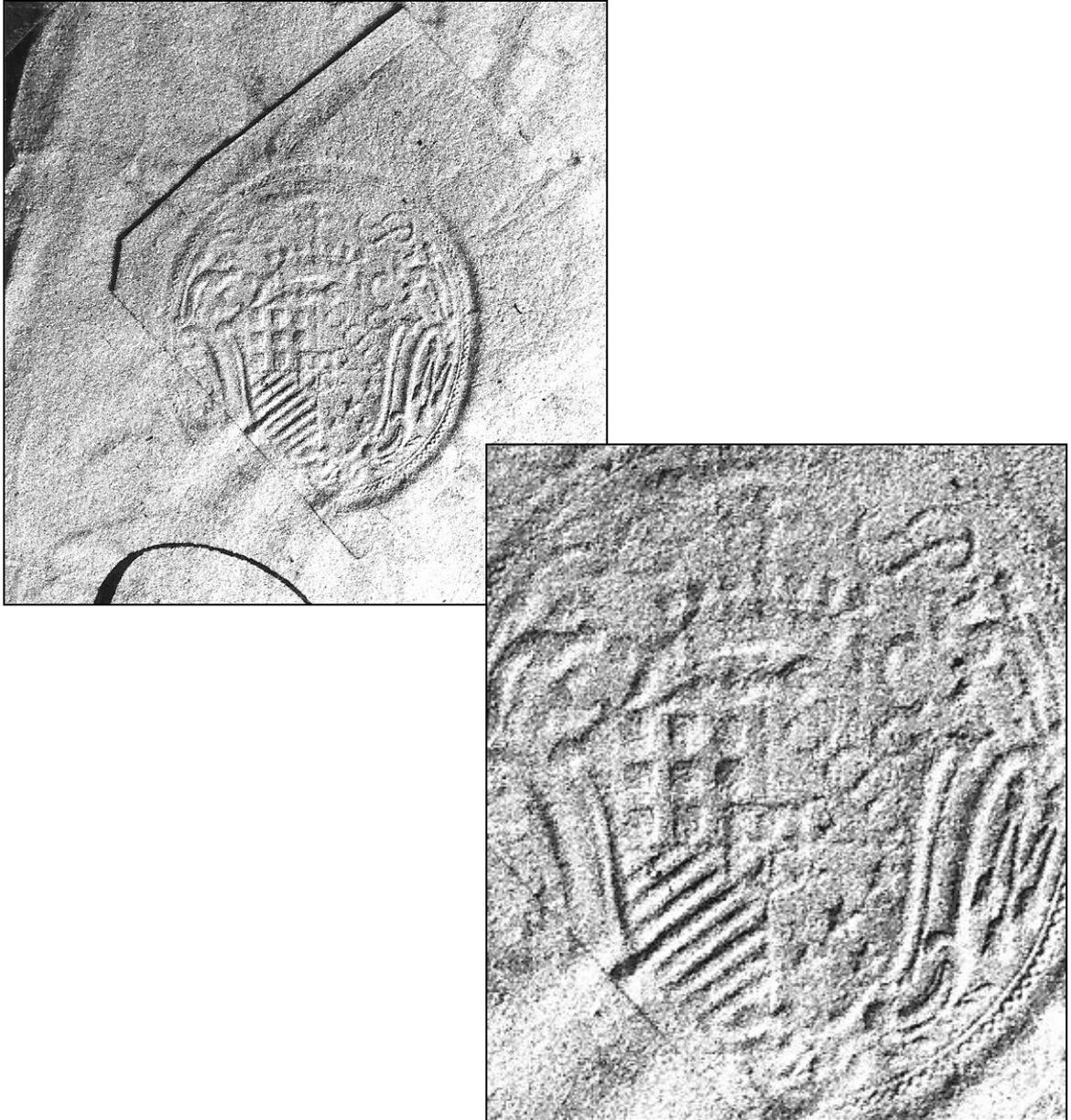
Salva de prata branca com brasão de armas de D. Miguel da Anunciação ao centro. Nº Inv. Secção O-473. MNMC.

Anexo nº 41



Retrato de D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho com a sua representação heráldica. Reitoria da Universidade de Coimbra. Fotografia de Pedro Medeiros

Anexo nº 42



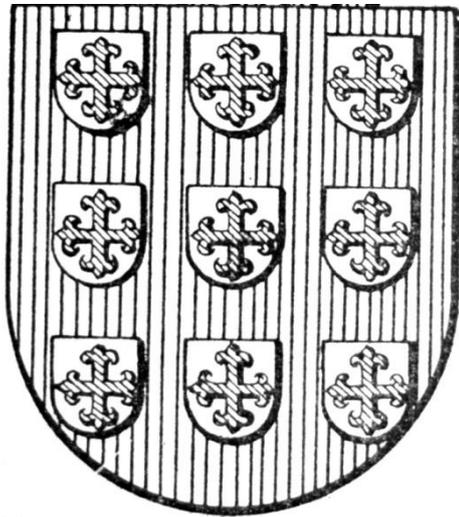
Selo de Chapa com as Armas de D. Francisco de Lemos, reprodução original no fólio 154, tomo 55, *Tombo do Couto de Casal Comba*, Convento de Sant'Ana - A.U.C.

Anexo nº 43

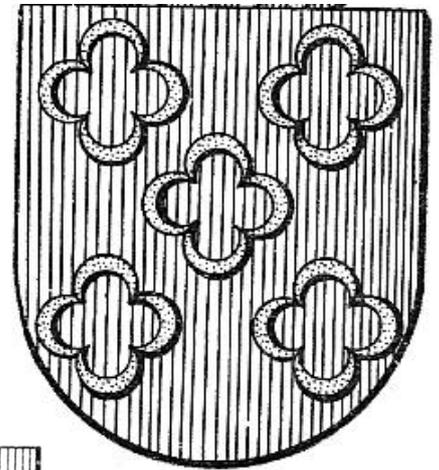


Salva em prata branca, com as armas de D. Francisco de Lemos ao centro. Nº Inv. Secção O-475. MNMC

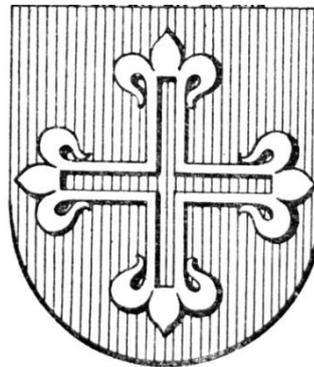
Anexo nº 44



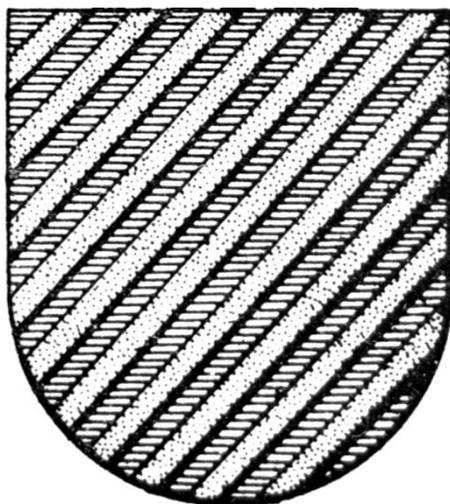
Moreira



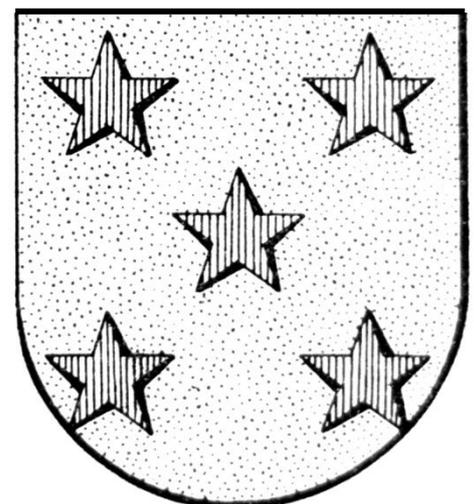
Lemos



Pereira



Azeredo



Coutinho

Armas constituintes do escudo de D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho (Moreira, Lemos, Azeredo e Coutinho com escudete de Pereira), estampas originais retiradas de Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.), *Armorial lusitano*, 4ªed. Zairol, Lisboa, 2000, pp. 71, 184, 303, 378, 430.

Anexo nº 45

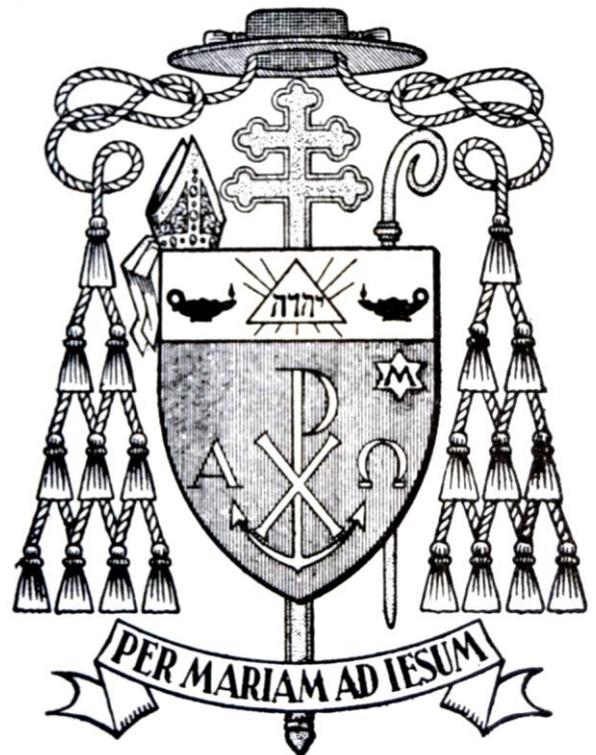


Armas de D. Ernesto Sena de Oliveira. Estampa original retirada de Langhans, F. P de Almeida, *Heráldica – Ciência de Temas Vivos*, Gabinete de Heráldica Corporativa – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Lisboa, 1966, p. 407.

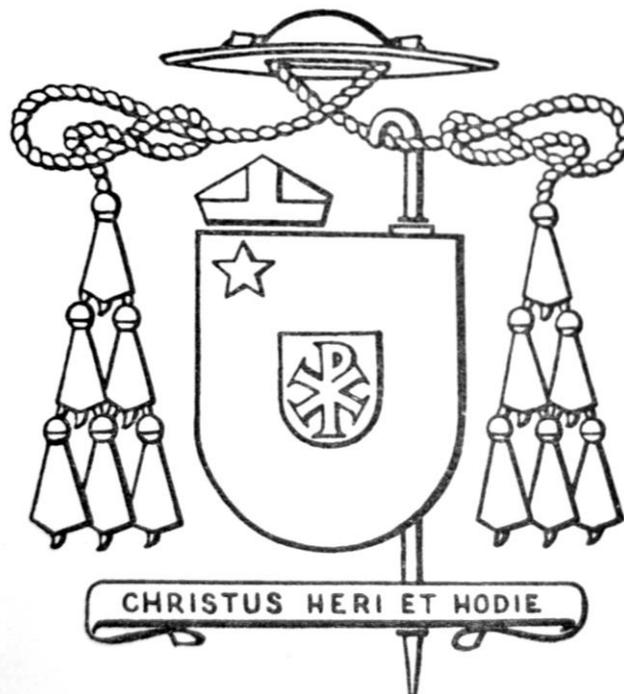
Anexo nº 46



Armas de D. Manuel Trindade Salgueiro, arcebispo de Évora em Langhans, F. P de Almeida, *Heráldica – Ciência de Temas Vivos*; Gabinete de Heráldica Corporativa – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Lisboa, 1966, p.406.



Armas de D. Francisco Maria da Silva, arcebispo primaz de Braga em Langhans, F. P de Almeida, *Heráldica...*, p.406.



D. José Joaquim Ribeiro, bispo titular de Egeia e auxiliar de Évora em Langhans, F. P de Almeida, *Heráldica...*, p.407.

Anexo nº 47



Armas de D. Manuel Correia de Bastos Pina, bispo-conde, no portão principal do Seminário Maior de Coimbra.

Anexo nº 48



Armas de D. Albino Cleto, actual bispo de Coimbra. Desenho de José Bênard Guedes Salgado.